

Construir além da memória

Uma Ilha no Porto, Bonfim

Raquel Filipa Oliveira Saraiva

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador: Prof. Doutor Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

FAUP,

2019

Nota à edição:

O corpo de texto da presente Dissertação foi escrito de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

Todas as citações selecionadas foram traduzidas e alteradas para o novo Acordo, de modo a existir uma escrita mais uniforme.

Para os meus Pais e irmãos, Miguel e Duarte,

a minha casa, hoje e sempre.

Agradecimentos

À minha família e amigos pelo amor e apoio
incondicional.

Aos meus colegas e amigos, que tão bem me
integraram nesta cidade e faculdade.

Às Ineses à Menino e ao Roman,
ao Coelho, ao Félix e ao Santos,
pela amizade, e apoio durante este percurso, que agora
termina.

Ao orientador e professor Carlos Prata, pela
disponibilidade e partilha de conhecimento.

Ao Arquiteto Bernardo Amaral, à Arquiteta
Catarina Ribeiro e ao Arquiteto Aitor Varea Oro,
pela disponibilidade e partilha dos seus projetos e
experiência.

Aos habitantes da Ilha 23A, por abrirem as portas de
suas casas.

A presente dissertação objetiva salientar a urgente necessidade de intervenção nas Ilhas do Porto, onde persistem condições insalubres de habitabilidade. As Ilhas foram caídas no esquecimento durante anos e sobre as quais o discurso defendido foi sempre a sua erradicação. Na atualidade manifesta-se um novo pensamento sobre as mesmas, agora a sua extinção já não faz parte da solução mas sim a sua regeneração.

Deste modo, ao apreender a problemática habitacional que permanece e ao analisar os diferentes pensamentos que surgiram até à atualidade, procura-se um futuro para uma Ilha na Rua de Vera Cruz em Bonfim (nº 23A), e um novo pensamento do que poderá ser o futuro das ilhas espalhadas na cidade. Um projeto construído através da memória que ali persiste e além da memória, delineando novos usos e modos de habitar para esta Ilha, de modo a integrar este espaço na sociedade atual.

Porto, 2019

This dissertation aims to highlight the urgent need for intervention in the “ilhas” of Porto, where unhealthy living conditions persist. The “Ilhas” have fallen into oblivion for years and on which the speech has always been their eradication. Nowadays a new thought as been developed about them, now their extinction is no longer part of the solution, but their regeneration.

Thus, by grasping the remaining housing problems and analysing the different thoughts that have emerged until now, we search a future for one “Ilha” in Rua de Vera Cruz in Bonfim (number 23A) and new thought of what might be the future of the “Ilhas” scattered by the city. A design built through memory that persists and beyond memory, outlining new uses and ways of habitation in this “Ilha”, to integrate this space in today’s society.

Porto, 2019

ÍNDICE

| 11

Resumo	07
Abstract	09
Nota Introdutória	15

01. MEMÓRIA

Sobre as Ilhas da Cidade do Porto	23
Contextualização Histórica	23
Localização	27
Morfologia	29
Primeiro Olhar	33
Habitação no Estado Novo	37
O Processo SAAL	49

02. NOVO OLHAR

Para lá das Fachadas	61
Soluções para as Ilhas	65
Sector Público	65
Ilha da Bela Vista	69
Programa Habitar Porto	77
Casos de Estudo	81
Ilha na Rua de S. Vitor - BAAU	81
Ilha na Rua de S. Vitor - BAAU e Programa Habitar Porto	89
Ilha na Rua das Antas - Merooficina	95

03. TRANSFORMAÇÃO

Ilha 23A	107
Enquadramento Urbano	107
Acessos e Espaço Exterior	111
Edificado	117
Caraterização Construtiva	121
Estado de Conservação	123
Intenções para a Ilha 23A	127
Estratégia	127
Programa	129
Relação com a Legislação	131
Da Intervenção	135
Tipologias	141
Proposta Construtiva	147
Considerações Finais	153
Bibliografia	157
Índice de Imagens	161
Anexos	171
Documentos Históricos	173
Levantamento Fotográfico	179
Desenhos de Levantamento	197
Desenhos de Projeto	203
Processo	231
Entrevistas	241

Desde cedo fui sensibilizada por parte do meu núcleo familiar da existência de desigualdades sociais e a necessidade de uma sociedade mais igualitária, e isso, com certeza, influenciou a escolha deste tema de dissertação. No decorrer do meu percurso de ensino de arquitetura adquiri conhecimento acerca da história, teoria, a conceptualização e as ferramentas necessárias para efetuar o exercício de arquitetura.

Apesar disso, o ensino da mesma raramente nos remete para uma arquitetura social. Quando se fala de arquitetura facilmente direciona-nos para um pensamento de algo sublime e por vezes esquecemo-nos que a arquitetura é feita para as pessoas, para todas as pessoas, independente da sua classe social. A arquitetura é essencialmente a criação de um espaço de conforto para os indivíduos, todos deveriam ter o direito de adquirir essa comodidade e as condições necessárias para habitar uma casa.

“O povoamento de um território constitui um dos elementos fundamentais de ocupação e de afirmação de uma identidade social, cultural e política de um povo. Esta acção fundadora, matriz construída de um território, é na sua génese formada essencialmente por casas e infra-estruturas, como caminhos e estradas. Mas enquanto edificação fundamental, a casa cumpre o seu papel essencial de abrigo e fixação de uma população.”¹

1. RAMOS, Rui Jorge Garcia. *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico Na Primeira Metade do Século XX*, Porto: FAUP, 2010, p. 64

O propósito deste tema nasce, não só pela crescente curiosidade que tem vindo a conquistar reconhecimento por parte da Câmara Municipal do Porto em relação a estas estruturas e o intento de as integrar no projeto de reabilitação urbana do

Porto, como também um interesse pessoal que se foi criando através da participação no programa de voluntariado Just a Change, no qual foi executada uma obra de reabilitação de um dos fogos de uma ilha em Campanhã. Apesar de ter sido uma experiência de curta duração, esta foi impactante. Foi no decorrer deste processo, que compreendi e adquiri conhecimento da triste realidade dos habitantes das ilhas. Desde logo, percebi que este era um tema que me sensibilizava e surgiu o interesse em perceber as possibilidades que existem e como, a partir delas, arranjar soluções para a regeneração das ilhas e consequentemente restabelecer as condições de vida destas pessoas.

A presente dissertação titula-se “Construir além da memória”, isto é, objetiva-se através desta dissertação construir um pensamento e um projeto, elaborado através da memória das atuações que foram executadas desde o início de existência destes núcleos habitacionais até à atualidade, mas que deve ser construído além da memória, a palavra “além” indica a novidade, e é em busca desta novidade que se irá construir um novo pensamento para o caso de estudo em questão. É, por isso, necessário recolher informação sobre as iniciativas no passado, que consistiam numa solução para a problemática habitacional, mas que não foi a ideal. É necessário apreender, para que haja evolução no pensamento e uma nova definição para a solução deste problema, constrói-se não só com a memória mas também além dela.

“Mas, porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir.”²

2. TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP, Porto, 2006, p. 19

Este estudo divide-se em três momentos, organizados de forma cronológica (Passado,

Presente e Futuro). Um primeiro titula-se “Memória”, que recolhe informações sobre o passado, um segundo momento “Novo Olhar”, que procura compreender a atitude atual perante o problema da habitação no Porto, principalmente nas ilhas, e um terceiro momento “Transformação”, que objetiva uma solução para uma das ilhas do Porto, através das referências obtidas nos momentos anteriores, idealizando um futuro para esta ilha e pensar o futuro para as restantes ilhas espalhadas pela cidade.

No primeiro momento, “Memória” começa por ser feita uma análise da contextualização histórica, introduzindo o surgimento, a localização e a definição de uma ilha e consequentemente os seus modos de habitar, de modo a compreender estes núcleos habitacionais.

Após esta análise, apresenta-se o manifesto, que surge no final do século XIX e início do século XX, das preocupações face à insalubridade que se presenciava, não só nas ilhas, como também noutras tipologias habitacionais com semelhantes carências. É neste momento que se inicia a vaga de procura de soluções para esta problemática, que, contudo, não foi resolvida, mas inicia o ponto de partida e que durante o Estado Novo volta a fazer parte das preocupações do governo.

Neste contexto é implementado o programa das Casas Económicas, que no discurso oficial se destinava às classes mais pobres, mas que acabou por ser mais direcionada para as classes médias. Neste período, na cidade do Porto, surge uma solução contrária ao que o Estado defendia e uma parte do problema foi resolvido, mas não o suficiente para o realojamento total das classes mais pobres. Estas ações que se realizaram durante este período, apesar de adversas e não constituírem a solução ideal, abrem caminho para serem repensadas após a Revolução de 25 de Abril, com a implementação do Processo SAAL. Qualquer uma destas ações foi impactante e

necessária para a evolução dos pensamentos sobre o problema da habitação, apesar de inconclusivas.

No segundo momento, “Novo Olhar” analisa-se a “ilha” na cidade contemporânea e como este espaço se introduz na presente sociedade. Nos grandes centros urbanos deparamo-nos com uma massiva reabilitação dos edifícios, deste modo a erradicação das ilhas já não faz parte da solução, visto que a Câmara Municipal do Porto atualmente procura integrar estes espaços no projeto de reabilitação urbana do Porto.

Apesar do interesse por parte da autarquia na regeneração destes espaços, surge uma nova problemática. Estes são espaços de caráter privado e que dificilmente podem ser intervencionados apenas por parte do sector público. O crescente turismo no Porto dificulta esta intervenção, visto que os proprietários das ilhas deparam-se com uma oportunidade ao renovar as suas propriedades para alojamento turístico, desalojando os habitantes das classes mais baixas.

Contudo, têm sido alcançados objetivos de modo a minimizar esta problemática, com a criação do decreto-lei 1º Direito e através de iniciativas privadas, como o Habitar Porto. Um dos objetivos alcançados por parte da autarquia foi a regeneração de uma ilha pública, Bela Vista, e estão em vista outros projetos para a intervenção nas restantes duas ilhas públicas.

Após a análise destes temas, a presente dissertação inclui três casos de estudo, uma Ilha na rua de São Vitor com projeto do Arquiteto Bernardo Amaral, destinada a uma residência de artistas, uma Ilha também na rua de São Vitor com projeto do Arquiteto Bernardo Amaral em parceria com o Programa Habitar Porto, e uma

última projetada pelo Atelier Merooficina, vencedor do concurso “Pensar, Construir, Habitar” lançado pelo Programa Habitar Porto.

No terceiro e último momento, “Transformação”, recorrendo aos conteúdos abordados nos momentos anteriores, é feita uma análise e interpretação do caso de estudo, Ilha 23A localizada na Rua de Vera Cruz no Bonfim. O seu enquadramento histórico e urbano, estudo da morfologia e tipologia e finalmente uma análise construtiva e do seu estado de conservação.

Após este estudo, conclui-se esta dissertação com uma estratégia de intervenção e consequentemente o projeto de reabilitação, de modo a criar um pensamento sobre o possível futuro desta ilha sustentado pelos temas previamente abordados e com o principal objetivo de integrar este espaço na cidade e criar condições dignas para os habitantes. De modo a integrar a ilha nesta sociedade idealiza-se a criação de duas diferentes tipologias de habitação, uma de carácter permanente destinada às pessoas que ainda ali habitam, e uma outra que pode ser considerada de carácter temporário ou não, mais direcionada a diferentes faixas etárias, de modo a criar novas ligações e uma maior facilidade de integração desta ilha no espaço urbano.

MEMÓRIA

“As ilhas podem ser consideradas como o subconsciente do Porto. Fisicamente, a face visível da cidade burguesa escondia este outro estrato da cidade – as ilhas – bem no interior dos quarteirões. Elas eram sentidas, mas não vistas; por vezes eram apenas vislumbradas através de uma abertura ocasional na face visível da cidade. Culturalmente, faziam também parte do subconsciente do Porto. Sob a sua fina camada de cultura urbana burguesa estava a cultura rural e interior do Porto, que ninguém melhor que os habitantes das ilhas personificavam e exprimiam.”³

3. TEIXEIRA, Manuel C. in WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís - *Ilhas*, Porto: Panmixia - Associação Cultural, 2004, p. 24



[Fig. 1] Fotografia de uma ilha no Porto (Localização e data desconhecidas)

O lado oriental da cidade do Porto foi sempre um *“lado esquecido da cidade”*⁴ e que apenas é ocupado devido a necessidades de preenchimento deste espaço, após a chegada do comboio e da industrialização. É feita uma caracterização apressada, que deixa de ser homogénea notando-se a diferença entre o resto da cidade, um *“espaço cada vez mais anónimo, descaracterizado e indefinível”*⁵.

*“O crescimento urbano do Porto no final do século XVIII e durante o século XIX correspondeu a um processo de expansão da cidade para o exterior e a uma sucessão de diferentes usos do solo nas áreas mais antigas da cidade.”*⁶

O motivo principal para este processo de crescimento foi a chegada massiva de migrantes ao Porto, que se fixaram no centro histórico nos antigos bairros de habitação das classes médias e que, simultaneamente, propiciou a construção de novos bairros residenciais para a burguesia fora dos limites da cidade.

As ilhas surgiram como uma resposta ao aumento da procura de habitação de baixo custo. Só começaram a ser construídas após a completa saturação dos velhos edifícios do centro histórico e quando a crescente migração para o Porto exigiu uma nova solução para abrigar os trabalhadores.⁷

Esta nova tipologia de habitação surge e desenvolve-se durante o século XIX, em consequência da industrialização da cidade do Porto e da necessidade de albergar

4. PINTO, Jorge Ricardo - *O Porto Oriental no final do século XIX: Um retrato urbano*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 11

5. *Ibid.*

6. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 43

7. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 49

[Fig. 2] Fotografia de uma ilha
no Porto (Localização e data
desconhecidas)



as classes trabalhadoras vindouras das zonas interiores do norte de Portugal.⁸ A súbita necessidade de mão-de-obra para a crescente indústria, beneficiou aqueles que migravam para a cidade, em consequência das crises profundas que viviam no meio rural.⁹ A urgente necessidade de prover residência a estes novos operários, que sobreviviam com salários baixos, origina as ilhas que foram construídas de forma repentina e a baixos custos.¹⁰

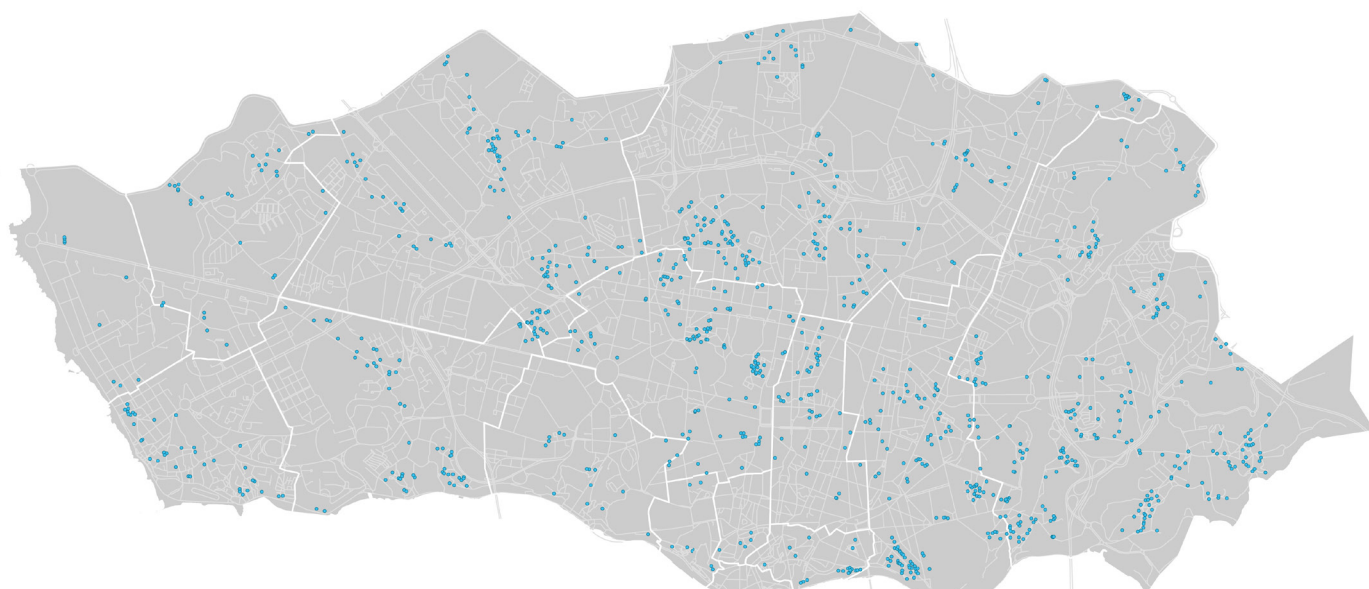
*“O impacto e a dimensão desta solução foi de proporções verdadeiramente sensacionais dado que entre 1878 e 1890, (...), teriam sido construídas 5100 habitações nas ilhas (...), onde habitaria, segundo Ricardo Jorge, um terço da população do Porto em 1899.”*¹¹

8. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 1

9. PINTO, Ricardo Jorge - *O Porto Oriental no final do século XIX: Um retrato urbano*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 118

10. *Ibid.*, p. 119

11. *Ibid.*



[Fig. 3] Distribuição de Ilhas no Porto

“Entre 1864 e 1890, as áreas do Porto que registaram maiores aumentos de população foram as freguesias industriais de Bonfim, Campanhã e Paranhos, cuja população duplicou. Nestas áreas foi construída muita habitação nova para a classe trabalhadora, acentuando-se assim ainda mais a feição industrial dos bairros orientais da cidade.”¹²

Estas ilhas preenchem interiores de quarteirão e a zona de expansão da cidade que teve principal foco a oriente, essencialmente pela sua imensidão de espaços vazios. Há que fazer distinção entre estas diferentes localizações de ilhas. Em qualquer um dos casos, as ilhas situavam-se em zonas que eram prescindíveis para a classe média, na maior parte dos casos devido às proximidades das indústrias.¹³ As ilhas construídas nas traseiras das casas burguesas, embora sejam construídas de raiz, acabam por ser resultado de um processo de transformação da habitação de classe média em habitação de classe baixa.¹⁴ As ilhas construídas em terrenos vagos eram geralmente produto da inadequabilidade desses locais para a construção de habitação para a classe média, ou por influência da situação periférica dessas zonas relativamente ao centro da cidade, e também a determinadas características topográficas.

Apesar de serem ilhas em diferentes localizações, as suas tipologias não alteram, a ilha construída em terrenos vagos não tinha maior dimensão ou melhor qualidade de construção, eventualmente era construída uma casa de melhor qualidade à face da rua, de modo a camuflar a ilha nas traseiras. Por vezes, esta alusão à estrutura tradicional das ilhas era menosprezada e as pequenas casas da ilha avançavam até à frente de rua, ocupando todo o lote.¹⁵

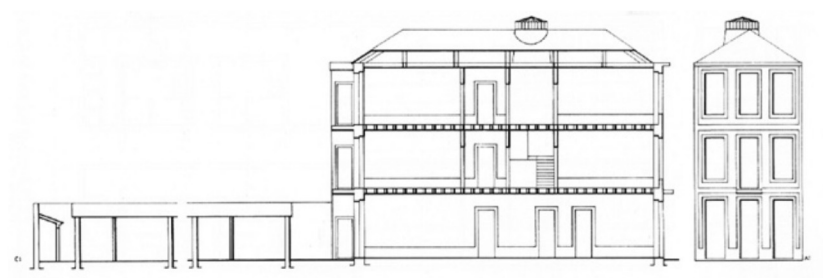
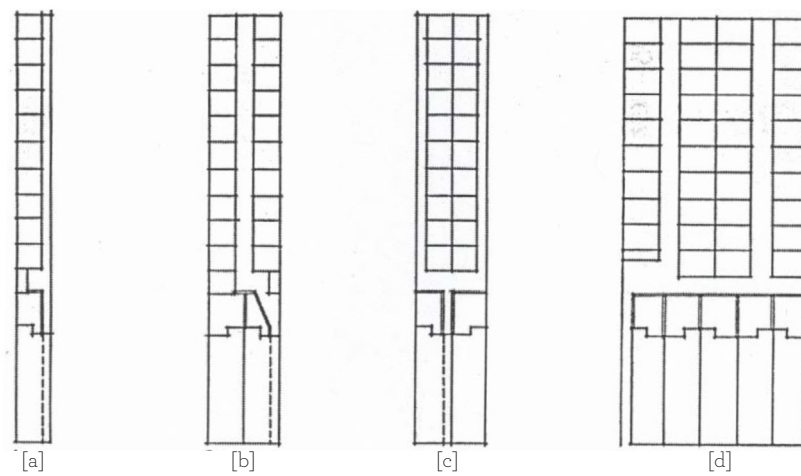
12. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 20

13. TEIXEIRA, Manuel C. in WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís - *Ilhas*, Porto: Panmixia - Associação Cultural, 2004, p. 19

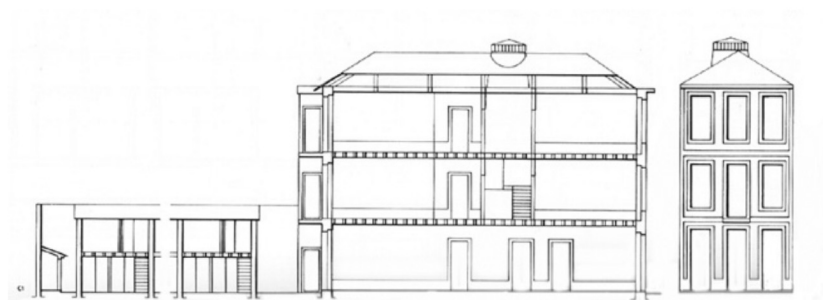
14. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 51

15. TEIXEIRA, Manuel C. in WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís - *Ilhas*, Porto: Panmixia - Associação Cultural, 2004, p. 19

[Fig. 4] As diferentes morfologias das Ilhas do Porto



[Fig. 5] As diferentes relações das ilhas com a casa da frente de rua



“Os fatores mais importantes para explicar as ilhas do Porto são as condições sociais e económicas que levaram ao desenvolvimento deste tipo de habitação e as características específicas de desenvolvimento urbano do Porto.”¹⁶

16. TEIXEIRA, Manuel C. in WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís - *Ilhas, Porto: Panmixia - Associação Cultural*, 2004, p. 17

A tipologia de habitação da ilha adaptava-se, não só aos meios económicos e à pequena escala de investimento dos seus promotores, como também às circunstâncias espaciais em que eram implantadas.¹⁷

17. *Ibid.*

Normalmente os promotores eram os antigos habitantes das casas burguesas, pertencentes a uma *“classe média algo empobrecida”*¹⁸, que beneficiaram uma altura em que a procura por habitação barata era cada vez maior, tendo investido na construção de habitação para a classe mais baixa. Este modelo provém, também, do tipo de parcelamento existente na cidade, com 5,5 a 6 metros de frente e que chegavam a atingir os 100 metros de profundidade.¹⁹

18. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 21

19. *Ibid.*, p. 168

Deste modo, a tipologia da ilha mais simples era caracterizada por uma fila de casas (com cerca de 16 m²) dispostas lado a lado ao longo de uma destas parcelas de terreno. As casas detinham apenas uma frente, frente essa que dava para um estreito corredor, no qual a sua funcionalidade era unicamente de acesso às casas e também às latrinas que se encontravam no fundo deste estreito caminho [a]. A ilha poderia também ser construída em dois lotes, dispondo-se uma fila de casas em cada um dos lados do terreno, contendo o típico corredor, agora central e comum a ambas as filas [b]. Noutros casos, quando a ilha era composta por dois lotes, poderiam existir dois corredores laterais de acesso com as filas de casas construídas costas com costas [c].²⁰

20. *Ibid.*, p. 169



[Fig. 6] Fotografia de um Ilha no Porto (Localização e data desconhecidas)

“Embora tivessem sido possíveis outras disposições espaciais, dada a área à disposição dos seus promotores, foram, contudo, os modelos básicos das ilhas que foram adotados e construídos, por razões que se prendiam, essencialmente, com a eficiência económica destas soluções.”²¹

21. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 169

No que concerne à relação da ilha com a rua, esta podia admitir diferentes formas. Tal como referido anteriormente, a maior parte das ilhas eram construídas nas traseiras das antigas habitações burguesas, nesses casos, quando a casa completava a frente do lote, o acesso à ilha era realizado através de um túnel ou corredor que atravessava o edifício. Quando a construção da ilha e da casa era simultânea, uma porta de acesso à ilha era já integrada e disfarçada no desenho da fachada. Nos casos em que a casa não ocupava a totalidade do lote, a entrada para a ilha era feita pela lateral da casa, através de um caminho a descoberto e estreito. Quando a casa era inexistente a ilha ocupava a frente do lote e era coberta por uma parede com apenas uma porta de acesso à ilha.²²

22. *Ibid.*, p. 170

Relativamente à organização do fogo, tanto a frente, como a profundidade da casa tinha 4 metros. A sua frente tinha um desenho simples, com apenas uma porta e uma janela. Cada casa tinha uma sala, que poderia servir de quarto, um quarto ou alcova e uma cozinha, e algumas vezes um outro quarto improvisado no sótão.²³

23. *Ibid.*, p. 171

Embora estas sejam as tipologias básicas das ilhas do Porto, com um corredor estreito de acesso, encontram-se, no resto da cidade muitas exceções, como é o caso do objeto de estudo desta dissertação. A existência destas ilhas atípicas era resultado de lotes com diferentes características do típico lote estreito. As dimensões reduzidas dos fogos e os materiais utilizados na sua construção eram os mesmos, a carência de salubridade e conforto não deixava de existir e eram apenas melhoradas através de iniciativas próprias dos moradores.

*“As ilhas foram e são, justamente identificadas como um problema. Construídas, na sua maioria, de forma precária, aproveitando todas as nesgas de terreno, sem infraestrutura adequada, as ilhas são muitas vezes, focos de insalubridade e de doença.”*²⁴

Foram esquecidas e ignoradas durante os últimos 150 anos, por serem “*uma espécie de não cidade*”²⁵, não só por estarem escondidas e localizadas nas traseiras das ruas, assim como pela falta de capacidade de garantirem uma vida qualificada aos seus habitantes.

Face à preocupação da insalubridade e o foco de doença que se presenciava nas ilhas, surge uma procura de solução para estas problemáticas no final do século XIX e início do século XX. A partir de 1880 as câmaras municipais iniciaram novas medidas na tentativa de corrigir esta situação. Apesar destas preocupações, as câmaras municipais não consideravam ser da sua responsabilidade a construção de habitação de baixo custo, para tal, criaram incentivos para que os promotores privados tomassem o papel da construção dessas habitações para pessoas com poucos recursos e desse modo as câmaras controlavam as mesmas.²⁶ As iniciativas privadas são muito pontuais, destacando-se a ação realizada pelo jornal *O Comércio do Porto*, que em 1899 com o apoio do município na cedência dos terrenos e controlo de obras, viabilizou a construção de três colónias de operários (Monte Pedral, 1906; Lordelo, 1901; Bonfim, 1904).²⁷

24. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015, p. 1

25. *Ibid.*, p. 2

26. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Primeira Série, XXVII (115), 1992, p. 74

27. MATOS, Fátima Loureiro de - *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Terceira Série, XXIX (127), 1994, p. 683



[Fig. 7] Fotografia do Bairro de Casas para famílias pobres em Aldeia Nova de São Bento (1948-1953), do arquiteto Leonardo de Castro Freire)

Quando é instituída a República, em 1910, iniciou-se uma crescente vaga de movimentos sociais e greves, visto que as classes operárias consistiam numa parte essencial na base de apoio do regime o governo viu-se obrigado a acomodar-se às circunstâncias, para tal centrou-se na questão política e os problemas existentes da habitação desta classe.²⁸

28. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Primeira Série, XXVII (115), 1992, p. 76

Durante esta década a Câmara Municipal do Porto investiu na construção de habitação municipal, inspiradas nas colónias operárias, construídas por *O Comércio do Porto*. Foram edificados quatro bairros para as classes trabalhadoras, totalizando 312 habitações municipais, sendo “um número insignificante, comparado com as 12000 casas em «ilhas» que existiam no Porto em 1909 e os milhares de casas sobreocupadas por toda a cidade.”²⁹

29. *Ibid.*

Contudo, estas iniciativas não impediram a ocupação das ilhas e de velhos edifícios no centro da cidade, estes núcleos habitacionais continuaram a ser construídos aumentando consideravelmente o seu número. Numa procura de solução alguns políticos solicitavam a sua demolição e uma intervenção rigorosa na questão da habitação por parte do Estado.³⁰

30. MATOS, Fátima Loureiro de - *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Terceira Série, XXIX (127), 1994, p. 685



[Fig.8] Fotografia de um Bairro de Casas Económicas (localização e data desconhecidas)

Com o surgimento do Estado Novo, a política habitacional é mais direcionada às classes médias, apesar de no seu discurso oficial o objetivo era dirigido para as classes trabalhadoras. Nesse contexto o governo implementa o programa das casas económicas, que consiste em *“habitações unifamiliares, de um ou dois andares, independentes ou geminadas, cada uma com o seu próprio jardim”*.³¹

Este programa manteve-se até às vésperas da Revolução de Abril de 1974 com variadas alterações e diferentes ritmos de execução.

*“O estudo da sua génese e do seu percurso permitirá, muito possivelmente, recolher indicações decisivas para a compreensão do modo como, no nosso país, se estabeleceram originalmente e se foram reconfigurando, num quadro de luta social e política com registos alternativos de intensidade, os limites do pensável em matéria de intervenção do Estado face à ‘questão social’ e, em particular, face ao problema do alojamento. Algo que seguramente não deixará de ser útil para uma afinação da problematização, no presente, destas temáticas.”*³²

A ideologia deste modelo estava associado à política de habitação do regime, em que cada família deveria ser proprietária da sua casa, independente e isolada, de modo a precaver as aglomerações de trabalhadores em blocos de habitação coletiva, que eram considerados, pelo regime, locais inseguros.³³

31. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Quarta Série, XXVII (115), 1992, p. 79

32. MONTEIRO, Bruno; QUEIRÓS, João; RUIVO, Ricardo; COELHO, Maria Inês; BAÍÁ, João; FERREIRA, Ana Sofia; NOGUEIRA, Cristina - *Contributos para a História Social do Porto, Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo*, Porto: Deriva Editores, 2011, p. 14

33. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Quarta Série, XXVII (115), 1992, p. 80

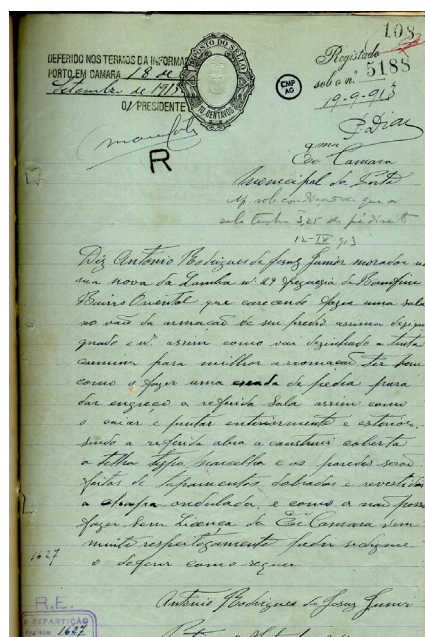
[Fig. 9] Fotografia durante as construções do Bairro Duque do Saldanha, 1939



[Fig. 10] Fotografia do Átrio durante as construções do Bairro Duque do Saldanha, 1939



[Fig. 11] Fotografia do interior de uma casa do Bairro Duque do Saldanha, 1939



“A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa (...) É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio, Eis porque não nos interessa os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária (...) para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família”³⁴

34. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Quarta Série, XXVII (115), 1992, p. 80

Estas casas económicas estavam direccionadas para as classes trabalhadoras, para os habitantes de ilhas, de modo a realojá-los nestas novas habitações, mas nada disso aconteceu. Foram construídas em pouco número, comparado com as necessidades desta população, e os acessos às mesmas foram dificultados devido às rendas que eram demasiado altas para esta classe.³⁵

35. *Ibid.*, p. 81

As municipalidades tinham ideais opostos, não concordavam com os modelos oficiais da habitação social, e por iniciativa própria, começaram a construir bairros sociais segundo as suas ideologias. Ao contrário dos modelos impostos pelo Estado, construção de casas unifamiliares nas periferias, tanto em Lisboa como no Porto, foram construídos bairros que tinham *“tendências coletivistas”*³⁶, que acometia com os ideais do Estado em relação à habitação.

36. *Ibid.*, p. 82

O Bloco de Saldanha, no Porto, foi um modelo daquilo que a câmara admitia ser a melhor solução para esta problemática. Defendia que deveriam ser construídos blocos de habitação social com vários andares e que estivessem localizados em zonas centrais e na proximidade das ilhas que seriam demolidas. Estas contradições originaram diversas discussões sobre *“a forma e a localização da habitação social”*³⁷.

37. *Ibid.*

[Fig. 12] Bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa (1944-1948 do arquiteto Couto Martins)



O financiamento destas obras de cariz social, era feito pelo Ministério das Obras Públicas, que contestou e afirmou não financiar obras que se opusessem aos modelos impostos pelo Estado.³⁸

*“Apesar deste cenário conturbado de lutas de poder e alterações políticas e económicas, e das alternativas que neste plano eventualmente possam ter sido experimentadas, o que é facto é que, no contexto das decisões sobre a forma de resolução do problema do alojamento operário urbano, se assiste a uma afirmação sucessivamente renovada da casa unifamiliar como valor moral e social estável.”*³⁹

Paralelamente ao programa das casas económicas, assiste-se na cidade do Porto, com maior intensidade, um debate na procura de soluções mais proveitosas na construção de habitação em maior quantidade e ritmo de construção, de modo a responder com maior eficácia às necessidades, para tal estabelecem-se novos modelos de habitação, contrários às casas unifamiliares estabelecidas pelo regime da atualidade.⁴⁰

Em 1956, a Câmara Municipal do Porto inicia o Plano de Melhoramentos, que consistiu numa *“resposta inédita do Estado face à questão habitacional”*⁴¹ e que assinala um início de um novo estágio da *“vida urbana e social”*⁴² da cidade do Porto. Este plano propõe, no prazo de 10 anos, a edificação de bairros camarários, mais concretamente, seis mil novos fogos, a fim de criar habitação para famílias que habitavam as ilhas ou outros bairros insalubres da cidade, de modo a retirá-las desses espaços e demolir os mesmos.⁴³

*“Em escassos dez anos, serão construídos seis mil fogos distribuídos por catorze bairros da periferia citadina, demolindo idêntico número de casas de ilha situadas no centro do Porto e envolvidas em processos de realojamento cerca de trinta mil pessoas, mais de 10% da população portuense e quase 20% da população residente nas oito freguesias daquela área da cidade.”*⁴⁴

38. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, Análise Social, Quarta Série, XXVII (115), 1992, p. 82

39. PEREIRA, Virgílio Borges - *A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do “Plano de Melhoramentos do Porto” de 1956*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 19

40. *Ibid.*, p. 37

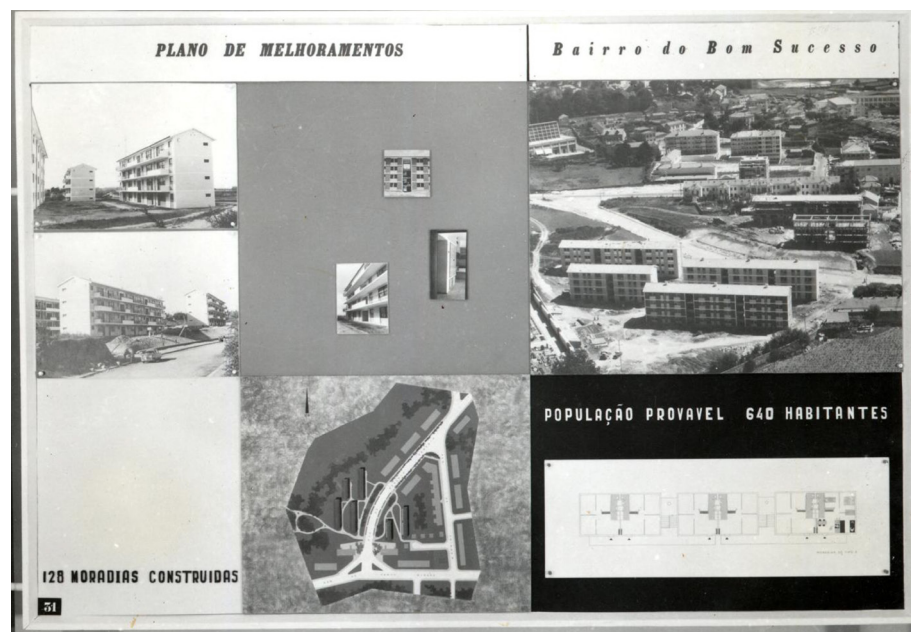
41. *Ibid.*, p. 41

42. *Ibid.*

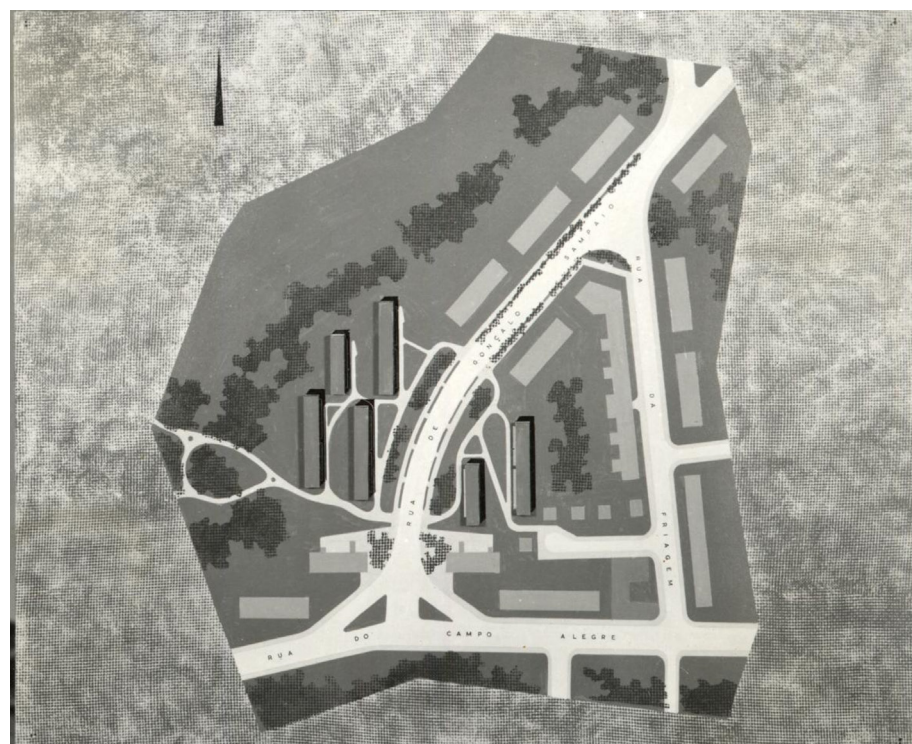
43. *Ibid.*, p. 49

44. *Ibid.*, p. 41

[Fig. 13] Bairro do Bom Sucesso, Porto (Expositor com planta topográfica, alçados, plantas e fotografias dos edifícios)



[Fig. 14] Bairro do Bom Sucesso, Porto (Planta topográfica)



Este novo Plano, contrariamente ao que era defendido pelo Estado, prevaleceu com a ideologia das construções em altura moderada, uma vez que dispunha mais vantagens económicas, dado que os terrenos seriam aproveitados da melhor maneira possível, a área seria reaproveitada totalmente, e assim as rendas a pagar seriam mais acessíveis do que as construções de habitação unifamiliar, defendidas pelo Estado.⁴⁵

45. PEREIRA, Virgílio Borges - *A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos do Porto" de 1956*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 47

*"Para que estas condições se reúnam parece de aconselhar a generalização de habitações em altura, permitindo uma maior densidade com um mínimo de área coberta, um máximo de quatro pisos e de vários tipos conforme as necessidades da população a instalar."*⁴⁶

46. *Ibid.*

Durante a década de 1960 as construções dos novos bairros tiveram um ritmo elevado, que permitiu o primeiro impulso para o cumprimento dos objetivos deste Plano, com a primeira obra realizada, Bairro do Bom Sucesso com 6 blocos e 128 habitações, e três dos maiores bairros deste Plano, Bairro do Cerco, com 804 habitações; Bairro do Regado, com 722 habitações; Bairro Campinas com 900 habitações. Após dez anos a Câmara Municipal do Porto era proprietária de catorze bairros camarários com o total de 6072 fogos.⁴⁷

47. *Ibid.*, p. 53 e 54

Posteriormente a este período de insólito esforço na edificação de habitações, a cidade do Porto alterou consideravelmente a forma do seu tecido urbano e social. Nas zonas periféricas encontravam-se agora bairros camarários habitados por famílias transferidas de algumas ilhas ou outro tipo de habitação que carecia de condições de habitabilidade. Após este sucesso a Câmara Municipal do Porto decide propor o prolongamento do Plano de Melhoramentos por mais cinco anos, sendo em 1966 aprovado pelo governo.⁴⁸

48. *Ibid.*, p. 55

[Fig. 15] Bairro de São João de Deus, Porto (1944-1956)



De modo a auferir o melhor proveito deste prolongamento, inicia-se uma nova fase construção de 1674 novas habitações, distribuídas por cinco novos bairros (São João de Deus, Francos, Aldoar, Lordelo e Corujeira). Estes novos bairros camarários localizam-se na periferia, mas agora mais próximos de outros bairros e das habitações que se previam demolir, de modo a realojar os seus habitantes nos novos bairros em zonas mais próximas do lugar a que pertenciam. Esta vaga de construções permitiu que no início da década de 1970 a Câmara Municipal do Porto possuir cerca de 9 mil fogos.⁴⁹

49. PEREIRA, Virgílio Borges - *A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos do Porto" de 1956*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 58

Contudo, ao observar o contexto social e político da execução do Plano de Melhoramentos, apesar das contradições, tensões e conflitos relativamente àquilo que o Estado considerava a melhor maneira de intervenção e solução da problemática da habitação, estas foram superadas através de um plano de demolição das ilhas e construção de bairros camarários de altura moderada na periferia da cidade, de modo a realojar as classes populares portuenses que se encontravam a viver em condições insalubres.⁵⁰

50. *Ibid.*, p. 62

*"Contra uma visão monolítica da configuração do Estado sob a ditadura, o estudo da ação da Câmara Municipal do Porto no terceiro quartel do século XX nas esferas do urbanismo e da habitação oferece-nos a possibilidade de observar um campo burocrático crescentemente atravessada por tensões, contradições e conflitos, onde pontuam agentes com perfis sociais, estratégias e tomadas de posição muito distintas."*⁵¹

51. *Ibid.*, p. 62

Em suma, durante o Estado Novo encontrou-se algumas soluções para a problemática da habitação. O Programa das Casas Económicas foi um arranque, e estas eram

[Fig. 16] "Exposição de Projetos de Casas Económicas - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro", Lisboa, 1945



construções dotadas de melhores condições e qualidade, mas os favorecidos eram as classes médias, apesar de as classes pobres terem sido a justificação para a implementação deste modelo.⁵² Relativamente ao Porto a situação foi diferente, o impulso foi outro, e uma parte do problema foi resolvido, mas não o suficiente para o realojamento total das classes mais pobres. Estas ações durante o Estado Novo tiveram um caráter significativo, tendo sido o ponto de partida de uma nova visão e tentativa de solução para as carências habitacionais, e que mais tarde, após a Revolução de 25 de Abril volta a ser experimentado e repensado de modo a encontrar uma resposta à “*questão habitacional*.”⁵³

52. TEIXEIRA, Manuel C. - *As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, *Análise Social*, Quarta Série, XXVII (115), 1992, p. 83

53. PEREIRA, Virgílio Borges - *A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do “Plano de Melhoramentos do Porto” de 1956*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 62



[Fig. 17] Fotografia de um ilha no Porto (localização e data desconhecidas)

“É no contexto de um processo político cujas transformações eram, em 74, imprevisíveis que se faz, entre outras medidas a proposta de arranque do novo programa de habitação que ficou conhecido como SAAL.”⁵⁴

54. PORTAS, Nuno - *Os Tempos das Formas*, vol. I: *A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: DAAUM, 2005, p. 275

Após o fim da ditadura, que durou perto de meio século, as condições democráticas em Portugal foram retomadas e o problema da habitação foi colocado como uma das principais exigências que os governos provisórios teriam de encarar.⁵⁵ Apesar das enormes expectativas da população à solução deste problema, a fase transitória política nacional não permitia a sua resposta imediata.

55. PORTAS, Nuno - *Os Tempos das Formas*, vol. I: *A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: DAAUM, 2005, p. 269

“ (...) A esperança numa mudança radical nas condições de vida, alimentada pelas classes mais desfavorecidas, depressa se viu confrontada com as limitações objetivas e materiais de uma país dependente, bem como pelas contradições características de uma administração herdada do anterior regime, na qual os efeitos de uma mudança, mesmo relativa, nas esferas mais altas de poder pouco se fizeram sentir (...).”⁵⁶

56. PORTAS, Nuno in SANTOS, Ricardo - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016, p. 15

Deste modo, os novos responsáveis pelo governo português, ministérios ou municípios, propuseram novas alternativas para atingirem melhores resultados em pouco tempo. Uma das quais a criação de novos sistemas “ (...) de promoção pública baseados numa organização autónoma de demanda social e nas capacidades virtuais de autogestão (...) ”⁵⁷, nascendo assim o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

57. *Ibid.*, p. 16



[Fig. 18] Fotografia da manifestação nacional dos moradores contra o decreto que impede as ocupações, Porto 17 de Maio de 1975

O SAAL vinha assim criar uma resposta às carências habitacionais, que inevitavelmente necessitava de uma reflexão sobre a habitação, sendo por isso uma das principais preocupações políticas dos arquitetos desta contemporaneidade - dos quais Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas se destacam.⁵⁸

O programa é instituído com a finalidade de criar um novo processo na política da habitação, através de novas relações entre os diferentes agentes e alteração da metodologia, de modo a alcançar um novo produto, em termos de forma e de gestão.⁵⁹ Habitualmente, na habitação social tradicional o projetista e o habitante são desassociados, o projeto é antes encomendado pelo governo e depois atribuído ao inquilino, sem qualquer envolvimento do mesmo no processo. Assim, um dos objetivos do SAAL era romper esta separação e dar lugar à voz dos moradores, com a sua participação direta na conceção da habitação.⁶⁰ Para além de conceder um papel ativo aos habitantes, o programa pretendia orientar os municípios a assentir o “direito ao sítio” a que os moradores já se haviam fixado.⁶¹

Às câmaras cabia o “controlo urbanístico da localização e cedência dos solos”, ao SAAL concernia “a selecção dos casos, a avaliação da viabilidade urbanística, do traçado urbanístico e de loteamento, a elaboração de projectos de habitações e infra-estruturas, e a assistência no lançamento e na fiscalização das empreitadas de construção e na gestão social das organizações dos moradores.”⁶² Deste modo, esperava-se que o SAAL pudesse modificar a estrutura burocrática, facilitando a sua intervenção.

O programa SAAL só começa a ser compreendido após uma intensa luta e análise por parte dos técnicos e moradores. Os residentes, tendo uma certa autonomia nas

58. BANDEIRINHA, José António - *O porcesso SAAL: Arquitectura e participação, 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, p. 27

59. PORTAS, Nuno in SANTOS, Ricardo - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016, p. 18

60. PORTAS, Nuno in SANTOS, Ricardo - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016, p. 19

61. PORTAS, Nuno - *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: DAAUM, 2005, p. 275

62. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 21



[Fig. 19] Fotografia do Bloco S.ª das Dores de Álvaro Siza, S. Victor, Porto, segunda metade dos anos 70

suas decisões, recusaram a autoconstrução,⁶³ que expressa que o Estado deixa de ser responsável pelo financiamento total dos programas habitacionais impondo aos moradores o seu investimento das suas energias e recursos na construção das próprias casas. Na verdade, a autoconstrução nunca foi instituída ou exigida, aquilo que o programa SAAL impunha para que a sua existência fosse possível era a colaboração e a iniciativa dos moradores.⁶⁴

As áreas de intervenção, denominadas “unidades operacionais”, eram delimitadas tendo em conta a existência de alguma singularidade arquitetónica ou urbanística, e que coincidissem com uma zona com alguma influência sociológica ou política. “A intervenção projetual deveria, assim, consolidar ou reinventar um lugar praticado que, como os lugares antigos, inventariados e classificados fosse, como eles, promovido a lugar de memória.”⁶⁵ Consequentemente, o critério que foi dominado na construção e projeção destas habitações, (principalmente no Norte do país) recusava o típico bloco ladeado por espaços característicos e isolados, desta forma as novas construções eram preferencialmente coincidentes aos tipos e escalas do preexistente, sendo também favoráveis à população. Estas seriam habitações com um máximo de três pisos, com acesso direto ao espaço público que por sua vez eram bem delimitados dando origem, por vezes, a alguns pátios privados.⁶⁶

“A participação dos moradores verificou-se essencial e desejável, não só na definição do lugar como em todas as questões de carácter programático, que poderiam ir da discussão sobre tipologias, sistemas construtivos ou materiais apropriados à gestão dos futuros aglomerados e processos de financiamento.”⁶⁷

O projeto SAAL, apesar de ter tido curta duração (1974-1976) foi impactante e

63. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 22

64. PORTAS, Nuno - *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: DAAUM, 2005, p. 275

65. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 23

66. PORTAS, Nuno in SANTOS, Ricardo - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - Oeiras, Lisboa: Tinta-da-china, 2016, p. 16

67. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 23



[Fig. 20] Fotografia do Bairro da Bouça, de Álvaro Siza, Porto (data da fotografia desconhecida)

essencial, sobretudo pela sua ocorrência numa época de transição de regime, num momento em que as pessoas acreditavam e almejavam por uma mudança. O programa funcionava como projeto de “cooperação-conflitual”⁶⁸ entre o Estado e as organizações dos bairros, mas que mais tarde deixou de funcionar desta forma, dado que a dedicação e as competências de gestão e mobilização não poderiam depender apenas das organizações dos bairros. A partir da segunda metade do ano de 1975, os conflitos entre os intervenientes aumentaram, o que levou à perda de confiança por parte dos moradores nas instituições democráticas.

68. PORTAS, Nuno - *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: DAAUM, 2005, p. 293

*“Fizeram-se desde cedo juízos definitivos sobre o papel das organizações populares na descentralização do Estado insistindo em aspetos acessórios, ou mesmo anedóticos, apoiados na desconfiança dos burocratas em relação aos projetos executados fora da sua alçada. Mas a verdade é que demasiadas operações avançaram e algumas se concluíram com excelentes resultados, em preço e qualidade e sobretudo em satisfação dos interessados.”*⁶⁹

69. *Ibid.*

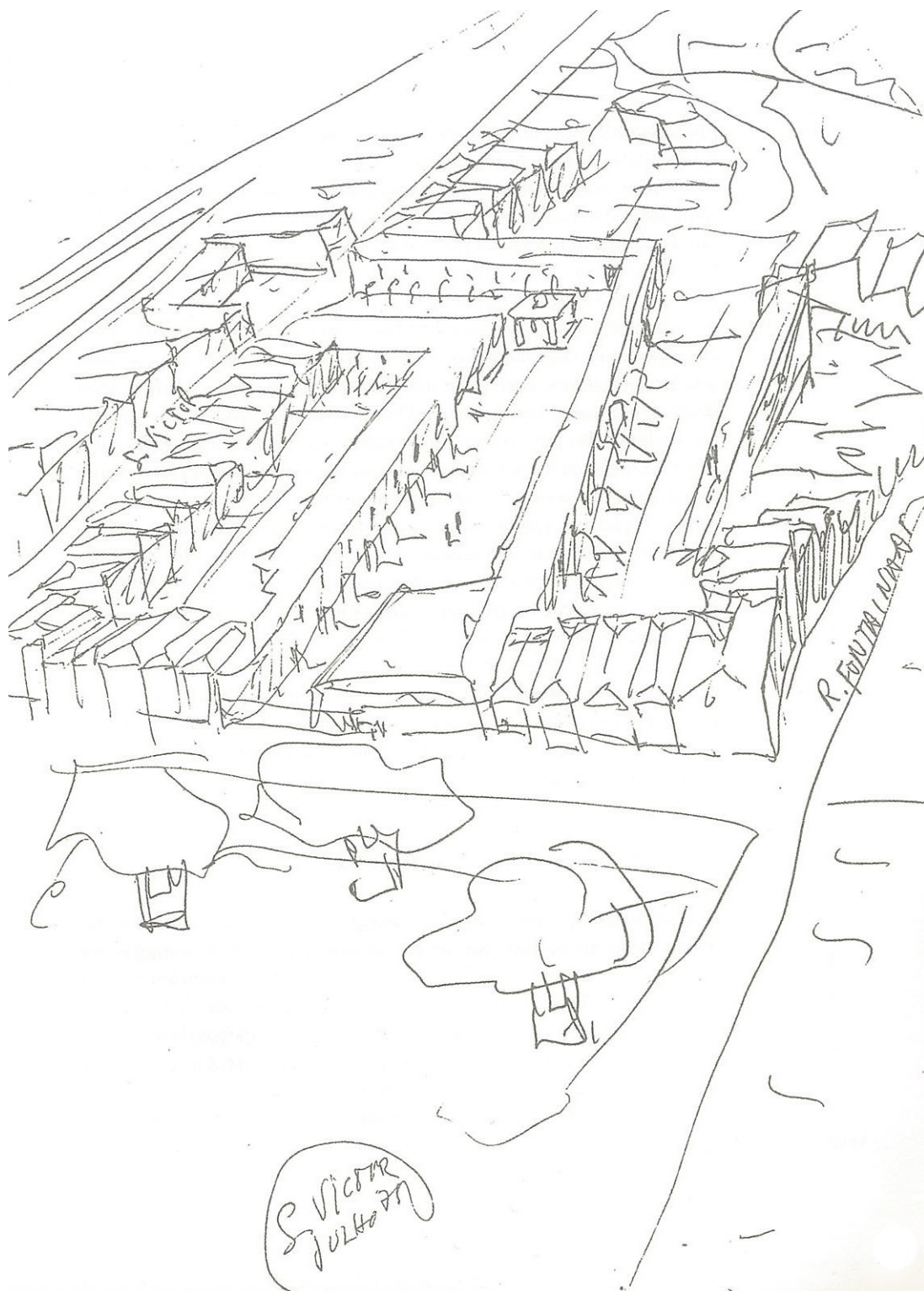
Apesar de o programa ficar aquém do que se antevia, foi suficiente para conceber uma “nova dinâmica nas relações entre administração e os administrados”⁷⁰. A organização dos moradores mostrou-se essencial para criar uma oposição e identificar aquilo que estava disposta, ou não, a prescindir uma vez que o Estado nem sempre considera determinados interesses das classes subalternas.⁷¹ Por fim, aquilo que se deve reter do programa SAAL, e que se deve considerar como exemplo é a sua metodologia, “a capacidade para continuar e interpretar o real e sobre ele construir”⁷², para que o arquiteto, através do desenho e da interpretação da cidade e da sua memória seja capaz de criar melhores condições e harmonizar a vida urbana.⁷³

70. *Ibid.*, p. 294

71. *Ibid.*

72. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 29 e 30

73. *Ibid.*, p. 30



[Fig. 21] Esquisso de Álvaro Siza, Ilha que atravessa o quarteirão entre a Praça da Alegria e a Rua de S. Vitor, 1975

*“Parece, pois, oportuno refletir sobre a forma de reverter o discurso, apesar de inconclusivo, do SAAL para a realidade da nossa contemporaneidade. Na ausência de qualquer movimento social urbano que nos dê algum norte, os temas, no Porto, permanecem: Como realojar as populações das ilhas mantendo o seu direito ao lugar? O que fazer com os bairros camarários para que deixem de ser guetos no interior da cidade?”*⁷⁴

74. COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 30

NOVO OLHAR

“Mas a nova cidade não vai nascer dos juízos de competência com velhos ou novos códigos, nem das revistas da especialidade, nem da experiência amortalhada.

O desenho da cidade nascerá do desejo da cidade, da descoberta do claro e do oculto, do que todos conhecem por experiência e do que poucos conhecem, tornada colectiva. Do quê colectivamente transformado, alguns julgam invenção.”⁷⁵

75. SIZA VIEIRA, Álvaro, in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 13

“Neste contexto de uma visão ampla sobre os problemas da habitação, chegou o momento de um novo olhar, mais incisivo, sobre as Ilhas do Porto. (...) Permite-nos conhecer uma realidade que, hoje como no passado, é quase desconhecida. Persistem na cidade quase mil ilhas, espaços coletivos de habitação popular. Nelas residem mais de dez mil portuenses (...).”⁷⁶

76. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - “Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização, Porto: Município do Porto, 2015, p. 2

Tal como acontece nos principais centros urbanos do país, no Porto assiste-se à intensificação do mercado imobiliário, favorecendo em grande parte a economia do turismo e restringido o edificado para a habitação convencional a preço justo. O turismo intensificou a reabilitação do património edificado, atribuindo um novo potencial económico ao mesmo. O que anteriormente se considerava inacessível tornou-se exequível.

Gerou uma nova problemática, está, não só a prejudicar o direito a habitar a cidade, como também a aplicar diversas transformações morfológicas e construtivas, contribuindo para uma perda de identidade deste património. Uma vez que estas típicas fachadas da cidade começam a escassear, devido à massiva reabilitação para o turismo, manifesta-se um novo olhar para lá destas e o interesse pelas ilhas do Porto começa a surgir.

Anteriormente a esta nova visão e fascínio por estes conjuntos habitacionais com o propósito somente para o turismo, a Câmara Municipal do Porto (CMP) já

[Fig. 22] Uma senhora à porta de sua casa numa ilha, Fotografia de autoria de Adriano Miranda, 2018



manifestava o seu interesse com um outro propósito, habitação social. Esta atenção acontece numa altura em que a crise já se tinha instalado no país e a procura por casa municipal aumentou significativamente, principalmente na CMP que se tornou *“num dos maiores proprietários de habitação do país, com cerca de 13 mil fogos.”*⁷⁷ A CMP foi investindo na requalificação dos bairros municipais e na criação de programas de apoio ao pagamento de renda, de modo a realojar e auxiliar pessoas e famílias, sendo também benéfico para suprimir a *“informalidade no mercado de arrendamento privado.”*⁷⁸

Em tais circunstâncias, numa nova perspetiva sobre os problemas da habitação, formou-se uma reflexão sobre as Ilhas do Porto e a procura de um novo objetivo para as mesmas. Para tal foi feito o estudo *“Ilhas do Porto: levantamento e caracterização”*, sobre as condições de habitabilidade e a situação socioeconómica dos que as habitam, *“constitui um documento revelador da complexidade da situação e das principais questões que se colocam aos que pretendem pensar o futuro das ilhas.”*⁷⁹

77. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015, p. 2

78. *Ibid.*

79. MOREIRA, Inês; MELÂNEO, Paula, in *Epicentros pós-industriais* in *Jornal Arquitectos*, publicado em Setembro de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/o-futuro-das-ilhas-do-porto>

[Fig. 23] Estado de ocupação dos núcleos de ilhas por tipologia morfológica
 *% em relação ao total de núcleos da tipologia morfológica

Tipologia morfológica	Núcleos habitacionais							
	Habitados		Desabitados		Outros		Sem informação	
	Nº	%*	Nº	%*	Nº	%*	Nº	%*
Ilha	487	92,1	38	7,2	3	0,6	1	0,2
Padrão	227	88,0	28	10,9	3	1,2	0	0,0
Com desenvolvimento variável	260	95,9	10	3,7	0	0,0	1	0,4
Ilha atípica	223	91,4	16	6,6	3	1,2	2	0,8
Pátio	53	98,1	1	1,9	0	0,0	0	0,0
Conjunto não estruturado	100	87,0	12	10,4	1	0,9	2	1,7
Casa repartida	19	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Conjunto de pequena dimensão	25	89,3	2	7,1	1	3,6	0	0,0
Híbrido	26	92,9	1	3,6	1	3,6	0	0,0
Bairro operário	7	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Vila	32	97,0	1	3,0	0	0,0	0	0,0
Quinta	66	85,7	10	13,0	0	0,0	1	1,3
Outro	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0
Não foi possível entrar	41	63,1	19	29,2	0	0,0	5	7,7
Total	857	89,6	85	8,9	6	0,6	9	0,9
				957				

As ilhas são maioritariamente habitações privadas, verificando-se apenas três casos de habitação pública, sendo esta a maior problemática das mesmas. Apesar da vontade por parte da Câmara Municipal em resolver a carência habitacional que existe nas ilhas, a solução não pode ser somente executada por parte da autarquia, “(...) o seu sucesso depende da capacidade para mobilizar a Cidade.”⁸⁰ Será por isso necessário considerar o poder de decisão e determinante dos proprietários destes núcleos habitacionais, tendo sempre presente um reconhecimento do direito à cidade aos moradores.

*“Este é o desafio que agora lançamos à Cidade. Regenerar as ilhas, diversificando as oportunidades de criação de habitação a custos aceitáveis e desenvolvendo novos usos, correspondendo aos tempos que vivemos.”*⁸¹

Através do levantamento efetuado pela Domus Social, reconhece-se que existem 957 ilhas, das quais 85 estão completamente desabitadas, tendo 4900 alojamentos ocupados, perfazendo um total de quase 10400 habitantes. Apesar do resultado demonstrar uma diminuição em relação aos estudos anteriores, continua a manifestar uma influência considerável, uma vez que se aproxima dos 5% da habitação total da população residente na cidade do Porto. Este estudo foi o ponto de partida para a delineação de soluções e estratégias de intervenção nas ilhas, promovendo a primeira intervenção numa ilha municipal - Bela Vista (2015-2017).⁸² Por ser considerada a ilha “mais representativa”⁸³ do município foi a eleita para o

80. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - “Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização, Porto: Município do Porto, 2015, p. 3

81. *Ibid.*

82. CARVALHO, Patrícia, in *Porto vai tratar das suas ilhas mas nem todas terão o mesmo fim* in *Jornal Público*, publicado em 20 de Abril de 2015, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2015/04/20/local/noticia/ja-ha-ideias-para-as-ilhas-do-porto-que-va-da-recuperacao-a-destruicao-1693056>

83. GERIVAZ, Sara, in *Reabilitação Ilha da Bela Vista está a mudar* in *Jornalismo Porto NET*, publicado em 17 de Dezembro de 2015, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://jpn.up.pt/2015/12/17/reabilitacao-bela-vista-esta-mudar/>

84. *Ibid.*

início de reabilitação das ilhas públicas, servindo como laboratório para as duas restantes e tendo como prioridade *“Aproximar os portuenses, dar novos vizinhos aos atuais moradores das ilhas e revitalizar os espaços.”*⁸⁴

85. FERRÃO, André; MOREIRA, Hugo, in *Ilhas do Porto: “Não podemos fazer obras no que não é nosso”* in *Jornalismo Porto NET*, publicado em 08 de Fevereiro de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://jpn.up.pt/2018/02/08/ilhas-do-porto-nao-podemos-reabilitar-nao/>

O substancial impedimento da intervenção nestes núcleos habitacionais é o fato de na sua generalidade as ilhas serem privadas. Deste modo, visto que existe a intenção de intervir no máximo possível neste tipo de habitação, não basta apenas projetar soluções para as Ilhas públicas. Para tal é fundamental *“encontrar formas para que os proprietários, que viram o seu património empobrecido, tenham condições de financiamento, em conjunto com os inquilinos, de fixar a população atual e novas populações.”*⁸⁵

86. PAULO, Isabel, in *Ilhas do Porto vieram à tona. Para moradores ou turistas?* in *Jornal Expresso*, publicado em 06 de Julho de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://expresso.pt/sociedade/2018-07-06-Ilhas-do-Porto-vieram-a-tona.-Para-moradores-ou-turistas->

No seguimento destas ideias e o diagnóstico que foi feito à realidade das ilhas foi criado o 1.º Direto *“uma solução de resposta pública para resolver os problemas de acesso à habitação”*⁸⁶. Visto que, legalmente a autarquia não pode intervir em propriedade privada, o 1º Direito é concebido como instrumento que permite acesso a financiamento. Este programa consiste num apoio público à promoção de soluções, para aqueles que vivem em condições habitacionais insalubres e cuja condição de carência financeira os impede de sustentar o acesso a uma habitação apropriada.

87. Retirado de Diário da República, Decreto-Lei nº37, 04 de Junho de 2018, consultado a 02 de Julho de 2019 URL: <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115440317/details/maximized>

*“As profundas alterações verificadas nos modos de vida e nas condições socioeconómicas das populações e os efeitos da conjugação de anteriores políticas de habitação e da mudança de paradigma no acesso ao mercado de habitação, precipitada pela crise económica e financeira internacional, geraram uma combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação de natureza estrutural a que importa dar resposta, assegurando simultaneamente o equilíbrio entre os vários segmentos de ofertas habitacionais e a funcionalidade global do sistema.”*⁸⁷

Este programa destina-se assim a apoiar proprietários, públicos ou privados, de modo a dispor participações financeiras não reembolsáveis (fundo perdido) e de bonificação da taxa de juro de empréstimo.

O 1.º Direito vem assim agilizar os mecanismos para a reabilitação das Ilhas do Porto e não só. Porém, devido à sua complexidade *“carece ainda de clarificação e operacionalização”*⁸⁸

Além deste novo recurso a CMP considera importante e necessário intervir na regeneração das ilhas mediante projetos com parceria entre o Programa Habitar Porto e as juntas de freguesia de Bonfim e Campanhã, programa este que nasceu em 2017 e que tem promovido, juntamente com estas freguesias, o apoio à recuperação destes núcleos habitacionais de carácter privado e que, recentemente, fez um levantamento arquitetónico de 40 ilhas no Porto, financiado pela CMP.

88. NOGUEIRA, Miguel, *in Visita às Ilhas mostra que há soluções diferentes para o mesmo problema in Portal de Notícias do Porto*, publicado em 05 de Julho de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <http://www.porto.pt/noticias/visita-as-ilhas-mostra-que-ha-solucoes-diferentes-para-o-mesmo-problema>



[Fig. 24] Enquadramento Urbano
da Ilha

Tal como referido anteriormente as intervenções nas ilhas municipais já avançaram, estando uma das obras já concluída (Bela Vista), outra em processo de concretização de obra (Bonjardim) e a outra em fase de projeto (Cortes). Deste modo, considera-se pertinente olhar, cuidadosamente, para o projeto e obra da Ilha da Bela Vista, que principiou o processo de requalificação das ilhas pertencentes ao município, tornando-se assim num dos mais importantes passos no decorrer do mesmo.

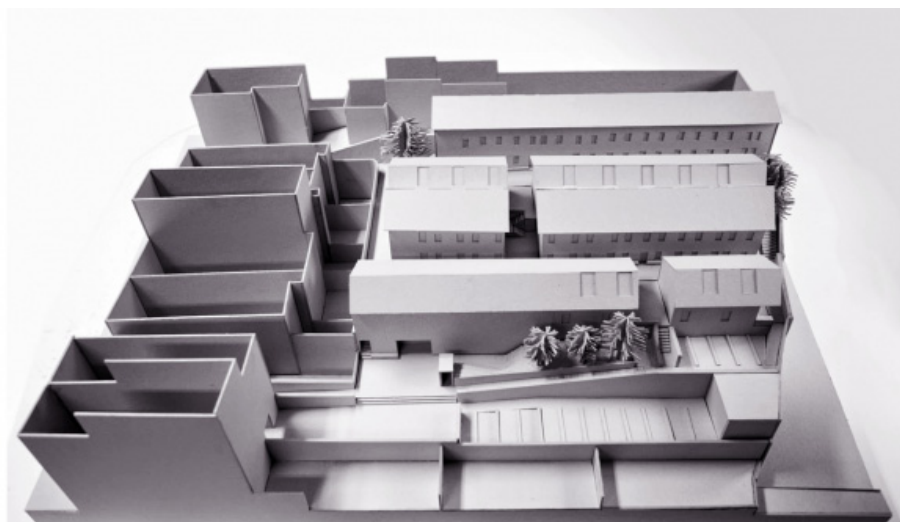
Não é a primeira vez que a Ilha da Bela Vista é objeto de intervenção, tendo existido um ensaio durante o processo SAAL, que não foi finalizada. Desde então, a esperança pela mudança subsistiu entre os moradores. Apesar do fracasso da Operação SAAL Bela Vista os habitantes não esquecem a sua importância, “(...) a população envolveu-se, fizemos a associação e mobilizámos as forças necessárias.”⁸⁹ O envolvimento por parte dos moradores não foi suficiente, apresentavam-se “atrasos e incertezas”.⁹⁰ As obras não se iniciaram, ainda que tenham sido implementados objetivos (sendo o principal solucionar os problemas da habitação sem que tivessem que retirar os moradores da ilha) e uma estrutura simples de projeto, onde é apresentada uma memória descritiva, com uma análise detalhada da ilha.

“O projeto de revitalização da ilha da Bela Vista na cidade do Porto é um projeto com evidente expressão social e construída. Com pessoas que a habitaram, habitam e habitarão. Assim resumo a sua transfiguração (transfiguração porque se trata de uma mudança de aparência, de forma, mas nunca da sua essência, da sua função, do seu sentido de existência, da sua identidade individual e coletiva) desta zona urbana, espaço comunitário com identidade e memória, integrada na cidade do Porto.”⁹¹

89. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - *A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 9

90. *ibid.*, p. 49

91. *ibid.*, p. 15



[Fig. 25] Fotografia da maquete do projeto de intervenção na Ilha da Bela Vista

O processo de intervenção na mesma iniciou-se em 2015, tendo sido totalmente concluído em 2016. O programa para a requalificação consistiu na implementação de um projeto de arquitetura básica projetado pelo Gabinete de Arquitetura Cerejeira Fontes-Imago em parceria com o Laboratório de Habitação Básica e com o envolvimento dos moradores da Ilha da Bela Vista e a CMP. Desde o início do processo foi clarificada a decisão de permanência de todos os moradores na ilha e a preocupação, por parte dos mesmos, com o tipo de rendas que iriam assumir após a renovação das casas.

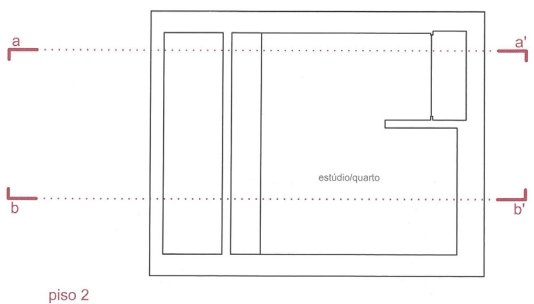
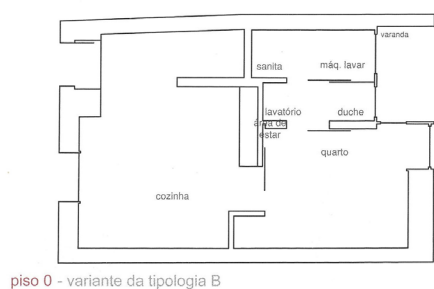
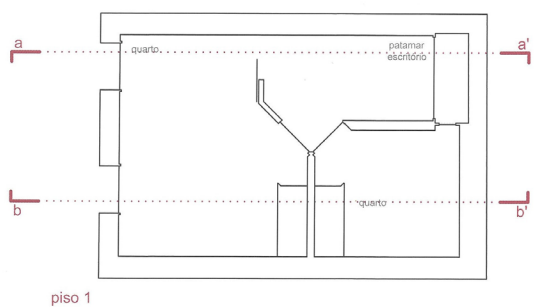
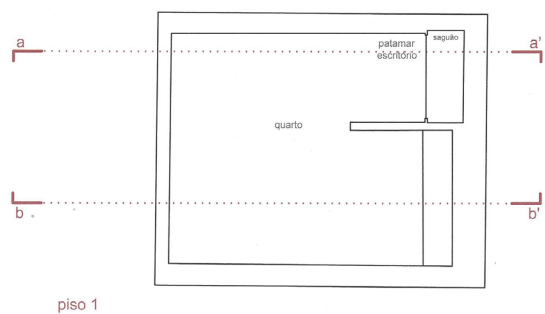
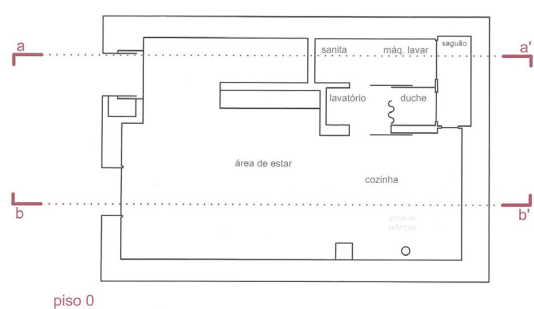
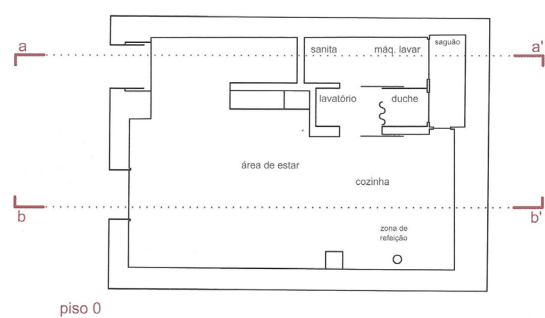
“Era fundamental que este programa garantisse o direito ao lugar, o direito à habitação destes mesmos moradores depois da ilha renovada, evitando exclusões por insolvência dos seus moradores face aos novos encargos.”⁹²

92. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - *A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 59

93. *ibid.*

No que concerne ao projeto, este inclui todos os objetos e formas que se tornaram como referência e que os moradores incorporaram na ilha, tanto como tanques, bancos exteriores, portas com janelas e componentes que marcavam e distinguiram o espaço de cada uma das diferentes casas. *“Deste modo, o projeto inscreve-se num lugar, num sítio, numa comunidade com uma história e memória específica no contexto da cidade do Porto. No fundo estamos perante um programa que procura dar respostas formais, construtivas e técnicas ao habitar numa ilha, valorizando os elementos físicos e simbólicos de uma comunidade (...)”⁹³*

Esta ilha, localizada no interior do quarteirão, nas traseiras das casas burguesa, que servem de fachada urbana na Rua D. João IV, outrora composta por 43 casas e 12 famílias, é agora reduzida a 35 casas, onde se contemplam diversas tipologias de habitação. De modo a aproveitar as mesmas áreas de construção, entre 47m² e 67m², foram definidas três diferentes tipologias.



[Fig. 26] Plantas dos pisos 0 e 1 da Tipologia A e piso 2 da variante da Tipologia A

[Fig. 27] Plantas dos pisos 0, 1 e 2 da Tipologia B

A Tipologia A destina-se a uma família até três pessoas e é composta por 2 pisos, tendo uma tipologia base com 1 quarto no piso superior e uma outra, variante, com 2 quartos, um em cada piso. De forma a permitir uma maior iluminação natural e ventilação transversal em todos os compartimentos, foi desenhado um saguão na zona tardo da casa. Tanto na tipologia base como na variante foram construídos 8 fogos de cada uma delas, perfazendo um total de 16 habitações.⁹⁴

94. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - *A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 70

A Tipologia B destina-se a uma família até 4 ou 5 pessoas e é composta por 3 pisos. No piso 0 encontram-se as zonas comuns e os pisos superiores contêm 3 quartos. Tal como na tipologia A, foi desenhado um saguão na zona tardo da casa, de forma a permitir uma maior iluminação natural e ventilação transversal em todos os compartimentos. Nesta tipologia foram construídas 19 habitações.⁹⁵

95. *ibid.*, p. 72

A nível construtivo foi resolvida a necessidade de impermeabilização do existente a baixo custo. Nas paredes perimetrais, na parte interior das mesmas, foi criado um pano de parede com uma caixa-de-ar ventilada e um canal de escoamento das águas. Foi executado um reforço estrutural dos elementos existentes e no topo superior das paredes de alvenaria foi concebida uma cinta de betão armado para travamento estrutural preenchida por uma nova laje de betão, que se apoia na alvenaria já existente e noutros novos elementos pontuais. As coberturas foram modificadas para uma nova cobertura leve com isolamento térmico.⁹⁶

96. *ibid.*, p. 74

[Fig. 28] Fotografia do interior de uma habitação, após intervenção na ilha



[Fig. 29] Fotografia do interior de uma habitação, após intervenção na ilha



“Uma proposta que faz uso de planos formais e simples, composta pelos mesmos planos geométricos, volumes lineares que incorporam as mesmas funções e os mesmos sentidos poéticos, que rasgam aqui ou ali novas circularidades que nos trazem o exterior para o interior da ilha, a partir de uma desmaterialização de volumes em pontos mais específicos.”⁹⁷

97. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - *A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 60



[Fig. 30] Fotografia do interior de uma habitação, após intervenção na ilha

De modo a reforçar a necessidade da regeneração destes núcleos habitacionais, que são maioritariamente de carácter privado, torna-se pertinente fazer referência ao aumento progressivo do património de ideias para o futuro das Ilhas do Porto, que nesta circunstância tem adquirido protagonismo o trabalho elaborado pela iniciativa Habitar Porto (HP).

Este programa surge em 2017, sendo uma iniciativa dinamizada pela Associação Relatos Quotidianos, em parceria com a Junta de Freguesia do Bonfim, a Junta de Freguesia de Campanhã e a Câmara Municipal do Porto através da Divisão Municipal de Reabilitação urbana e é coordenada pelo arquiteto Aitor Varea Oro e pela educadora social Liliana Lopes.⁹⁸

98. Retirado da página oficial do Habitar Porto, consultado a 02 de Julho de 2019, URL: <https://habitarporto.org/about/>

O lançamento do Habitar ocorre após a chegada do arquiteto Aitor Varea Oro a Portugal, que nos 4 anos precedentes esteve envolvido num movimento de moradores no Bairro El Cabanyal (Valência), movimento esse que tinha iniciado uma luta em oposição a um projeto lançado pela Câmara Municipal, que pretendia fazer o prolongamento de uma avenida através deste bairro, tendo como consequência a demolição de 1651 habitações nesse local. Contudo, apesar das demolições das casas terem sido iniciadas, o bairro salvou-se, uma vez que foi feito um trabalho técnico juntamente com a população, que tinha como principal objetivo comprovar que o bairro detinha valor patrimonial.

Aquilo que importa destacar neste processo é a envolvimento de toda a população, não só os que habitam o bairro, mas também os que habitam a cidade, que se interessam pelo património e por uma democracia mais participativa.

99. Retirado da conversa com Aitor Varea Oro, 04 de Julho de 2019

*“Nós aqui tínhamos um caderno de encargos da população, ou melhor, construámos o caderno de encargos com a população. Que foi: que tal se nós tentarmos uma abordagem patrimonial para provar que a demolição das casas é anticonstitucional? E isso conseguiu-se.”*⁹⁹

Considera-se essencial salientar esta experiência do arquiteto Aitor Varea, uma vez que teve uma forte influência na conceção do Habitar Porto. Após a sua chegada, Aitor começou a estudar o processo SAAL, mas entretanto deparou-se com outra realidade, as ilhas, através do projeto do Bairro de São Victor, do arquiteto Siza Vieira.

100. PINTO, Mariana Correia, in Aitor quer ser um “arquitecto de família” para a população do Bonfim in *Jornal Público*, publicado em 30 de Março de 2016, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2016/03/30/sociedade/noticia/aitor-quer-ser-um-arquitecto-de-familia-para-a-populacao-do-bonfim-1727481>

*“A questão estava ali, Não era tanto o que tinha acontecido, mas qual a relação entre o que se queria visar com o 25 de Abril e o SAAL e a mentalidade ainda existente e visível através das ilhas e do direito à cidade”*¹⁰⁰

101. Retirado da conversa com Aitor Varea Oro, 04 de Julho de 2019

No momento inicial do programa Habitar Porto o propósito era aliar todos os intervenientes, desde o proprietário, inquilino e técnico. Uma vez que cada interveniente possui um obstáculo, a ideia era unir cada um dos problemas e arranjar uma solução, visto que cada um é *“sintoma do mesmo problema”*.¹⁰¹ A partir deste conceito, o Habitar Porto é lançado com a abertura de um gabinete de atendimento, no qual, qualquer um destes intervenientes detém apoios que possam *“facilitar os processos de reabilitação, disponibilizar habitação a preço justo e criar emprego a escala local.”*¹⁰²

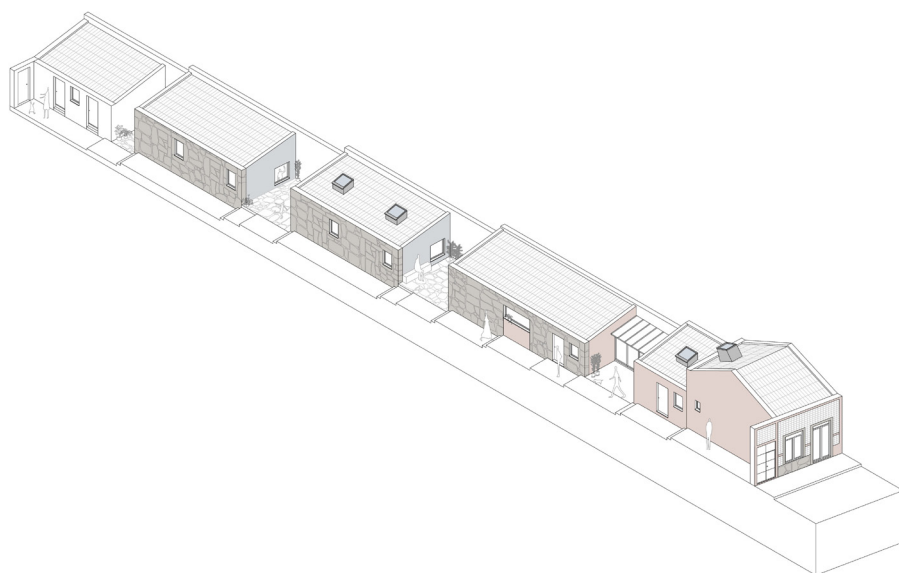
102. Retirado da página oficial do Habitar Porto, consultado a 02 de Julho de 2019, URL: <https://habitarporto.org/about/>

O primeiro projeto que surge destina-se a uma ilha na Rua de São Victor e é com o apoio do Arquiteto Bernardo Amaral e outros arquitetos e educadores sociais, que se inicia uma procura de solução para a proprietária da ilha. Aquilo que se concluiu no processo do delineamento deste projeto foi que não se poderia diminuir drasticamente o número de casas, nesse caso o custo da renda aumentava. Por isso, seria necessário reduzir as áreas das casas de modo a ser habitável e no futuro, se houver necessidade de ampliação pode ser feito através de meios próprios. Para tal, a preocupação foi manter o máximo possível de habitações e a partir daí seria possível que, através dos valores de renda mensal, pagar o empréstimo que a proprietária teria que solicitar para a recuperação do edificado. A partir deste momento surge um novo padrão na formulação e conceção do projeto: usufruir dos regulamentos para fazer arquitetura.¹⁰³

Em suma, o conceito é simples, se há um abundante número de casas vagas e desabitadas com hipótese de serem renovadas significa que há oportunidades económicas perdidas pelos proprietários destes edificados, sendo estes possivelmente do interesse de pessoas com baixos recursos e que procuram habitação a preço justo, tal como será também vantajoso para projetistas e construtores civis. Para Aitor a arquitetura faz sentido não só na definição física do espaço, mas também como um serviço básico. O direito à habitação *“Não é um problema das pessoas com poucos recursos (...). Diz respeito a todos nós e tem um impacto muito grande no funcionamento das cidades.”*¹⁰⁴

103. PINTO, Mariana Correia, in *E se o Porto inventasse um Obamacare em versão Habitar?* in *Jornal Público*, publicado em 20 de Abril de 2017, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2017/04/20/p3/noticia/e-se-o-porto-inventasse-um-obamacare-em-versao-habitar-1769315>

104. PINTO, Mariana Correia, in *Aitor quer ser um “arquitecto de família” para a população do Bonfim* in *Jornal Público*, publicado em 30 de Março de 2016, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2016/03/30/sociedade/noticia/aitor-quer-ser-um-arquitecto-de-familia-para-a-populacao-do-bonfim-1727481>



[Fig. 31] Vista Axonométrica



[Fig. 32] Alçado Principal



[Fig. 33] Enquadramento Urbano da Ilha

A regeneração da Ilha na Rua de S. Victor, recuperada pelo atelier BAAU (Bernardo Amaral, Arquitetura e Urbanismo) em colaboração com Sarah Drouet e na qual o total de construção detém uma área de 338m², teve início em 2013, sendo concluída em 2015.¹⁰⁵

105. Retirado da página oficial do Atelier BAAU, consultado a 02 de Julho de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-victor/>

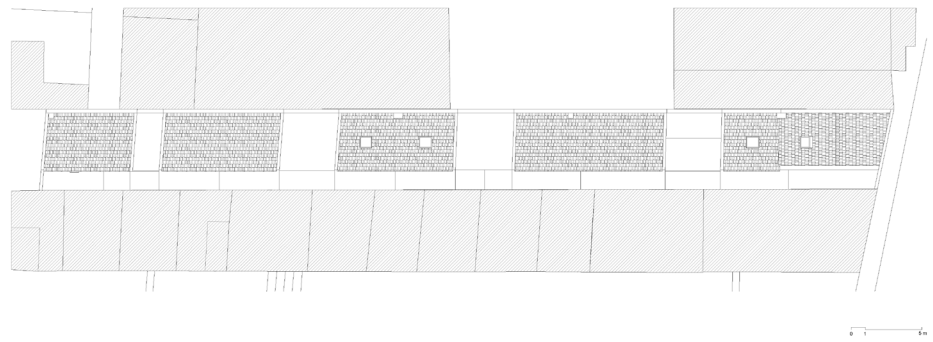
O programa proposto para esta ilha não se trata de uma habitação convencional, mas sim de uma residência de artistas. Esta intervenção, apesar de possuir um contexto diferente dos temas previamente abordados, considera-se pertinente ser analisada, de modo a apreender os modos como foi definido o espaço e essencialmente a transformação de um lugar, outrora insalubre, num espaço aprazível de habitar.

O lote desta ilha é extenso, tendo duas frentes de rua. No lado das Fontainhas o lote é rematado por uma casa burguesa, (casa essa que tem acesso ao corredor da ilha através do seu pátio) e do lado de São Victor é rematado por uma pequena casa que faz parte deste projeto de intervenção. A ilha estava praticamente desabitada, permanecendo apenas uma casa ocupada.¹⁰⁶

106. Retirado da entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019

A nível espacial exterior, visto que, outrora esta ilha, para além do corredor exterior tinha também uns pátios entre as casas, que foram preenchidos com ampliações que os habitantes faziam, o propósito inicial desta intervenção foi retirar essas ampliações, de modo a repor os antigos pátios existentes. Assim, foi criado um alpendre para cada habitação, de forma a adquirir um espaço mais amplo de entrada

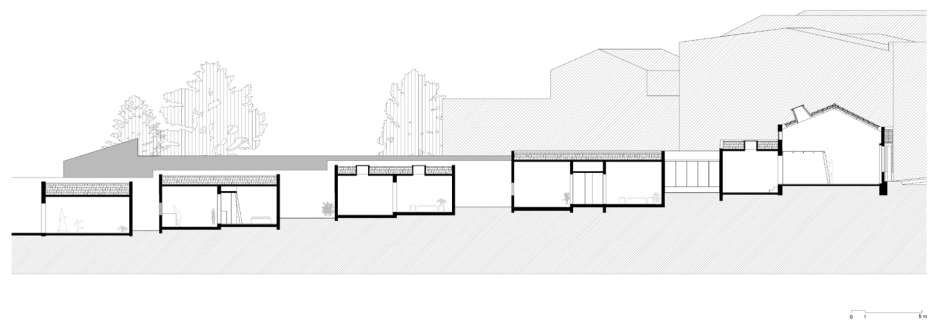
[Fig. 34] Planta de Cobertura



[Fig. 35] Planta Piso Térreo



[Fig. 36] Corte Longitudinal



e de carácter mais privado. As portas das casas que davam para o corredor foram fechadas e foram desenhadas umas novas na lateral, comunicando com uma outra entrada de luz na parede paralela, de maneira a criar um atravessamento visual, maior ventilação e iluminação natural.¹⁰⁷

107. Retirado da entrevista ao Arquitecto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019

No que concerne às tipologias estas foram sobretudo refletidas para que fossem reaproveitadas e reconfiguradas da melhor forma para os novos usos. Foram desenhadas várias tipologias, utilizando sempre a mesma regra de manter todos os limites perimetrais das casas. No total existem agora quatro diferentes fogos, unindo duas casas numa.¹⁰⁸

108. *Ibid.*

Na primeira tipologia numa das células está a zona de estar e cozinha e na outra um quarto com mezanino e uma instalação sanitária. Uma outra é praticamente igual à anteriormente referida, sem a existência de mezanino. Na terceira tipologia cada uma das células destina-se aos quartos, e a junção das duas é feita através do que poderia ser o pátio, que neste caso é aproveitado para a instalação sanitária e cozinha comum. A quarta tipologia usufrui da casa que faz frente de rua destinada aos quartos com mezanino e uma instalação sanitária, uma célula destinada a uma zona de estar, e uma outra instalação sanitária que ocupa uma parte de um dos novos pátios.

Relativamente às instalações sanitárias estas apresentam-se de uma forma peculiar, completamente envidraçadas, que surgiram a partir do desafio feito pela proprietária, pensar a maneira de habitar o espaço, sem criar paredes e sempre com elementos livres a fazer separação de espaços, quando necessário. O mobiliário foi desenhado por parte da proprietária, havendo assim um trabalho comum e um processo de autoconstrução.¹⁰⁹

109. *Ibid.*

[Fig. 37] Fotografia do interior de uma das habitações, após intervenção



[Fig. 38] Fotografia do interior de uma das habitações, após intervenção





[Fig. 39] Fotografia de um dos pátios exteriores, após intervenção



[Fig. 40] Fotografia geral da ilha, após intervenção



[Fig. 41] Fotografia do corredor de acesso, após intervenção

A estrutura do edificado não teve grandes alterações, de modo a manter a sua linguagem volumétrica. Consequentemente, esta foi uma reabilitação focada no interior das habitações na qual os espaços foram repensados, de forma a experienciar diferentes modos de habitar.¹¹⁰

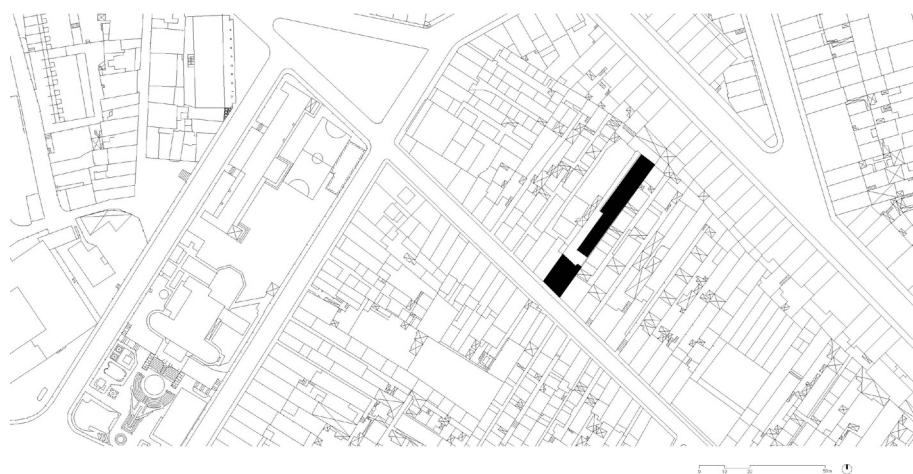
110. Retirado da entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019

*“As ilhas são uma tipologia da cidade habitacional do Porto, tal como a casa Burguesa. Apesar das suas deficientes condições de habitabilidade elas podem ser repensadas para novos usos e com outras qualidades (...).”*¹¹¹

111. *Ibid.*



[Fig. 42] Fotografia do corredor de acesso, após intervenção



[Fig. 43] Enquadramento urbano da ilha

A Ilha na Rua de São Victor, em processo de recuperação, com projeto concluído por parte do atelier BAAU (Bernardo Amaral, Arquitetura e Urbanismo) em parceria com o Programa Habitar Porto e na qual o total de construção detém uma área de 600 m², teve início em 2017.¹¹²

112. Retirado da página oficial do Atelier BAAU, consultado a 02 de Julho de 2019, URL: <http://www.baaup.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-victor-172/>

Este, tal como foi referido anteriormente, foi o primeiro projeto que surgiu no Habitar Porto, para tal destina-se a habitação a custo justo. Inicialmente um projeto para um financiamento para o programa Reabilitar para Arrendar, no qual apenas se incluíam as casas da ilha, sem a casa que faz frente de rua. Mais tarde, com a entrada do programa 1º Direito e que oferece outras condições essa casa foi também incluída no projeto. Nesse edificado o principal objetivo é a reparação da eficiência energética e pequenas alterações nas divisões. A zona do rés-do-chão mantém-se destinada a comércio.¹¹³

113. Retirado da entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019

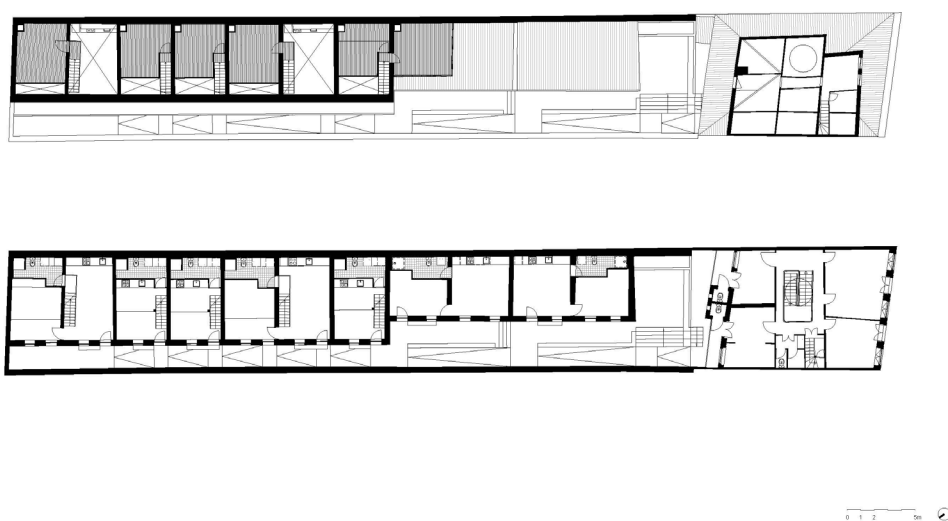
Neste caso, ao contrário da outra ilha reabilitada pelo mesmo atelier, não foi possível criar o mesmo número de espaços exteriores, no projeto foi decidido demolir apenas uma casa, de modo a criar mais respiro, ventilação e luz, acabando também por criar um espaço exterior comum a todos os habitantes. A ilha detinha no seu total 12 casas e nesta proposta passa a ter 7, que de momento dispõe de duas habitadas, não havendo necessidade de cumprir determinado número de fogos, apenas o máximo possível, tendo em conta a legislação.¹¹⁴

114. *Ibid.*

[Fig. 44] Plantas dos Pisos 0 e 1,
Vermelhos e Amarelos



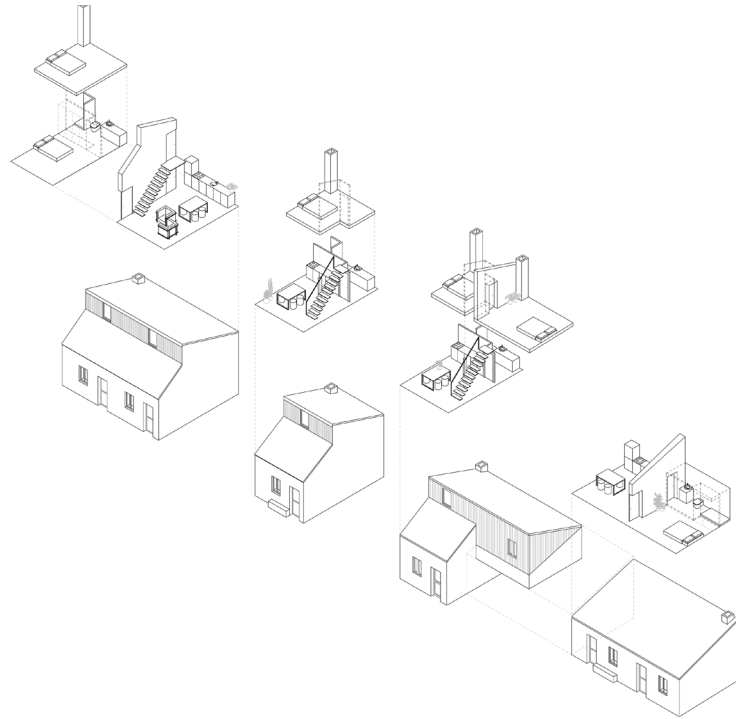
[Fig. 45] Plantas dos Pisos 0 e 1



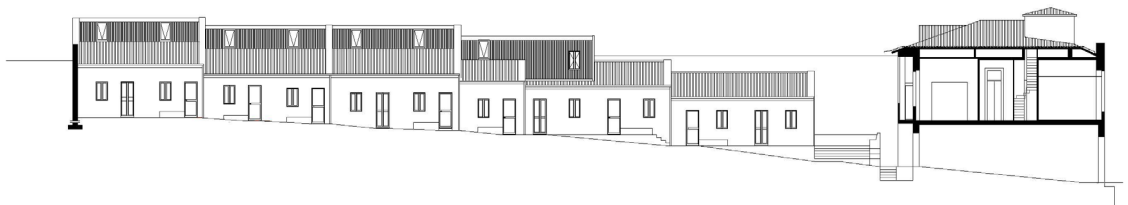
Neste projeto deparamo-nos com uma volumetria complexa. Tal como referido anteriormente, no decorrer deste processo os arquitetos apreenderam que poderiam usufruir dos regulamentos para fazer arquitetura. Uma das dificuldades deste trabalho era conseguir colmatar as empenas, para tal foi executado um novo desenho de coberturas, no qual as casas do fundo, tendo contacto com empenas mais altas usufruem disso para fazer habitações em dois pisos, nas casas mais próximas da entrada da ilha as empenas são mais baixas, por isso estas são casas com apenas um piso. Para compreender o aproveitamento que foi feito do espaço, de modo a ter o maior número de fogos e que se destinem também a famílias (mais do que um casal), repara-se numa tipologia exceção, um T2 que se encaixa na casa do lado, que aproveita uma parcela no piso de baixo e no piso de cima beneficia a união de duas parcelas.¹¹⁵

115. Retirado da entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019

No que concerne às tipologias estas foram sobretudo refletidas para que fossem habitadas por famílias, dispondo de quatro diferentes tipologias. Uma delas une duas parcelas, sendo que uma se destina à zona de estar e cozinha e a outra aos quartos e instalação sanitária, tendo um quarto no piso de baixo e outro no piso de cima, esta tipologia T2 destina-se a duas casas. A outra habitação T2, exceção, é composta apenas por uma parcela, contendo a zona de estar, instalação sanitária e cozinha no primeiro piso e no segundo contém os dois quartos, onde um deles assenta por cima da casa do lado. Para as habitações T1 existem duas diferentes tipologias, cada uma destinada a duas casas. Uma é constituída por uma parcela, com dois pisos e a outra é constituída por duas parcelas com um só piso. A primeira detém, no piso de baixo a cozinha, instalação sanitária e zona de estar e no piso de cima um quarto, esta destina-se a duas casas. A segunda possui numa das parcelas a zona de estar e cozinha e na outra o quarto e instalação sanitária, esta destina-se também a duas casas.



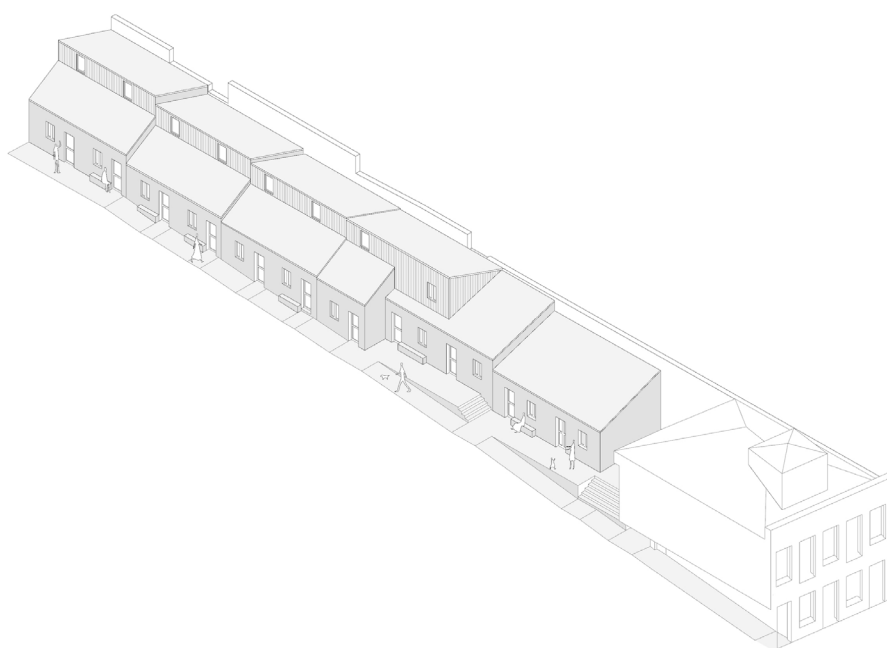
[Fig. 46] Axonometrias das diferentes tipologias de habitação



[Fig. 47] Alçado Principal

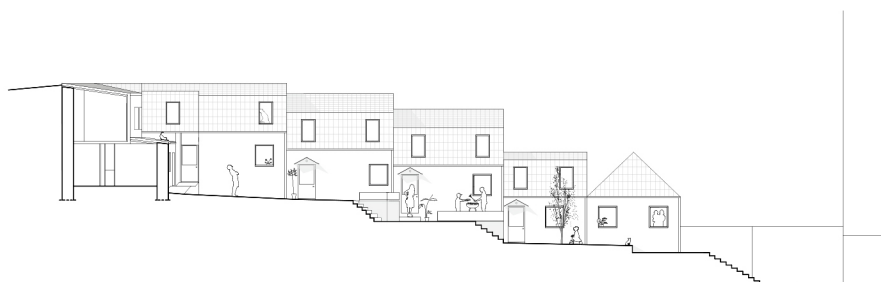
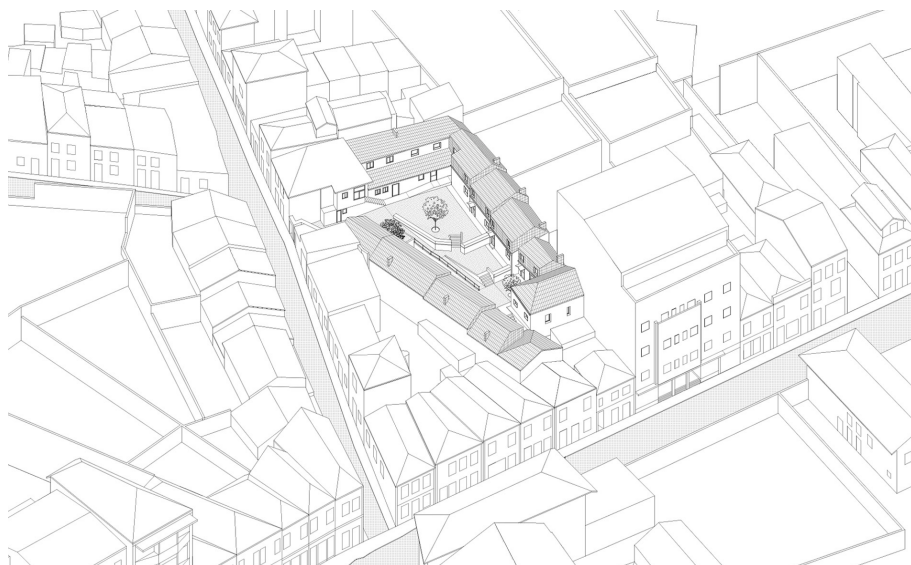
A nível de materialidade, o piso superior é revestido no exterior por chapa molada, uma vez que é leve, impermeável e económico. Para manter a lógica do existente os pisos de baixo são revestidos a capoto. A nível dos acessos, a entrada da ilha inicia-se com uma rampa que se une a uma escada que dá acesso ao pátio comum. Na zona em que o corredor é mais largo os arquitetos optaram pelo acesso misto, com escada e rampa, no estreitamento do corredor optou-se somente pelo acesso em rampa.¹¹⁶

116. Retirado de entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral, 10 de Abril de 2019



[Fig. 48] Vista Axonométrica

[Fig. 49] Vista Axonométrica



[Fig. 50] Alçado

O projeto de intervenção na Ilha na Rua das Antas nº 52, em processo de recuperação (2018-...) e no qual detém uma área de construção de 720m², surgiu a partir de um concurso de arquitetura lançado pelo Habitar Porto “Pensar, construir, habitar” em Novembro de 2017, no qual o vencedor foi o projeto do atelier Merooficina.¹¹⁷

*“O projeto surge da convicção de que este é um dos casos em que uma transformação e revalorização que tem em conta as necessidades de conforto da sociedade atual, como pode ser a estratégia mais vantajosa, quer a nível de investimento, como a nível do aproveitamento dos recursos existentes.”*¹¹⁸

Esta ilha apresenta-se como um caso excecional, não é uma ilha típica em fila com acesso através de um corredor, é atípica, visto que este edificado organiza 14 habitações em torno de um pátio. Este pátio cria um *“ambiente mais propício à vida em comunidade regida por valores como o da sociabilidade e do cooperativismo.”*¹¹⁹

A proposta de intervenção exterior consiste em reconstituir a forma do pátio, ao demolir os acrescentos de construções débeis feitos pelos habitantes, de modo a oferecer novamente este espaço ao conjunto. Este pátio possui uma grande diferença de cotas, para tal foi efetuada uma subdivisão em quatro patamares, com acessos em rampas e escadas. A este espaço une-se um outro, coberto, destinado a um espaço de lavandaria para *“uso livre dos residentes.”*¹²⁰ No pátio houve o cuidado de não alterar as cotas do piso original, cingindo o trabalho de movimentação e contenção de terras ao mínimo possível, de modo a aperfeiçoar as condições de acessibilidade e a diminuir o índice de impermeabilização do solo.¹²¹

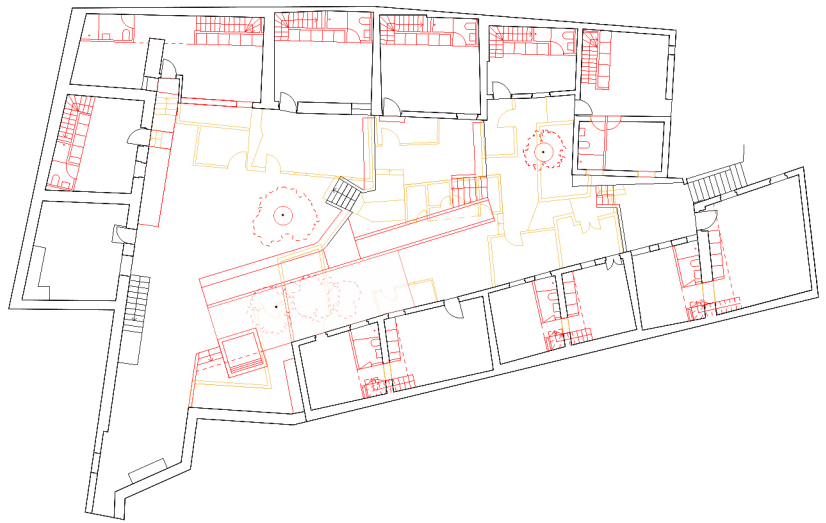
117. Retirado da página oficial do Atelier Merooficina, consultado a 02 de Julho de 2019, URL: <http://merooficina.com/project/espaco-em-aberto>

118. Retirado da página oficial do Habitar Porto, nas imagens dos painéis com a descrição e proposta do projeto, (painel nº1), consultado em 20 de Março de 2019, URL: <https://www.facebook.com/habitarporto/photos/a.531823793654119/938428296326998/?type=3&theater>

119. *Ibid.*

120. *Ibid.*, painel nº2

121. Retirado da entrevista realizada à Arquiteta Catarina Ribeiro, 22 de Março de 2019



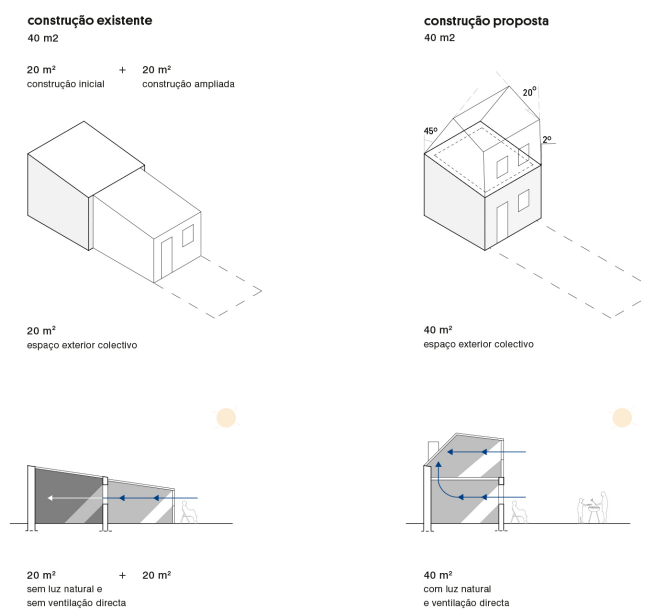
[Fig. 51] Planta Vermelhos e Amarelos



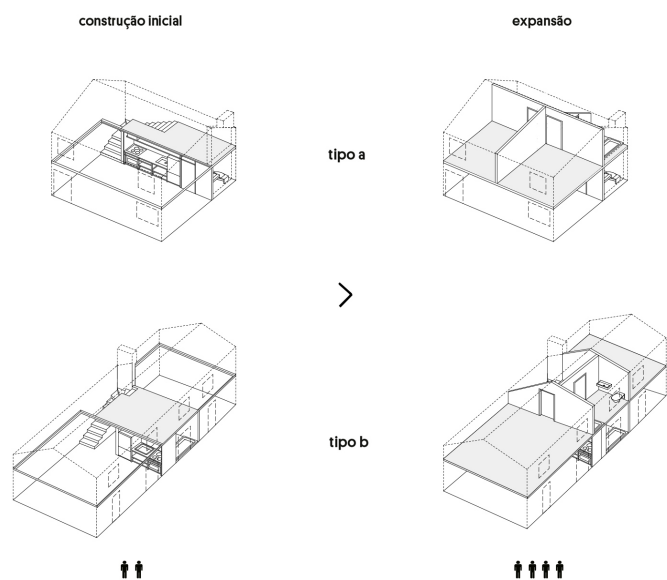
[Fig. 52] Planta Piso 0



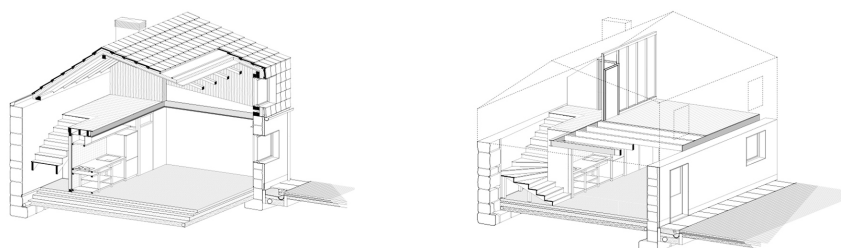
[Fig. 53] Perspetiva do interior de uma habitação



[Fig. 54] Esquema de intervenção



[Fig. 55] Esquema tipológico



[Fig. 56] Axonometrias com e sem expansão

No que concerne ao espaço interior, os arquitetos tentaram manter o máximo número de fogos possíveis, mas no decorrer do projeto houve a necessidade de reduzir a 10 habitações. Neste tipo de intervenção optou-se por uma *“lógica de economia de meios e simplicidade construtiva”*.¹²²

As tipologias consistem em habitações evolutivas, que deixam *“em aberto”* a hipótese de os habitantes fazerem a expansão, de acordo com as suas necessidades. O esquema é simples, ao retirar a ampliação que os habitantes tinham feito, o fogo fica com a área original de 20m² (por exemplo), mais tarde, dependendo das necessidades de cada um, este pode ou não requerer à ampliação de 20m² (por exemplo) no piso superior. Nesta proposta apenas duas são casas não expandidas (casa 2 e casa 4), isto porque já estavam naturalmente ampliadas. Esta expansão está preparada para ser executada de uma forma simples, na construção inicial estão incluídas duas vigas metálicas, de modo a assentar uns barrotes de madeira quando se realizar a ampliação para o piso superior.¹²³

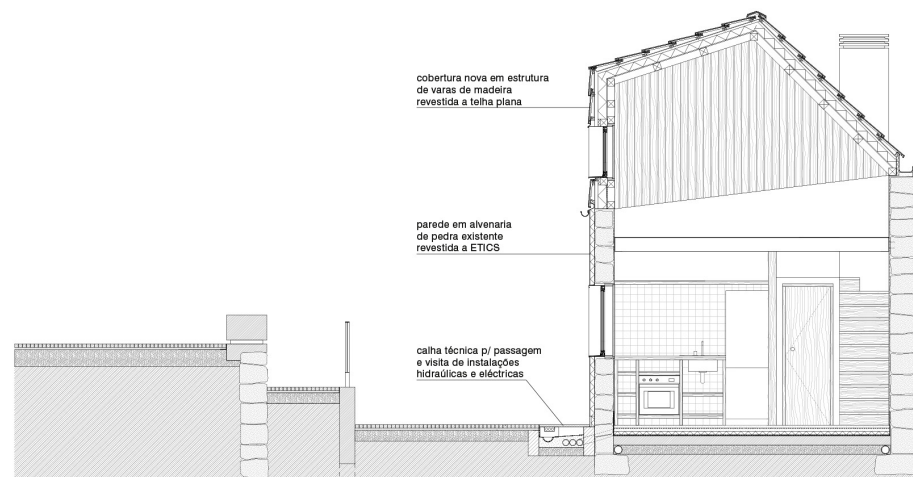
Numa fase inicial, sem expansão, propõem uma intervenção básica com uma substituição total das coberturas, a recuperação de elementos que se consideram necessários manter e a construção de um núcleo interior que integra os módulos de cozinha, a instalação sanitária e as escadas de acesso ao piso superior no qual se iniciam as diferentes possibilidades de ampliação para cada habitação. Aquilo que os arquitetos definiram foi que o investimento feito inicialmente, com ou sem ampliação, é feito pela proprietária, caso se decida recorrer à ampliação numa fase mais tardia o investimento já seria executado pelos arrendatários.¹²⁴

Este projeto visa somente a preservação dos elementos resistentes de pedra, enquanto será necessário recorrer à substituição dos pisos térreos por um sistema com betonilha afagada, isolamento e impermeabilização. Relativamente à cobertura

122. Retirado da página oficial do Habitar Porto, nas imagens dos painéis com a descrição e proposta do projeto, (painel nº1), consultado em 20 de Março de 2019, URL: <https://www.facebook.com/habitarporto/photos/a.531823793654119/938428296326998/?type=3&theater>

123. Retirado de entrevista realizada à Arquiteta Catarina Ribeiro, 22 de Março de 2019

124. Retirado da página oficial do Habitar Porto, nas imagens dos painéis com a descrição e proposta do projeto, (painel nº3), consultado em 20 de Março de 2019, URL: <https://www.facebook.com/habitarporto/photos/a.531823793654119/938428736326954/?type=3&theater>



[Fig. 57] Corte Construtivo



[Fig. 58] Perspetiva da Ilha

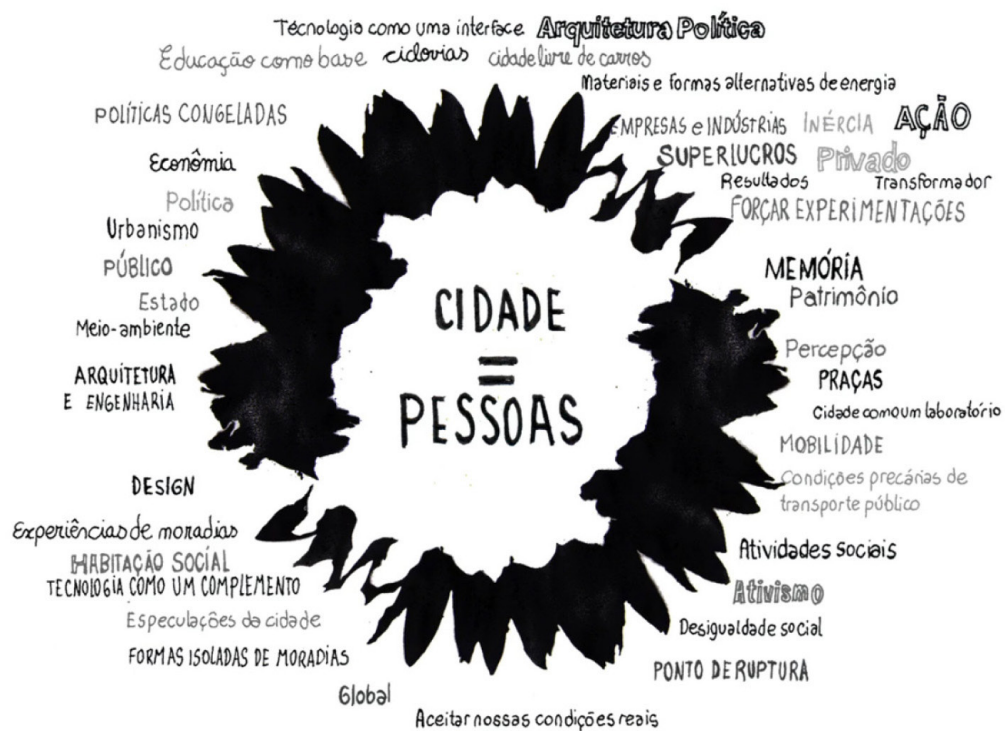
e paredes interiores, este projeto propõe um “*sistema de telhado assente em varas de madeira, e barrotes de madeira, respetivamente*”¹²⁵ e as paredes interiores em “*placas de gesso cartonado fixadas à estrutura de madeira, rebocadas e acabadas com pintura ou azulejo.*”¹²⁶ Relativamente aos vãos, estes serão substituídos por outros em alumínio com vidro duplo e corte térmico. No revestimento exterior os arquitetos optaram pela utilização de telha plana, por ser de uma material de fácil manutenção e de modo a criar uma continuidade da cobertura e distinguir o acréscimo que é feito na construção.

125. Retirado da página oficial do Habitar Porto, nas imagens dos painéis com a descrição e proposta do projeto, (painel nº4), consultado em 20 de Março de 2019, URL: <https://www.facebook.com/habitarporto/photos/a.531823793654119/938430352993459/?type=3&theater>

126. *Ibid.*



[Fig. 59] Perspetiva da Ilha



[Fig. 60] Juliana Russo, Revolução através do Design - Habitação Social: Incremental, 2014

*“Trata-se de compreender que, sob a luz de um tempo global da história, necessariamente redutor, mas também, aglutinador das diferentes expressões do progresso da humanidade, existem fragmentos de territórios (...) que permanecem com os seus habitantes ligados a condições de vida de outro tempo passado, e não ao tempo que as envolve.”*¹²⁷

127. COSTA, Alexandre Alves
in COSTA, Ana Alves; COSTA,
Ana Catarina; FERNANDEZ,
Sergio - *Cidade Participada:
Arquitectura e Democracia,
Operações SAAL* - S. Victor,
Lisboa: Tinta-da-china, 2019,
p. 30



[Fig. 61] Fotografia da Ilha 23A
na Rua de Vera Cruz, 2018

TRANSFORMAÇÃO

“Na Ilha de Jacob as casas não têm teto, as paredes estão em ruínas, as janelas desapareceram e as portas estão prestes a tombarem na rua. As chaminés são negras, mas delas não sai qualquer fumo. Os prédios não têm proprietários, e são ocupados apenas por aqueles que têm coragem suficiente para lá viver e morrer.”¹²⁸

128. DICKENS, Charles, in *Oliver Twist*, Porto Salvo: Edições Saída de Emergência, 2019, p. 279

Durante o desenvolvimento industrial, a cidade começa a expandir-se perifericamente estendendo-se, particularmente nas freguesias de Bonfim e Campanhã onde, consequentemente, as habitações operárias vieram sedimentar-se.¹²⁹

A zona da Lomba constituía uma das principais áreas de ilhas no Porto, guarneecendo grande proximidade com indústrias de fiação e tecelagem de algodão, a atividade industrial mais importante da cidade. Após a introdução da máquina a vapor na Estação de Comboios de Campanhã e a construção da Ponte D. Maria, foi finalmente criada a ligação entre Lisboa-Porto, levando à fixação de algumas unidades industriais nestas duas freguesias e consequentemente a população operária ocupou estas zonas, revelando-se a principal responsável pela maior parte do crescimento populacional na cidade.¹³⁰

A ilha selecionada como objeto de estudo situa-se na Rua de Vera Cruz, 23A, na freguesia de Bonfim, Porto. Através da planta (figura 63) denota-se que existe um número considerável de ilhas neste lugar. No entanto, repare-se que no “arquipélago” que alberga, na Rua de Vera Cruz, Travessa da Lomba, Rua do Lourenço e Rua da Lomba, nem todas as ilhas são típicas:

“Consistia numa fila de pequenas casas de um só andar, dispostas lado a lado ao longo de uma destas estreitas parcelas de terreno (...) todas as casas das ilhas davam para um caminho estreito, com uma função exclusivamente de acesso”³¹

129. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 112

130. *ibidem*, p. 114

131. *ibidem*, p. 168/169



[Fig. 63] Planta de Enquadramento Urbano com sinalização do caso de estudo e restantes ilhas da proximidade

“Na maior parte dos casos, as ilhas eram construídas nos quintais das traseiras de antigas habitações burguesas (...) o acesso à ilha construída nas traseiras fazia-se por meio de um túnel ou corredor estreito através deste edifício.”¹³²

132. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 170

As ilhas aqui assinaladas (figura 63) são maioritariamente ilhas atípicas, nas quais o característico corredor raramente se apresenta. São acedidas por meio de casas de proletariado ou através de um portão e, no cerne de cada ilha, existe um espaço mais amplo, que pode ou não formar um pátio.

A rua de Vera Cruz intersesta a rua Pinto Bessa, e nela perduram quatro ilhas incluindo o caso de estudo, que se localiza aproximadamente a 700 metros da Estação de comboios e metro de Campanhã. Contígua ao metro do Heroísmo, a cerca de 400 metros, esta área estabelece alguma proximidade com escolas e até mesmo com a Faculdade Belas Artes.

Os serviços básicos e necessários persistem, mas denota-se a falta de cuidado e descaraterização nesta zona da cidade, já justificada, anteriormente, na sequência do rápido crescimento da cidade no momento da industrialização.



[Fig. 64] Fotografia da porta de entrada da Ilha 23A, 2018

Ainda à face da rua, contempla-se uma porta de alumínio, que curiosamente garante nove 'bocas' de correio, ali encastradas. Tal circunstância alerta-nos, desde logo para a pluralidade do local, que detém nele mais do que uma só habitação. A entrada provavelmente estará aberta, o que torna este espaço cada vez mais curioso. Faz-nos desde logo interrogar o que haverá para além deste acesso peculiar.

No momento de entrada, deparamo-nos com um estreito e soturno 'túnel', que rompe, na sua extensão, uma casa de proletariado no qual, é possível observar-se a estrutura de madeira do telhado. Ao deambular neste corredor, avista-se, no seu fim, uma vasta iluminação e um espaço de respiro, o pátio começa a ser visível.

Este túnel dá continuidade a um corredor a céu aberto e a partir das suas laterais são visíveis dois portões que dão acesso aos pátios vizinhos, que são delimitados por um muro de pedra bastante danificado. Conjetura-se que o pátio da ilha seria um espaço partilhado também por essas habitações que têm acesso direto pela face da rua. No fim do corredor, deparamo-nos com quatro degraus que vencem o desnível até ao pátio.

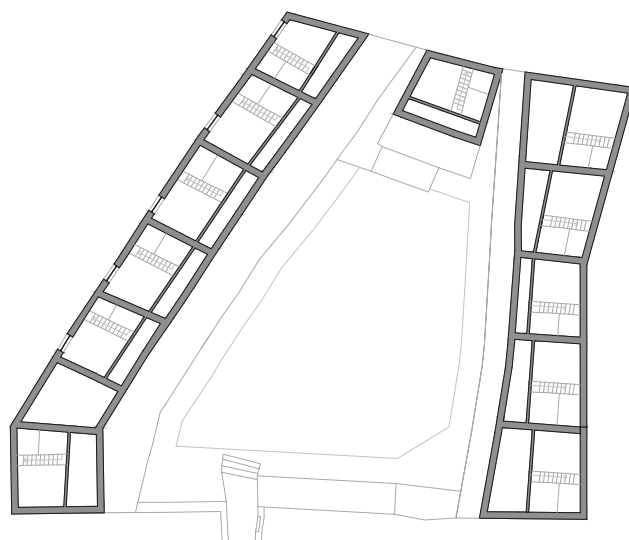
Este pátio, de forma irregular, é amplo e iluminado, garantindo ventilação às habitações, que numa ilha típica são pouco comuns. No centro do pátio, denota-se um pavimento muito degradado e marcado, especula-se que, anteriormente, ali se encontravam indícios de construção. Decerto um lugar para arrumos, devido à carência de espaço no interior das habitações, mas que possivelmente mais tarde depreendeu-se que não havia necessidade de cerrar o pátio e estas construções acabaram por ser demolidas.



[Fig. 65] Fotografia do corredor de entrada na Ilha 23A, 2018

[Fig. 66] Fotografia do pátio da Ilha 23A, 2018





[Fig. 67] Planta de Levantamento da Ilha 23A, Piso 1 (ver planta escala 1/200 em anexos)

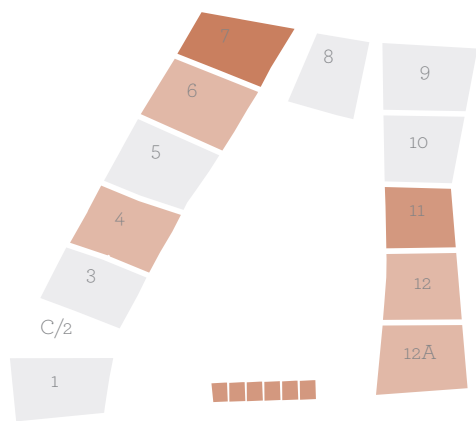


[Fig. 68] Planta de Levantamento da Ilha 23A, Piso 0 (ver planta escala 1/200 em anexos)

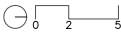
Numa ilha típica, a aproximação às habitações é direta e facilmente compreendida, devido aos estreitos corredores que apenas visam o acesso às casas, neste caso o trajeto é indefinido. Apesar desta ambiguidade, distingue-se no pavimento um passeio que circunscreve o perímetro do construído. Este estreito passadiço serve a frente de cada casa e possui um espírito mais privado, enquanto o restante pátio manifesta ser um espaço comum a todos os que habitam a ilha, sendo a característica essencial deste lugar, onde prevalece um espírito comunitário, que era comum a este tipo de habitação, mas que aqui se demarca pela vasta área exterior que contém.

Ao observar a frente de todas as casas, na fila a sul, repara-se numa porta com o número C/2, e que se encontra muito próxima da porta da casa número 1, travando o ritmo do restante alçado desta fila de casas. Esta porta contrasta-se, não constitui um elemento de entrada de uma habitação, mas sim de acesso para a rua localizada nas traseiras desta fila de casas.

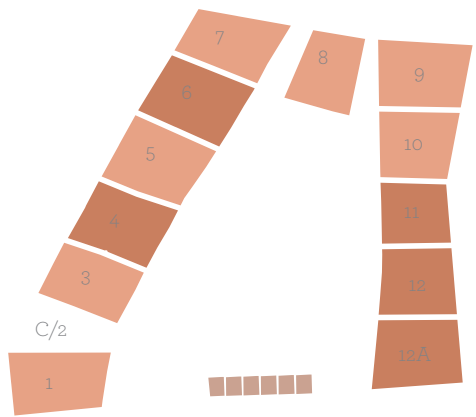
Quando analisada a Carta Topográfica da cidade do Porto em 1892, demonstra que a ligação entre o pátio e esta rua era definida. O acesso era feito sem dificuldade e de maneira prática. Esta ligação deixa de ser perceptível após a construção das outras duas casas.



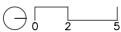
[Fig. 69] Esquema estado de conservação da Ilha 23A



Mau Estado Muito Mau Estado Ruína Acesso Indisponível



[Fig. 70] Esquema de casas habitadas e desabitadas na Ilha 23A



Habitado - 41,67% Desabitado - 58,33% Instalações Sanitárias

Num olhar atento direcionado para o edificado, contempla-se duas filas de casas térreas, com frente para o pátio e unidas por uma outra casa, no lado oposto da entrada da ilha. Repara-se num substancial estado de degradação do conjunto e a carência de condições que este espaço, neste momento, tem para oferecer. Tal como nas restantes ilhas, devido à escassez de área da habitação, notam-se acrescentos de construções débeis e ilegais que, podendo não interferir diretamente com o espaço exterior comum, interferem com a ventilação e iluminação de outras casas.

Ao circundar o pátio, observa-se mais atentamente cada detalhe, cada porta tem um número, seja desenhado de forma delicada num azulejo, ou sobre o estuque da parede. Facilmente se depreende as casas que estão e não estão ocupadas, a primeira que se verifica é a casa número 4. Com um pavimento à entrada em azulejo branco, porta de cor bege e que raramente está fechada, trata-se de uma casa habitada e bem cuidada. A próxima casa que se verifica é a casa número 6 que foi recentemente ocupada por um casal, repara-se que está pintada de fresco. À entrada existe um tanque, tal como em todas as restantes casas, e um canteiro em pedra. A última casa desta fila, a número 7, está completamente degradada e desabitada. Aqui a entrada é feita através de um estreito corredor coberto, tendo pouca ventilação e iluminação. Nesta fila, nas seis casas existentes apenas duas estão habitadas.



[Fig. 71] Fotografia da porta de entrada da casa n.º. 11, Ilha 23A, 2018

Na outra fila, apenas as casas 11, 12 e 12-*A* estão ocupadas, na casa 11 denota-se uma parede consideravelmente mais degradada que as restantes casas habitadas. À entrada, contempla-se um pequeno coberto para a proteger. A casa número 12 foi também recentemente ocupada por um casal, e denota-se a nova pintura e arranjo da parede e da porta de entrada. Na continuidade do percurso, encontramos a casa 12-*A*, esta casa é a mais particular, resguardada devido ao longo coberto criando uma espécie de alpendre, é a casa que apela mais à privacidade. A entrada é decorada com exorbitantes vasos de flores e plantas.

Por fim, as instalações sanitárias comuns encontram-se à entrada do pátio, este construído contém seis portas, com cinco sanitários e um chuveiro comum. O chuveiro é raramente utilizado, mas os restantes sanitários, visto que nenhuma das casas habitadas contém casa de banho, são bastante proveitosos. Cada cubículo apenas contém uma sanita, e o espaço é sombrio e com muitas anomalias nas paredes.

A posição no que concerne aos edifícios vizinhos é distinta em cada uma das filas. Enquanto no braço sul as habitações não estão em contacto com nenhum edificado, a não ser nos seus limites, o braço a norte está em contacto com outros edificados na sua parede tardoz e igualmente nos seus limites.

Para além das casas desta ilha, que têm acesso a partir da porta 23*A*, sabe-se que as casas 19, 21, 23, 25 e 27 pertencem ao mesmo proprietário, que possuem pátios com uma ligação indireta ao pátio da ilha. Conjetura-se que estas casas faziam parte da ilha anteriormente e que a ligação entre os espaços exteriores era feita com espontaneidade, havendo conexão entre os habitantes da ilha e os habitantes destas casas de proletariado.



[Fig. 72] Fotografia da janela da casa n.º 6, Ilha 23A, 2018

A nível construtivo todas as casas apresentam uma estrutura que é típica deste género de habitações. Com paredes resistentes de alvenaria de pedra e rebocadas, com cerca de 30 cm de espessura.

A cobertura é em telha de uma água, com estrutura de madeira e acabamento em telha cerâmica, com caleira exterior, na qual os tubos de queda convergem nos tanques de cada habitação.

As caixilharias são díspares de casa para casa. Enquanto algumas são de madeira, outras são de alumínio, tal como nas portas, que podem ser de madeira pintadas, tanto de uma ou duas folhas, como podem ser de alumínio. Denota-se que algumas são mais recentes do que outras.

Algumas das casas têm um coberto em chapa metálica, de modo a proteger entrada da habitação. Existe ainda uma casa, a número 8, que tem um acrescento de um pré-fabricado em chapa metálica, fazendo por aí a entrada para a habitação.

O interior das casas, difere entre cada habitação mas de um modo geral têm pavimento em linóleo, tal como no sótão. As paredes são rebocadas e pintadas, à exceção da zona da cozinha que geralmente é revestida a azulejo, e os tetos são frequentemente em ripado de madeira pintado.



[Fig. 73] Fotografia da janela da casa n.º10, Ilha 23A, 2018

Grande parte das habitações encontram-se em mau estado, denota-se que algumas mais que outras, principalmente as desabitadas. Nas paredes exteriores observam-se tinta lascada e fissuras. Nas paredes com fraca exposição solar, observa-se a presença de alguns fungos e bolores, sendo preocupante. O pavimento exterior em betão detém algumas fissuras devido às variações de temperatura, e tal como foi referido anteriormente, especula-se que ali se encontrava algum tipo de construção, deixando a marcação no pavimento. Algumas das anomalias só poderão ser resolvidas pela substituição total do elemento construído, tal como as coberturas. Nenhuma se encontra apta para proceder à sua reparação.

No interior das habitações, as que se encontram habitadas têm algumas fissuras nas paredes e vestígios de manchas de humidade. As peças cerâmicas, tanto no pavimento como nos revestimentos, também se encontram em mau estado, com peças muito desgastadas e sem manutenção. Duas delas encontraram-se recentemente habitadas, sendo que as reparações executadas não foram muito profundas, apenas foram realizadas umas pinturas de paredes e limpeza dos pavimentos e revestimentos cerâmicos. Em relação às casas desabitadas, apenas foi possível verificar o estado de uma delas, que está em muito mau estado, quase em ruína.

O construído, onde estão as casas de banho contém inúmeras anomalias, tanto nas paredes exteriores como no seu interior, manchas de humidade e fissuras. As portas, sendo de alumínio encontram-se em relativamente bom estado, tal como todas



[Fig. 74] Fotografia da porta de entrada da casa n.º6, Ilha 23A, 2018

as portas de alumínio que se encontram nesta ilha, enquanto nas caixilharias de madeira o estado de conservação é muito pior. Tanto as de alumínio como as de madeira não possuem qualidade a nível de isolamento térmico e acústico.

Em diálogo com alguns dos ocupantes desta ilha, compreendeu-se que existe uma falta de atenção e investimento por parte dos proprietários e que as condições em que vivem são cada vez menores. Apesar de terem sido ocupadas duas casas recentemente, a reparação efetuada foi reduzida às condições mínimas necessárias e nas restantes casas as manutenções são inexistentes, ou se existirem, são concretizadas a partir de investimentos dos inquilinos, que cada vez têm menos capacidades para o fazer.

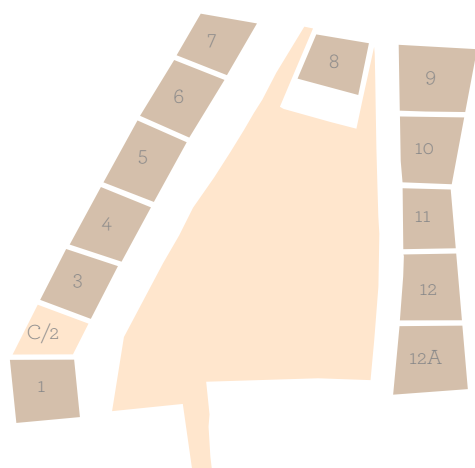


[Fig. 75] Fotografia do acesso à
Ilha 23A, 2018

Após a análise dos temas abordados conclui-se esta dissertação com uma estratégia de intervenção e consequentemente o projeto de reabilitação, de modo a idealizar o possível futuro desta ilha, sustentando o mesmo com temas previamente abordados e com o principal objetivo de integrar este espaço na cidade e criar condições dignas para os habitantes. De modo a integrar a ilha na sociedade concebe-se a criação de duas diferentes tipologias de habitação, uma destinada às pessoas que ainda ali habitam e de carácter permanente, e uma outra destinada a diferentes faixas etárias não indicada para famílias mas talvez para jovens casais, que em início de vida profissional possam ter a possibilidade de habitar uma casa económica localizada nesta ilha. Deste modo, incentiva-se, através deste projeto, à criação de novas ligações e a uma maior facilidade de integração desta ilha no espaço urbano.

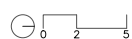
A estratégia de intervenção foi orientada de modo a respeitar a memória da ilha e simultaneamente criar um novo pensamento relativamente às suas possíveis capacidades, de forma a responder à realidade atual. Deste modo, pretende-se manter e recuperar o máximo de elementos pré-existentes, de forma a não alterar a configuração e a conceção do espaço da ilha e, através dos mesmos, idealizar uma possível transformação para este espaço.

Uma outra premissa que se tornou fundamental no decorrer do projeto foi a necessidade de existir versatilidade na conceção das diferentes tipologias, não só as de carácter permanente e temporário, como também, na conceção de tipologias exceção que garantam um maior aproveitamento do espaço.

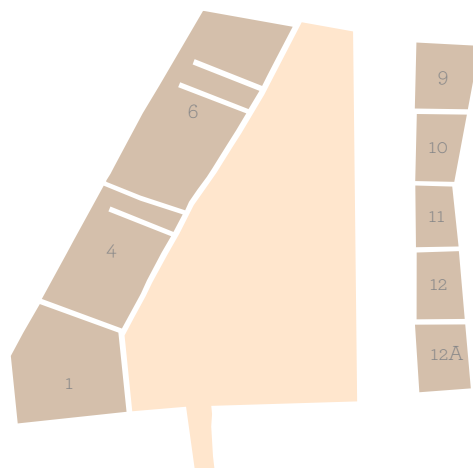


Existente

■ Área de Construção - 64,28% ■ Área Livre - 35,72%



[Fig. 76] Esquemas de área de construção e área livre do existente com a divisória das habitações, piso 1 e piso 0 (de cima para baixo)



Proposta

■ Área de Construção - 67,15% ■ Área Livre - 32,85%

[Fig. 77] Esquemas de área de construção e área livre da proposta com a divisória das habitações, piso 1 e piso 0 (de cima para baixo)

No que se refere ao programa, após verificar o atual e visto que não responde às necessidades básicas de uma habitação digna, é fundamental definir um programa que seja principalmente capaz de responder às necessidades dos habitantes e que concilie os diferentes modos de habitar que foram definidos, tal como referido anteriormente objetiva-se a criação de uma tipologia de caráter permanente para os habitantes da ilha, e uma tipologia de caráter temporário para jovens trabalhadores.

O programa definido propõe a transformação de 12 habitações em 10 habitações, das quais 5 delas se destinam às habitações permanentes, sendo que este é o número de casas ocupadas atualmente, e 5 se destinam às habitações temporárias. Nas habitações permanentes houve a necessidade de criar uma outra tipologia excecional de modo a adquirir um maior aproveitamento do espaço.

As zonas comuns idealizadas no programa foram a criação de uma lavandaria, que possa ser acedida também pela vizinhança e a preservação do pátio criando diferentes espaços no mesmo, de modo a incentivar a sua utilização.

Os esquemas apresentados procuram explicar, de forma sucinta, as transformações das tipologias e das áreas do espaço construído e espaço de circulação livre, de modo a compreender a transformação dos mesmos. (Os números indicados em cada planta correspondem aos números das portas de entrada de cada casa).

A legislação foi uma matéria fundamental para o desenvolvimento do projeto. Para tal, visto que se trata de um projeto de reabilitação, foi necessário seguir as normativas de acordo com o RERU (Regime Excecional de Reabilitação Urbana), que se trata de um conjunto de normas que visa simplificar as exigências técnicas do RGEU, uma vez que estas se direcionam para as novas construções e não para a reabilitação de edifícios.

Estas novas normas são apresentadas na publicação do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril, de modo a admitir “*medidas excecionais e temporárias de simplificação administrativa*”¹³³ à reabilitação de edifícios ou frações, construídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem total ou maioritariamente ao uso habitacional.

133. Retirado de Diário da República, Decreto-Lei n.º 53, 08 de Abril de 2014, consultado a 04 de Fevereiro de 2019 URL: <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115440317/details/maximized>

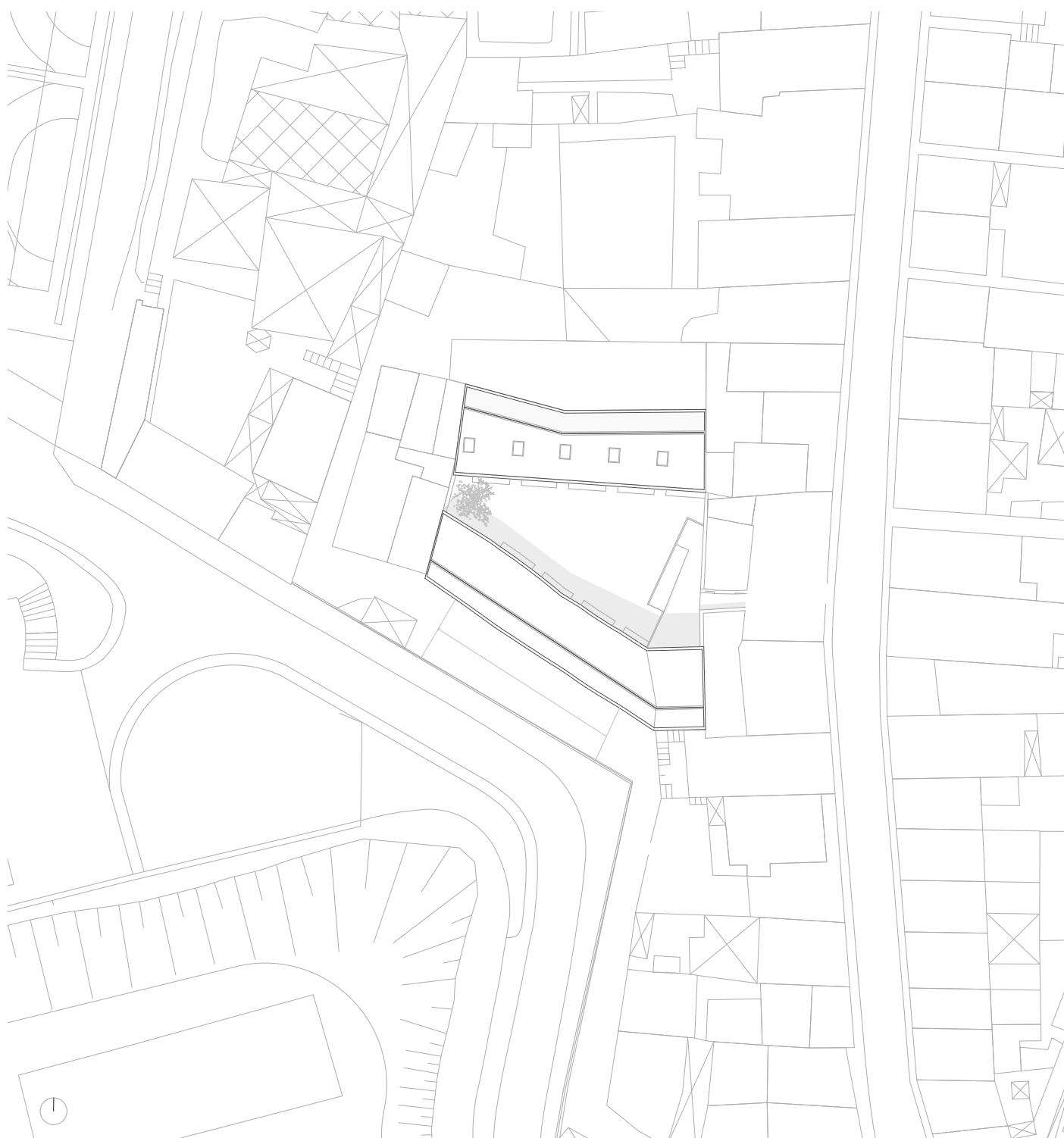
Deste modo, as soluções publicadas neste decreto-lei derivam de um novo princípio, diferente do que a política do território orientava nas últimas décadas. Visto que a reabilitação urbana diverge das novas construções, houve a necessidade de olhar e regular de acordo com a sua pluralidade.

Assim, a política do ordenamento do território criada, favorece e protege a reabilitação através de operações urbanísticas de conservação, alteração, reconstrução e ampliação, enquanto soluções mais pertinentes à realidade atual, de modo a garantir melhorias das condições de habitabilidade de acordo com o edificado existente e a capacidade económica do proprietário. Desta forma, incentiva-se ao regresso

de pessoas aos centros históricos urbanos que hoje se encontram despovoados e envelhecidos. Neste contexto, o RERU assegura a isenção do cumprimento de algumas normas indicadas em regimes especiais relativos à construção, contanto que as operações urbanísticas não desconformem nem agravem o existente, ou contribuam para as melhorias das condições de segurança e salubridade.

Pelas razões indicadas houve a necessidade de adotar algumas alternativas que constam no RERU, nomeadamente a limitação do pé direito a 2,40m, permitindo assim um melhor aproveitamento do espaço nos pisos superiores, dado que não seria possível aumentar as paredes tardoas em altura devido a limites legais. Para garantir o máximo de altura possível para estes edifícios, foram decididas coberturas de duas águas com o mínimo de 20° e máximo de 45°, tal como o RGEU o permite. No que se refere às instalações sanitárias, o RERU possibilita que não seja cumprida a obrigatoriedade de garantir espaço de manobra para rotação a 360°. Pelo que as instalações sanitárias satisfazem apenas a área e equipamentos definidos no RGEU. A área bruta de cada tipo de fogo é inferior ao mínimo regulamentar (RGEU) apesar desta diferença ser pouco acentuada. Os T1 têm cerca de 40m² e 45 m², os T2 entre 65m² e 70m² e os estúdios têm cerca de 35m² e 40m².

Deste modo, o RERU facilitou a formulação do projeto em determinadas medidas, mas sempre que possível procurou-se garantir o melhor aproveitamento do espaço, utilizar materiais que permitam uma maior eficiência acústica e térmica, garantir maior ventilação no interior de cada compartimento e manter acessos em rampas sempre que possível.



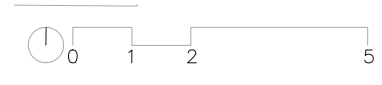
[Fig. 78] Planta de Implantação,
escala 1:500

A proposta de intervenção, tal como referido anteriormente, objetiva assegurar melhores condições de habitabilidade e procurar soluções que garantam uma maior integração deste núcleo na sociedade atual, idealizando uma transformação viável e que preserve a sua memória. Para tal, esta proposta procura manter o máximo de elementos pré-existentes, recorrendo a demolições apenas quando necessário, de forma a garantir um melhor aproveitamento do espaço e assegurar melhor conforto.

Relativamente ao espaço exterior, para garantir um melhor tratamento do mesmo propõe-se a demolição das instalações sanitárias e a demolição de duas casas: a casa que remata as duas filas, localizada no lado oposto da entrada da ilha e a casa que se encontra na extremidade do braço sul. Outra das demolições propostas é a fachada do braço norte, de forma a aumentar o comprimento das habitações e regular a forma do pátio.

No interior das habitações, apenas no braço sul são propostas as demolições de duas paredes que limitam as casas atuais, de modo a unir duas casas numa e regularizar o espaço interior das habitações. As escadas de acesso para o pátio também serão demolidas, alterando para um acesso em rampa. Serão propostas a demolição de todas as coberturas devido ao estado de degradação e a necessidade de aumentar as habitações em altura.

Este edificado, tal como foi referido anteriormente, é dotado de um pátio exterior amplo e iluminado. Uma vez que a sua forma é irregular, existe a necessidade de



[Fig. 79] Planta piso 0

regularizar a sua configuração. Para tal, o acesso de entrada da ilha mantém-se pelo túnel, que rompe na sua extensão uma casa de proletariado e que tem continuidade para um corredor a céu aberto. Este acesso faz-se com uma inclinação que sobe 96 cm até à entrada no pátio. De forma a criar um acesso para as traseiras da ilha mantém-se o acesso que já existia, agora sem a porta que se denominava C/2, no braço a sul. De modo a normalizar a forma do pátio, este é agora subdividido em dois patamares, um com a cota 103.76m e outro com a cota 104.32m, fazendo o acesso através de uma nova rampa desenhada e alinhada com a parede do acesso criado para a rua das traseiras da ilha. Deste modo o pátio torna-se de uma forma regular e quase triangular.

Como foi possível observar na Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 (quadricula 357), o acesso para a rua situada nas traseiras da ilha era simples e de fácil acesso. Atualmente este acesso pode ser feito através da porta C/2, que na verdade é inutilizado. Para devolver este acesso e criar um espaço mais dinâmico, propõe-se dois acessos a partir do pátio da ilha para esta rua. Esta é uma rua com um carácter mais privado, que é praticamente apenas acedida por moradores. Deste modo, criam-se novas ligações a partir desta ilha integrando-a no espaço urbano e devolvendo ligações de tempos anteriores. Um dos acessos é realizado pelo mesmo sítio onde se localiza a porta C/2, o outro acesso é localizado na extremidade da ilha, onde se propõe uma lavandaria comum, que pode ser acedida também pela vizinhança.

Na empena no extremo da ilha, de modo a iniciar um processo de aceleração e quase que unificar os alçados, propõe-se um novo muro com uma altura de 2,85m, alinhado com os limites anteriores das fachadas das casas e com a nova faixa de azulejo colocada nas fachadas.



[Fig. 80] Planta piso 1

Relativamente aos vãos procurou-se manter todos os vãos existentes, alterando a caixilharia e acrescentar outros vãos para garantir maior iluminação e ventilação.

Nesta proposta de intervenção ambiciona-se unir diferentes faixas etárias, de modo a integrar esta ilha na sociedade atual, que se mantém envelhecida e caída no esquecimento. Deste modo propõem-se manter os que ainda lá habitam e trazer novos habitantes, que tenham necessidade de adquirir uma casa económica. Para tal, são projetadas duas diferentes tipologias para garantir esta finalidade. Uma primeira considerada como uma tipologia permanente, para os que ainda ali habitam, localizada no braço sul e uma outra tipologia, considerada como permanente ou uma habitação temporária, não direcionada para famílias.



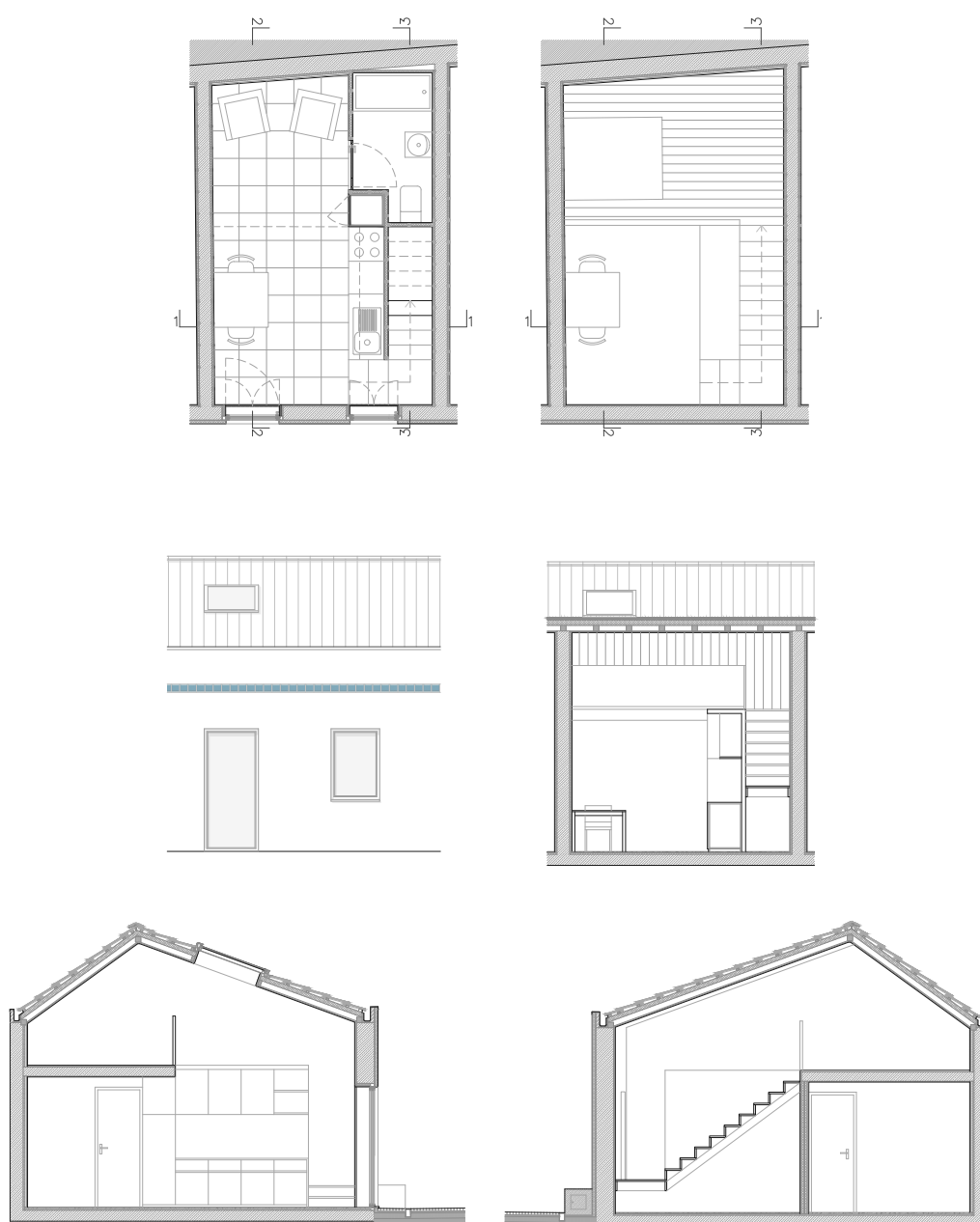
[Fig. 81] Tipologia A, plantas do piso 0 e piso 1, alçado e cortes

Esta tipologia direciona-se para os que ainda habitam a ilha e para aqueles que necessitam de uma habitação permanente. Nesta tipologia, localizada no braço sul, propõe-se a união de duas casas no piso térreo. Numa primeira fase, idealizou-se projetar apenas a união destas duas casas, nesse caso apenas seriam projetadas três casas, e havia a necessidade de existência de cinco, uma vez que são cinco as casas habitadas no momento. Para tal, foi decidido fazer dois pisos com uma habitação no piso térreo e outra no piso superior. Esta tipologia não era normalmente adaptada nas ilhas, apesar de existir um pequeno número de ilhas com um pequeno acesso em galeria, de modo a ter uma casa no piso térreo e outra no piso superior.

Para que não haja alteração no desenho do alçado, a entrada para a casa do piso superior é efetuada através da porta de entrada de uma das casas que se une nesta tipologia. Nesta célula, no piso térreo, propõe-se uma tipologia T1, com uma cozinha e uma zona de estar numa das parcelas e um quarto e uma instalação sanitária na outra. Para conformar o espaço num mais regular, houve a necessidade de demolir a parede que dividia as duas casas, propondo uma nova em gesso cartonado com estrutura dupla em câmara livre.

De modo a criar maior iluminação e ventilação neste espaço foi desenhada uma entrada de luz na parede paralela à entrada da habitação, de maneira a criar um atravessamento visual, maior ventilação e iluminação natural. Para tornar o espaço mais regular houve a necessidade de fazer o revestimento das paredes com revestimento de gesso cartonado, semidireto.

No piso superior, desenvolve-se uma outra casa, também com tipologia T1, com cozinha e sala de estar, quarto e instalação sanitária. As entradas de luz estão localizadas e alinhadas com as entradas de luz do piso inferior.



[Fig. 82] Tipologia B, plantas do piso 0 e piso 1, alçado e cortes

Esta tipologia destina-se a uma habitação para diferentes faixas etárias e de carácter mais temporário e não direccionada para famílias. Para tal configurou-se esta habitação para um estúdio com mezanino.

Esta solução formulou-se, não só devido à ideia de projetar habitações para este tipo de habitantes, como também pela possibilidade de apenas uma das frentes receber iluminação e ventilação, deste modo houve a necessidade de criar um estúdio com mezanino. A solução da Tipologia A nesta fila não seria possível pelo facto de não ser possível aumentar a sua altura devido ao contacto direto com um outro edifício no seu lado tardoz.

Nesta tipologia, desenha-se um núcleo que contém a cozinha e as escadas de acesso para o mezanino. No piso térreo localiza-se a zona de estar, cozinha e instalação sanitária.

Para garantir maior iluminação e ventilação, mantém-se o desenho do alçado alterando a porta para uma envidraçada e desenhando uma nova janela na cobertura. As portas e as janelas, de modo a garantir alguma privacidade, têm portadas de madeira.



[Fig. 83] Corte AA'



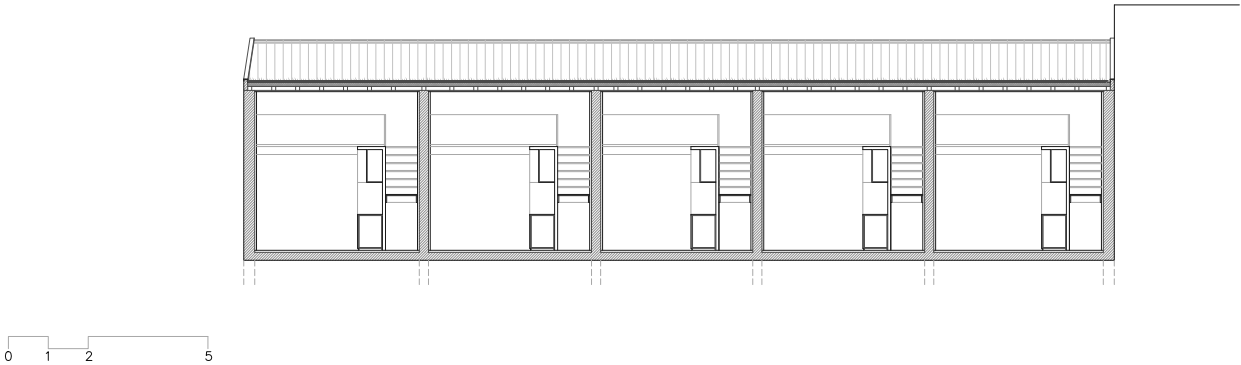
[Fig. 84] Corte DD'

Esta tipologia destina-se ao mesmo tipo de habitantes que a tipologia A, pelo que, em consequência do acesso definido para a zona tardo de desta fila de casas e a carência de espaço no piso inferior, não havia possibilidade de projetar uma habitação igual a essa mesma tipologia.

Para tal, e visto que a área desta habitação no piso térreo não seria suficiente para projetar uma só habitação neste piso, de modo a garantir as condições necessárias para habitar o espaço houve a necessidade de prolongar a habitação para o piso superior.

Esta nova habitação é um duplex T2, situado a uma diferente cota das outras habitações. No piso térreo encontram-se a zona de estar, cozinha e um arrumo, e no piso superior situam-se dois quartos e uma instalação sanitária. Tal como na outra tipologia mantém-se a localização dos vãos, e desenham-se uns novos, no piso térreo virados para o acesso coberto, tendo garantida maior ventilação.

Os materiais utilizados e caixilharias são os mesmos das restantes tipologias, de modo a garantir uma linguagem construtiva uniforme.



[Fig. 85] Corte BB'

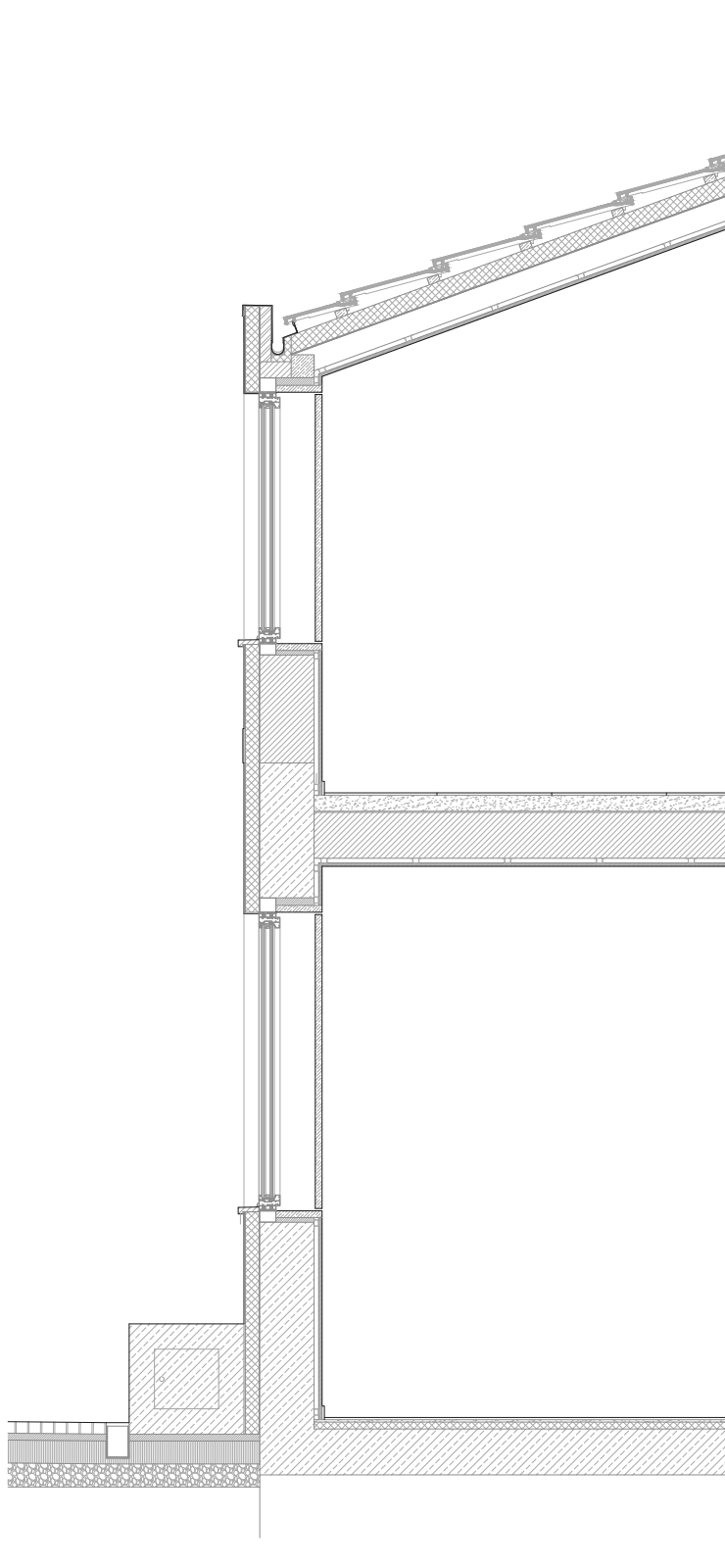


[Fig. 86] Corte CC'

Relativamente à proposta construtiva define-se uma solução simples, com variações entre as tipologias. Visto que são poucos os elementos eficazes e capazes de serem recuperados, houve a necessidade de manter as paredes portantes, com exceção de duas (para a Tipologia A) e a fachada do braço norte, por motivos de regularização e aumento do conforto dos diferentes espaços. As dimensões dos vãos são praticamente inalteráveis, propondo a sua devida manutenção e alteração da caixilharia, tanto para as janelas como para as portas, de modo a garantir maior iluminação no interior da casa. Para que se garanta alguma privacidade estas serão acompanhadas com portadas de madeira.

Todas as coberturas e a estrutura dos pisos são totalmente substituídas, devido ao mau estado de conservação dos mesmos. Deste modo, objetiva-se a utilização de uma laje de betão e vigas metálicas para o mezanino da Tipologia B. No caso das coberturas, nas quais se escolheu a utilização de telha plana (Coelho da Silva, modelo Plasma) optou-se por uma estrutura em vigas de madeira, sendo toda a sua estrutura isolada com gesso cartonado que acompanha a inclinação da cobertura. Neste caso, decidiu-se que estas coberturas passariam a ter duas águas, de modo a garantir o máximo de altura possível aquando o contacto com as empenas e edifícios exteriores à ilha.

No que diz respeito aos caixilhos, propõe-se a sua total substituição por caixilhos de alumínio de uma folha e oscilo-batente, do modelo Soleal FY75, folha minimal,



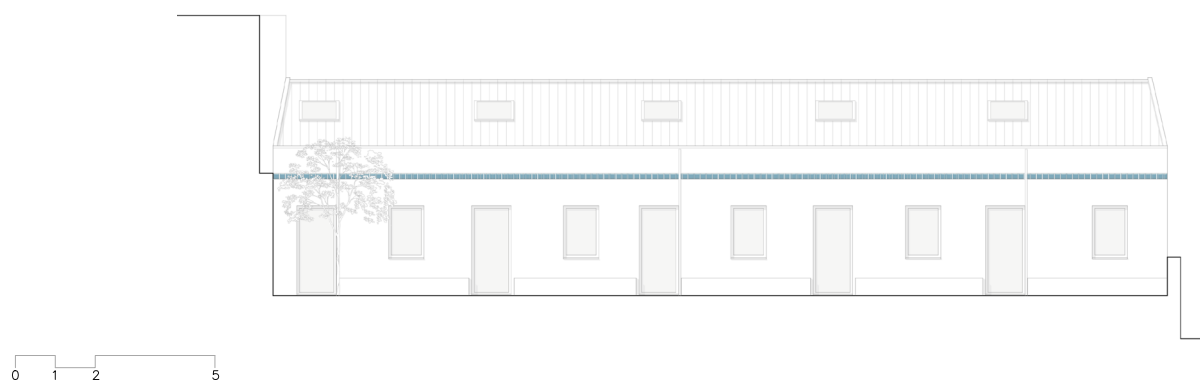
0 0.5 1

[Fig. 87] Corte Construtivo

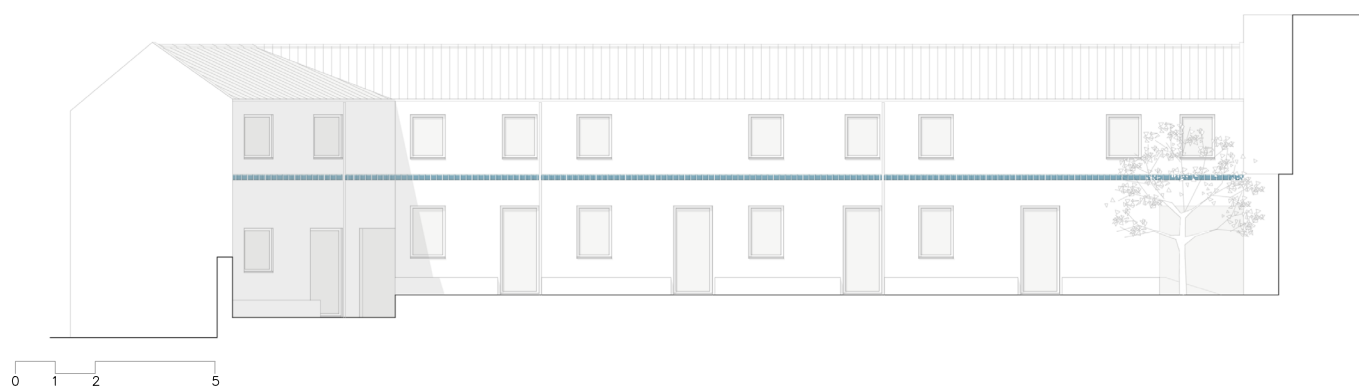
da Technal, de forma a satisfazer as necessidades de conforto térmico da habitação. Determinou-se a utilização de apenas uma folha pelas pequenas dimensões dos vãos, não se justificando a utilização de duas folhas. A definição de vãos oscilobatentes surge pelo objetivo de proporcionar uma maior facilidade de ventilação dos espaços. No que diz respeito às clarabóias da Tipologia B optou-se por uma janela GGL, instalada em telha de perfil com rufo EDZ da Velux, de modo a garantir maior iluminação neste tipo de habitação.

No que concerne ao revestimento das paredes existentes, optou-se pelo sistema ETICS no exterior. As paredes no interior são revestidas a gesso cartonado, com perfis ómega de 20mm e placas de gesso cartonado de 15mm, de modo a tentar regularizar as paredes no seu interior. Nas paredes divisórias entre as diferentes casas optou-se pela utilização de revestimento a gesso cartonado de 15 mm com uma estrutura em perfis de 30mm e lã de rocha no interior, de forma a garantir isolamento acústico entre as habitações. No caso da fila de casas localizada a norte, visto que se encosta a edifícios já existentes, opta-se pela utilização de revestimento em madeira com isolamento acústico de 30 mm com sistema de barrotes de 30mm e ripas de madeira de 20 mm de espessura. O acréscimo em altura é feito com paredes de betão armado com as espessuras necessárias para alinhar com os limites das paredes de granito e no caso das platibandas, de modo a esconder as caleiras utiliza-se tijolo cerâmico com 7 cm e revestido no topo com rufos de zinco. O revestimento destas paredes mantém-se com o sistema ETICS.

Nos alçados, de forma a manter a marcação da altura das paredes do existente decidiu-se contornar toda a fachada com uma fila de azulejos de 15cmx15cm e a construção de um novo muro, também a essa altura, na ligação entre as duas filas.



[Fig. 88] Alçado Braço Norte



[Fig. 89] Alçado Braço Sul

As novas paredes divisórias são construídas com 2 placas de gesso cartonado de 15mm, aparafusadas a cada lado de uma estrutura dupla, livre, de aço galvanizado e separadas entre si com lã de rocha com 46mm cada, totalizando uma distância entre as placas de gesso cartonado de 100mm. Tanto nas instalações sanitárias como nas cozinhas estas paredes são depois revestidas em azulejo, uma vez que é um material típico, durável e de fácil manutenção.

Os pavimentos das habitações são revestidos a azulejo no caso das zonas de estar, cozinha e instalação sanitária, e no caso dos quartos revestidos a soalho de madeira. No piso térreo, o azulejo assenta numa camada de regularização que por sua vez assenta em lã de rocha, funcionando como isolamento térmico do piso. No caso do soalho de madeira, este assenta em barrotes de madeira de 3x5cm de secção, nos quais entre eles introduz-se lã de rocha, com o igual objetivo de isolar térmicamente o piso. No piso superior que divide as duas habitações, o azulejo assenta numa camada de regularização de 7cm, que assenta numa manta acústica e que por sua vez assenta numa laje de betão de 20cm. O soalho assenta numa estrutura, tal como referido anteriormente, na qual esta assenta também numa camada de regularização. Neste caso não será necessária a utilização de manta acústica, uma vez que já existe isolamento acústico entre os barrotes de madeira.

O mobiliário fixo, como os armários, serão executados em madeira lacada a branco, tal como as portas interiores. Os rodapés variam, sendo exatamente do mesmo material do pavimento no qual assentam.

A presente investigação teve como principal objetivo a procura de uma resposta para uma maior integração destes núcleos habitacionais na cidade e analisar exemplos viáveis, que permitam criar melhores condições de vida às pessoas que habitam as ilhas.

Durante anos o problema da habitação foi tema de discussão na procura de uma solução para o mesmo, ainda assim nunca se encontrou uma resposta totalmente acessível. Este é um problema que ainda permanece nos dias de hoje e que tem sido presentemente cada vez mais discutido, nomeadamente na cidade do Porto. Apesar de nunca ter existido uma solução viável, qualquer uma das tentativas foram significativas para que, nos dias de hoje, se esteja mais próximo da resposta. Foi, por isso, importante a abordagem e investigação nesta dissertação das mais significativas tentativas de resolução desta problemática durante o século XX, apesar de inconclusivas. Eventualmente estas ações não foram concluídas, talvez porque durante esses anos o discurso defendido tenha sido sempre a erradicação das ilhas. Na atualidade manifesta-se um novo pensamento sobre as mesmas, agora a sua extinção já não faz parte da solução mas sim a sua regeneração.

“O comunitarismo romantizado”¹³⁴ que se projetou na vivência das ilhas, criou uma errónea conceção da realidade dos seus habitantes. As condições totalmente insalubres, em completo isolamento e invisibilidade, afasta-os das necessidades básicas da sociedade atual. A sua existência baseia-se na aceitação das suas

134. LAGE, Rui, in *As “ilhas” do Porto: do anátema à aura* in *Jornal de Notícias*, publicado em Setembro de 2018, consultado a 21 de Setembro de 2018, URL: <https://www.jn.pt/opiniao/convidados/interior/as-ilhas-do-porto-do-anatema-a-aura-9883649.html>

condições, valorizando o pouco que têm e ajudando-se mutuamente numa procura de se sentirem integrados entre si, uma vez que caíram no esquecimento durante anos.

Perante esta realidade há uma necessidade de reabilitar as ilhas, não pelas relações de vizinhança estabelecidas, mas pela falta de condições mínimas de habitabilidade a que estes moradores têm direito e é para esses que importa a urgente regeneração das ilhas.

Em suma, os temas previamente abordados contêm um carácter significativo para o entendimento do estado atual da habitação na cidade do Porto. Apesar da vontade por parte da CMP e a criação de programas privados que procuram solucionar esta problemática, é necessário compreender que este é um problema moroso, mas que a solução é possível. É através dos casos de estudo abordados que se torna perceptível a viabilidade de reabilitar as ilhas de forma económica. A reabilitação procura melhorar não só as condições dos habitantes existentes, como também introduzir novas vizinhanças de diferentes faixas etárias, de modo a integrá-los na cidade. Conceber uma casa que tenha condições de habitabilidade da sociedade atual e não as condições que tinham no passado. É através destas premissas que se desenvolve e se idealiza um futuro para a Ilha 23A na Rua de Vera Cruz, garantindo a preservação da memória e trazendo uma “novidade” para esta ilha.

BIBLIOGRAFIA

| 157

Livros

AGAREZ, Ricardo Costa - Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018, Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018

BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL: Arquitectura e participação, 1974-1976, Porto: Serralves, 2014

COSTA, Alexandre Alves in COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019

DICKENS, Charles, in Oliver Twist, Porto Salvo: Edições Saída de Emergência, 2019

FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade, Porto: FAUP Publicações, 1999

MONTEIRO, Bruno; QUEIRÓS, João; RUIVO, Ricardo; COELHO, Maria Inês; BAÍA, João; FERREIRA, Ana Sofia; NOGUEIRA, Cristina - Contributos para a História Social do Porto, Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo, Porto: Deriva Editores, 2011

PEREIRA, Virgílio Borges - A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do “Plano de Melhoramentos do Porto” de 1956, Porto, Afrontamento, 2016

PORTAS, Nuno - Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita, Guimarães: DAAUM, 2005

PINTO, Jorge Ricardo - O Porto Oriental no final do século XIX: Um retrato urbano, Porto: Edições Afrontamento, 2007

RAMOS, Rui Jorge Garcia. *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico Na Primeira Metade do Século XX*, Porto: FAUP, 2010

RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - *A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto, Afrontamento, 2016

SANTOS, Ricardo - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL - Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016

TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP, Porto, 2006

TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto: FAUP, Porto 1997

VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caraterização*, Porto: Município do Porto, 2015

WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís - *Ilhas, Porto: Panmixia - Associação Cultural*, 2004

Artigos

CARVALHO, Patrícia, in *Porto vai tratar das suas ilhas mas nem todas terão o mesmo fim* in *Jornal Público*, publicado em 20 de Abril de 2015, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2015/04/20/local/noticia/ja-ha-ideias-para-as-ilhas-do-porto-que-vao-da-recuperacao-a-destruicao-1693056>

FERRÃO, André; MOREIRA, Hugo, in Ilhas do Porto: “Não podemos fazer obras no que não é nosso” in Jornalismo Porto NET, publicado em 08 de Fevereiro de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://jpn.up.pt/2018/02/08/ilhas-do-porto-nao-podemos-reabilitar-nao/>

GERIVAZ, Sara, in Reabilitação Ilha da Bela Vista está a mudar in Jornalismo Porto NET, publicado em 17 de Dezembro de 2015, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://jpn.up.pt/2015/12/17/reabilitacao-bela-vista-esta-mudar/>

LAGE, Rui, in As “ilhas” do Porto: do anátema à aura in Jornal de Notícias, publicado em Setembro de 2018, consultado a 21 de Setembro de 2018, URL: <https://www.jn.pt/opinioao/convidados/interior/as-ilhas-do-porto-do-anatema-a-aura-9883649.html>

MATOS, Fátima Loureiro de - Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, *Análise Social*, Terceira Série, XXIX (127), 1994

MOREIRA, Inês; MELÂNEO, Paula, in Epicentros pós-industriais in *Jornal Arquitectos*, publicado em Setembro de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/o-futuro-das-ilhas-do-porto>

NOGUEIRA, Miguel, in Visita às Ilhas mostra que há soluções diferentes para o mesmo problema in Portal de Notícias do Porto, publicado em 05 de Julho de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <http://www.porto.pt/noticias/visita-as-ilhas-mostra-que-ha-solucoes-diferentes-para-o-mesmo-problema>

PAULO, Isabel, in Ilhas do Porto vieram à tona. Para moradores ou turistas? in *Jornal Expresso*, publicado em 06 de Julho de 2018, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://expresso.pt/sociedade/2018-07-06-Ilhas-do-Porto-vieram-a-tona-Para-moradores-ou-turistas->

PINTO, Mariana Correia, in Aitor quer ser um “arquitecto de família” para a população do Bonfim in Jornal Público, publicado em 30 de Março de 2016, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2016/03/30/sociedade/noticia/aitor-quer-ser-um-arquitecto-de-familia-para-a-populacao-do-bonfim-1727481>

PINTO, Mariana Correia, in E se o Porto inventasse um Obamacare em versão Habitar? in Jornal Público, publicado em 20 de Abril de 2017, consultado a 08 de Dezembro de 2018, URL: <https://www.publico.pt/2017/04/20/p3/noticia/e-se-o-porto-inventasse-um-obamacare-em-versao-habitar-1769315>

TEIXEIRA, Manuel C. - As Estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, *Análise Social*, Primeira Série, XXVII (115), 1992

Documentos Eletrónicos

Diário da República, Decreto-Lei nº37, 04 de Junho de 2018, consultado a 02 de Julho de 2019 URL: <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115440317/details/maximized>

Diário da República, Decreto-Lei nº 53, 08 de Abril de 2014, consultado a 10 de Novembro de 2018, URL: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344757/details/maximized>

Regime Excecional para a Reabilitação Urbana - RERU - consultado a 10 de Novembro de 2018, URL: <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/RERU/index.html>

Plano Director Municipal do Porto - consultado a 08 de Janeiro de 2019, URL: <<http://www.cm-porto.pt/pdm>>

01. Memória

Figura 1. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+e+casas+insalubres>>. Imagem 27. Consultado a 10/06/2019

Figura 2. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+e+casas+insalubres>>. Imagem 58. Consultado a 10/06/2019

Figura 3. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo - *Ilhas do Porto: Levantamento e Caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015, p. 158 e 159

Figura 4. TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. (?)

Figura 5. FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 210

Figura 6. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+e+casas+insalubres>>. Imagem 21. Consultado a 10/06/2019

Figura 7. AGAREZ, Ricardo Costa - *Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018, p. 24

Figura 8. AGAREZ, Ricardo Costa - *Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018, p. 84

Figura 9. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/717115/?q=duque+de+saldanha>>. Imagem 7. Consultado a 10/06/2019

Figura 10. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/717117/?q=duque+de+saldanha>>. Consultado a 10/06/2019

Figura 11. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/717118/?q=duque+de+saldanha>>. Consultado a 10/06/2019

Figura 12. AGAREZ, Ricardo Costa - *Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018, p. 102

Figura 13. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/611968/?q=bairro+bom+sucesso>. Consultado a 10/06/2019

Figura 14. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/611968/?q=bairro+bom+sucesso>. Consultado a 10/06/2019

Figura 15. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/639452/?q=BAIRRO+SAO+JOAO+DE+DEUS>. Consultado a 10/06/2019

Figura 16. AGAREZ, Ricardo Costa - *Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018, p. 102

Figura 17. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+e+casas+insalubres>. Imagem 53. Consultado a 10/06/2019

Figura 18. Imagem disponível em <https://www.publico.pt/2014/05/10/culturaipsilon/noticia/quando-os-moradores-tambem-foram-protagonistas-da-arquitectura-1635240>. Consultado a 10/06/2019

Figura 19. Imagem disponível em <https://www.publico.pt/2014/05/10/culturaipsilon/noticia/quando-os-moradores-tambem-foram-protagonistas-da-arquitectura-1635240>. Consultado a 10/06/2019

Figura 20. Arquivo Municipal do Porto. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/667540/?q=bairro+da+bouça>. Consultado a 10/06/2019

Figura 21. COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio - *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, Operações SAAL* - S. Victor, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 64

02. Novo Olhar

Figura 22. MIRANDA Adriano in Há um arquipélago de ilhas no Porto que necessita de ser reabilitado, in *Jornal Público*, 04 de Julho de 2018, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <https://www.publico.pt/2018/07/04/local/noticia/ha-um-arquipelago-de-ilhas-no-porto-e-61-necessitam-de-ser-reabilitadas-1836927#&gid=1&pid=1>

Figura 23. VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). - “Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização, Porto: Município do Porto, 2015, p. 46

Figura 24. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista, Porto, Afrontamento, 2016, p. 65

Figura 25. Porto vai reabilitar as ilhas, in Diário Imobiliário, 05 de Novembro de 2015, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <https://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Reabilitacao/Porto-vai-reabilitar-as-ilhas>

Figura 26. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista, Porto, Afrontamento, 2016, p. 70

Figura 27. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista, Porto, Afrontamento, 2016, p. 72

Figura 28. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista, Porto, Afrontamento, 2016, p. 143

Figura 29. RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira - A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista, Porto, Afrontamento, 2016, p. 141

Figura 30. VARELA Susana, in Cerejeira Fontes Arquitectos, projeto de reabilitação para a Ilha da Bela Vista, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <https://cerejeira-fontesarchitects.com/pt/ilha-belavista-pt/>

Figura 31. Bernardo Amaral Arquitectura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 32. Bernardo Amaral Arquitectura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 33. Bernardo Amaral Arquitectura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 34. Bernardo Amaral Arquitectura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 35. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 36. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 37. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 38. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 39. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 40. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 41. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 42. FIUMARELLA, Attilio, in Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/>

Figura 43. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 44. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 45. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 46. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 47. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 48. Bernardo Amaral Arquitetura e Urbanismo, projeto de reabilitação para a Ilha na rua de São Vitor com o Programa Habitar Porto, consultado a 07 de Agosto de 2019, URL: <http://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>

Figura 49. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 50. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 51. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 52. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 53. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 54. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 55. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 56. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 57. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 58. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 59. Imagem cedida pelo atelier Merooficina

Figura 60. Vídeo Revolução através do Design/Himawari8 in Archdaily, consultado a 22 de Julho de 2019, URL: <http://www.archdaily.com.br/br/751232/video-revolucao-atraves-do-design-himawari8>

03. Transformação

Figura 61. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 62. Arquivo Municipal do Porto, URL: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519776/?q=quadricula+357+teles+ferreira>

Figura 63. Planta de enquadramento urbano realizado pela autora, 2019

Figura 64. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 65. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 66. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 67. Desenho de levantamento, realizado pela autora, 2018

Figura 68. Desenho de levantamento, realizado pela autora, 2018

Figura 69. Esquema, realizado pela autora, 2019

Figura 70. Esquema, realizado pela autora, 2019

Figura 71. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 72. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 73. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 74. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 75. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 76. Esquema, realizado pela autora, 2019

Figura 77. Esquema, realizado pela autora, 2019

Figura 78. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 80. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 81. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 82. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 83. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 84. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 85. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 86. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 87. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 88. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Figura 89. Desenho de projeto, realizado pela autora, 2019

Anexos

Figura 90. Arquivo Municipal do Porto, consultado a 13 de Fevereiro de 2019, URL: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/589669/?q=fo+topografia+a%C3%A9rea+da+cidade+do+Porto++226>

Figura 91. Arquivo Municipal do Porto, consultado a 13 de Fevereiro de 2019, consultado a 13 de Fevereiro de 2019

Figura 92. Arquivo Municipal do Porto, consultado a 13 de Fevereiro de 2019, consultado a 13 de Fevereiro de 2019

Figura 93. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 94. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 95. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 96. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 97. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 98. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 99. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 100. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 101. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 102. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 103. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 104. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 105. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 106. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 107. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 108. Arquivo Pessoal, 2018

Figura 109. Desenhos de levantamento, realizados pela autora, 2018

Figura 110. Desenhos de levantamento, realizados pela autora, 2018

Figura 111. Desenhos de levantamento, realizados pela autora, 2018

Figura 112. Desenhos de levantamento, realizados pela autora, 2018

Figura 113. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 114. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 115. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 116. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 117. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 118. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 119. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 120. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 121. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 122. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 123. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 124. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 125. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 126. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 127. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 128. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 129. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 130. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 131. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 132. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 133. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 134. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 135. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 136. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 137. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 138. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 139. Desenhos de projeto, realizados pela autora, 2019

Figura 140. Desenhos de processo, realizados pela autora, 2019

Figura 141. Desenhos de processo, realizados pela autora, 2019

Figura 142. Esquismo da Ilha 23A, realizados pela autora, 2018

Figura 143. Maquete de estudo, realizada pela autora, 2018

Figura 144. Recolha de notícias sobre as Ilhas do Porto, realizado pela autora, 2018

Figura 145. Esquema de processo, realizado pela autora, 2018

Figura 146. Esquissos das tipologias, realizados pela autora, 2018

Figura 147. Esquismo do pátio da Ilha 23A, realizado pela autora, 2018

ANEXOS

- 01. Documentos Históricos
- 02. Levantamento Fotográfico
- 03. Desenhos de Levantamento
- 04. Desenhos de Projeto
- 05. Processo
- 06. Entrevistas

01. documentos históricos



[Fig. 90] Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940 : fiada n.º 24, n.º 226. Vista aérea da zona rural, empresarial e residencial do Bonfim e Campanhã, desde a Casa e Quinta do Barão de Valado (n.º 4-7, Norte), no Largo do Godim, à Travessa da Lomba (Sul)

DEFERIDO nos termos
 da legislação
 Porto em sessão da Comissão Executiva
 11 de Outubro de 1919
 Oferido

(337)
 4469
 14-10-9/9

CMP
 AG

Com.
 Camara.

José Pinto da Silva Moreira dono duma
 propriedade na rua Nova da Lomba, n.º 23, A,
 possuindo dentro da mesma propriedade e
 muito desviado da rua tres pequenas casas
 pretendendo altear a parede das trazeiras
 das ditas casas afim de dar maior incli-
 nação ao telhado para aplicar telha do
 tipo da de Marselha, conforme indica a
 tinta vermelha no desenho junto;

Pede a V. Ex.^a se digna con-
 ceder-lhe a respectiva licen-
 ça.

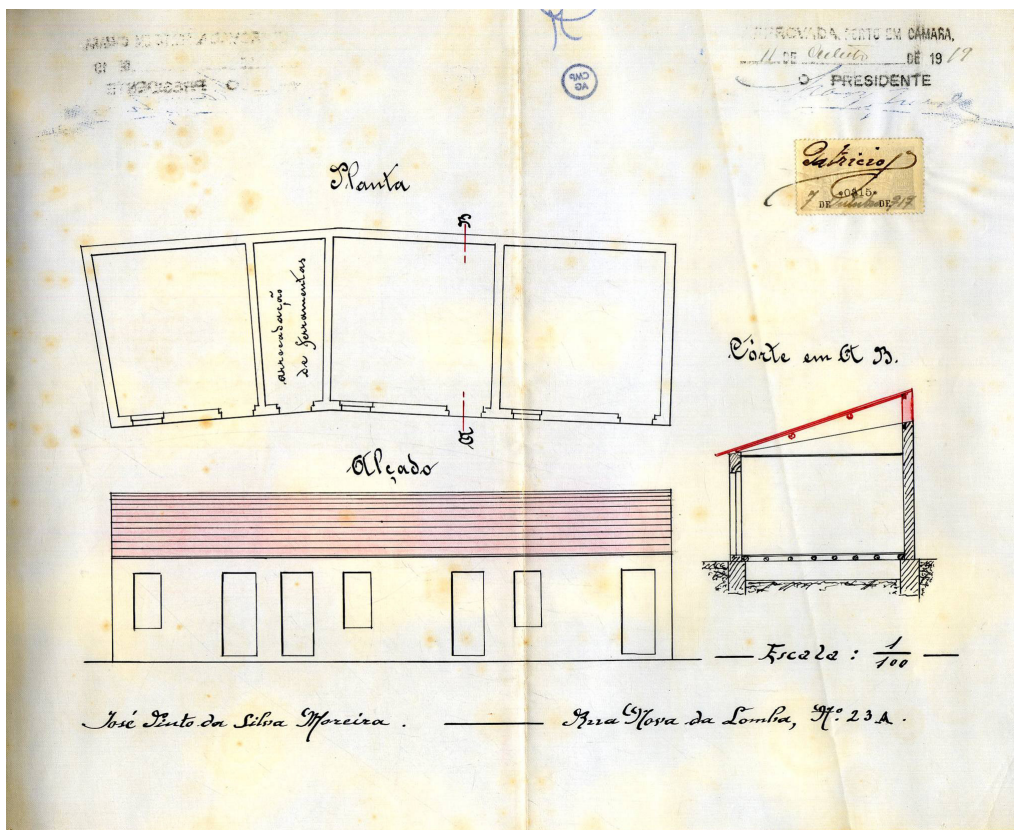
Porto, 4 de Outubro de 1919
 Pelo reg.
 Manoel Soares

745
 R.E.
 REPARTICAO
 Registo 745
 4-10-9/9

469
 10 de Outubro de 1919

Não precisa de mais

[Fig. 91] Licença de obra n.º
 469, 1919 para "altear a parede
 das trazeiras das ditas casas"
 em terreno na rua Nova da
 Lomba, n.º 23A. Requerida por
 José Pinto da Silva Moreira à
 Câmara Municipal do Porto em
 04.10.1919.



[Fig. 92] Licença de obra n.º 469, 1919 para "altear a parede das traseiras das ditas casas" em terreno na rua Nova da Lomba, n.º 23A. Requerida por José Pinto da Silva Moreira à Câmara Municipal do Porto em 04.10.1919.

O2. levantamento fotográfico



[Fig. 93] Fotografia da fachada da entrada na Ilha 23A, Rua de Vera Cruz, 2018



[Fig. 94] Fotografia do corredor de acesso na Ilha 23A, 2018



[Fig. 95] Fotografia do corredor de acesso na Ilha 23A, 2018



[Fig. 96] Fotografia do pátio da Ilha 23A, 2018



[Fig. 97] Fotografia do núcleo das instalações sanitárias na Ilha 23A, 2018



[Fig. 98] Fotografia do braço norte e núcleo das instalações sanitárias na Ilha 23A, 2018



[Fig. 99] Fotografia do pátio na Ilha 23A, 2018



[Fig. 100] Fotografia a partir do pátio na Ilha 23A, 2018



[Fig. 101] Fotografia da porta de entrada da casa n.º 8, 2018



[Fig. 102] Fotografia do acesso à casa n.º 7, 2018



[Fig. 103] Fotografia da janela da casa n.º 11, 2018



[Fig. 104] Fotografia do interior da casa n.º 11, 2018



[Fig. 105] Fotografia do interior
da casa n.º 11, 2018



[Fig. 106] Fotografia do interior da casa n.º 7, 2018

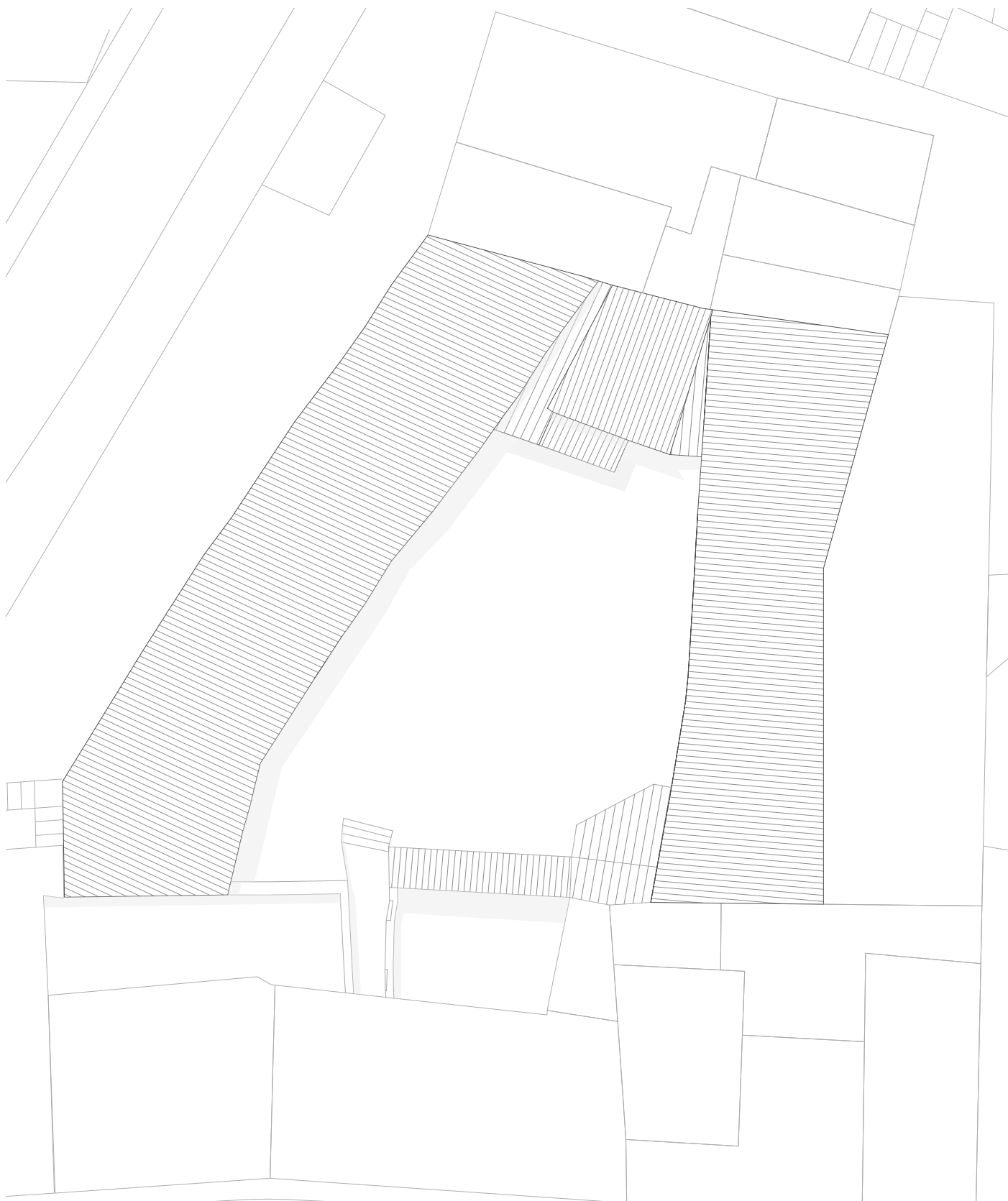


[Fig. 107] Fotografia do interior da instalação sanitária, 2018



[Fig. 108] Fotografia do interior da instalação sanitária, 2018

03. desenhos de levantamento



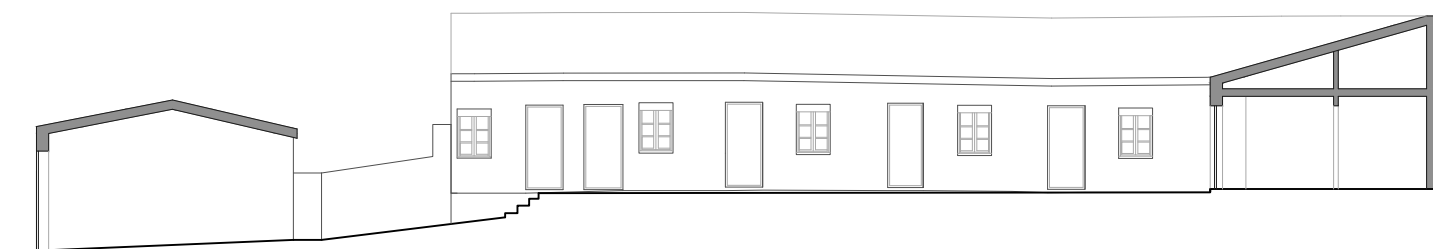
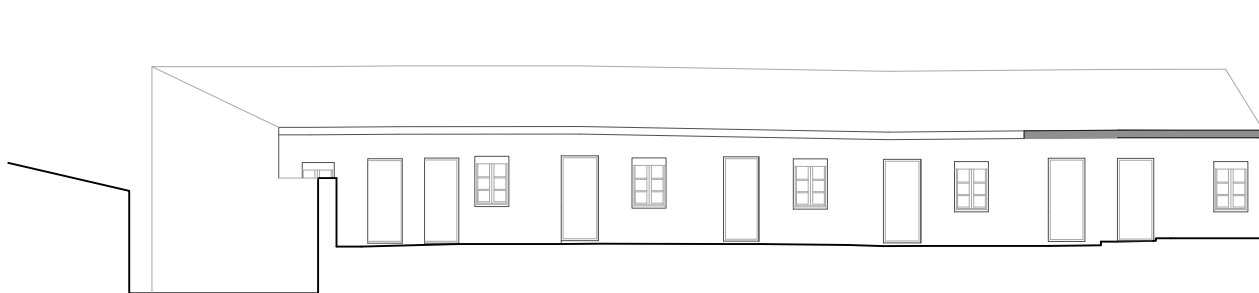
[Fig. 109] Planta de Cobertura,
Levantamento



[Fig. 110] Planta do Piso térreo,
Levantamento



[Fig. 111] Planta do piso 1, Escala
1:200, Levantamento



[Fig. 112] Alçados, Escala 1/200,
Levantamento

04. desenhos de projeto



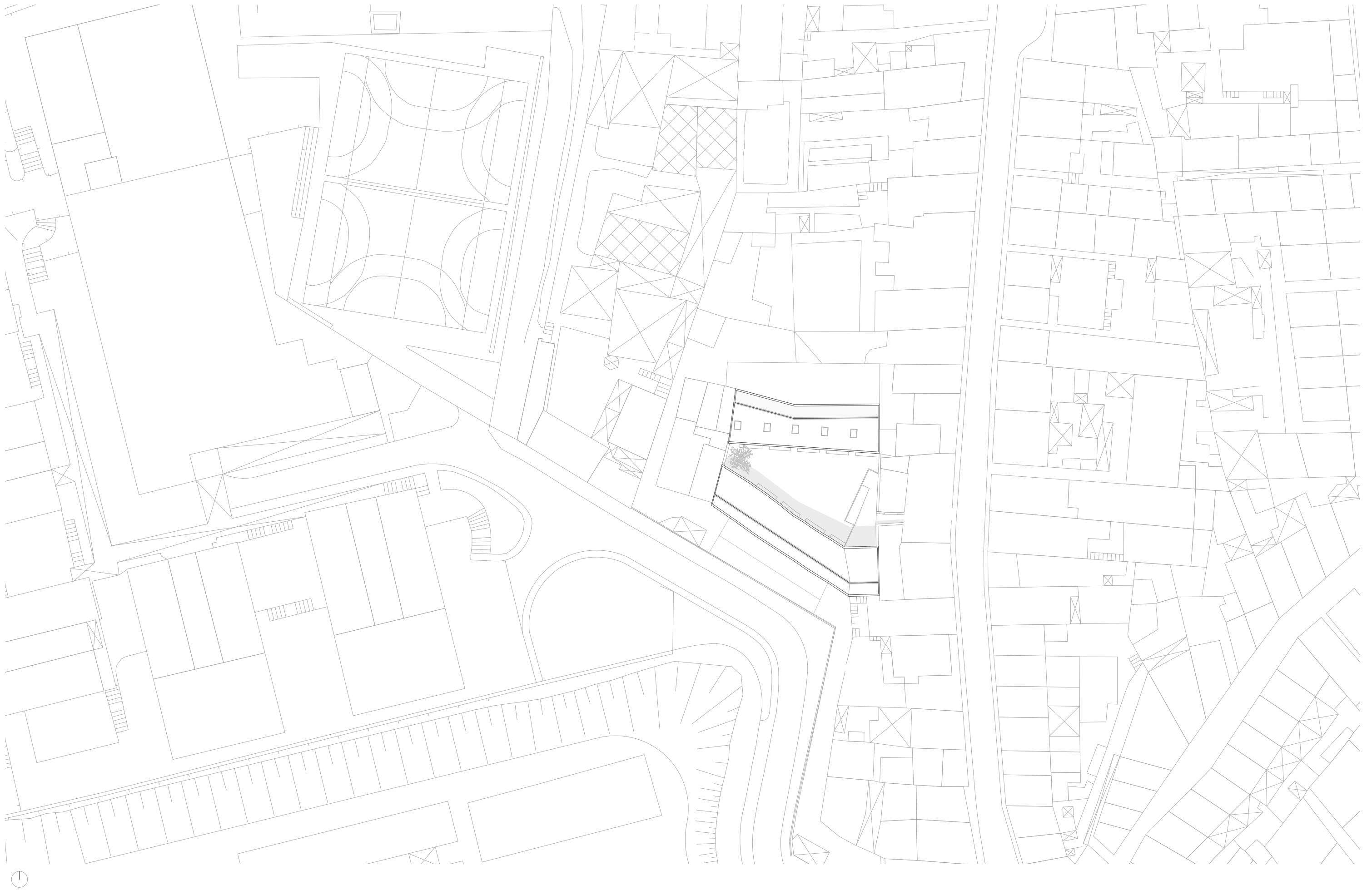
⌚
[Fig. 113] Planta Vermelhos e
Amarelos, Piso 0, Escala 1/200



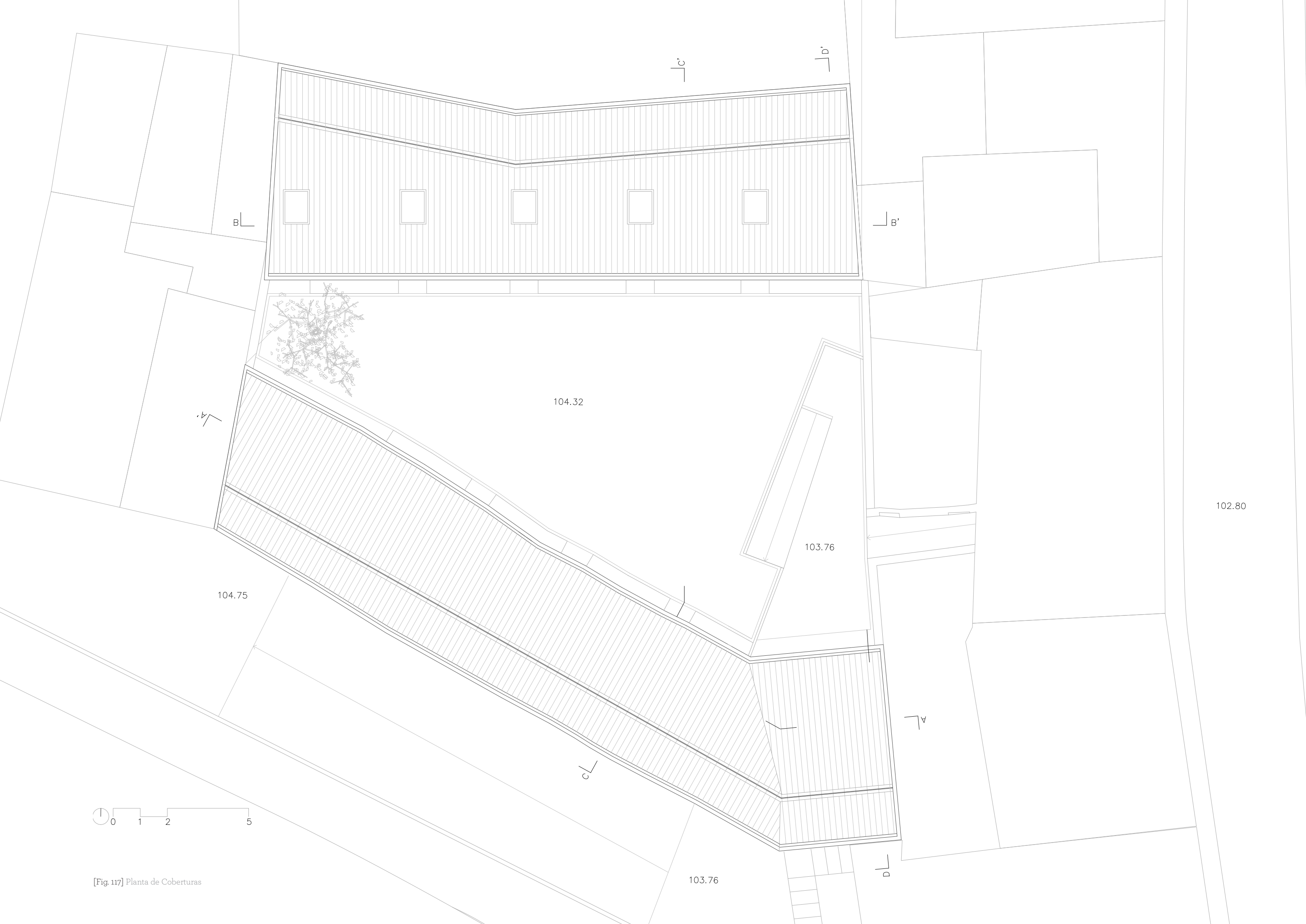
[Fig. 114] Planta Vermelhos e
Amarelos, Piso 1, Escala 1/200



[Fig. 115] Alçados Vermelhos e
Amarelos, Escala 1/200



[Fig. 116] Planta Implantação,
Escala 1/500



[Fig. 117] Planta de Coberturas



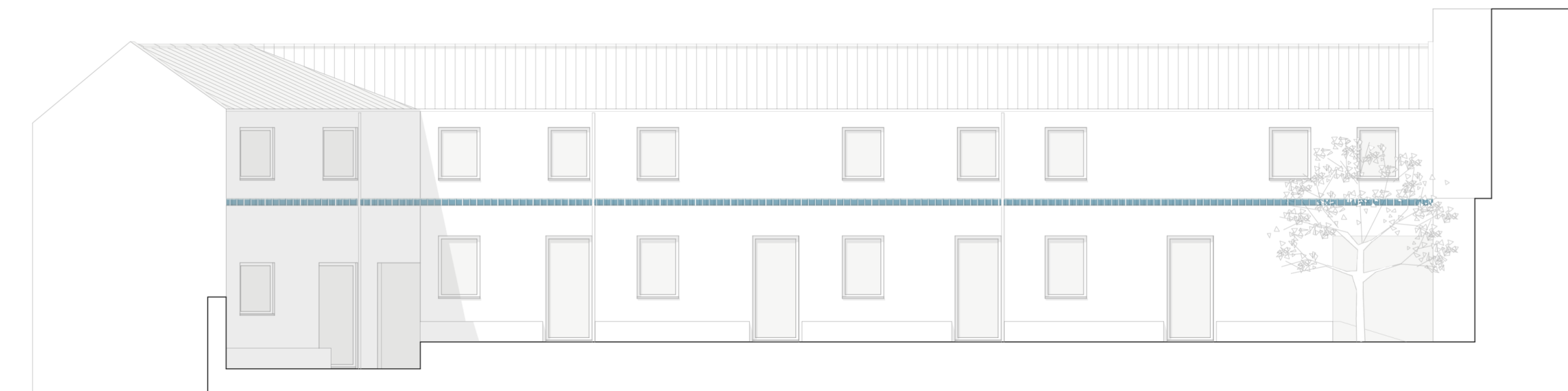
[Fig. 118] Planta Piso 0



[Fig. 119] Planta Piso 1



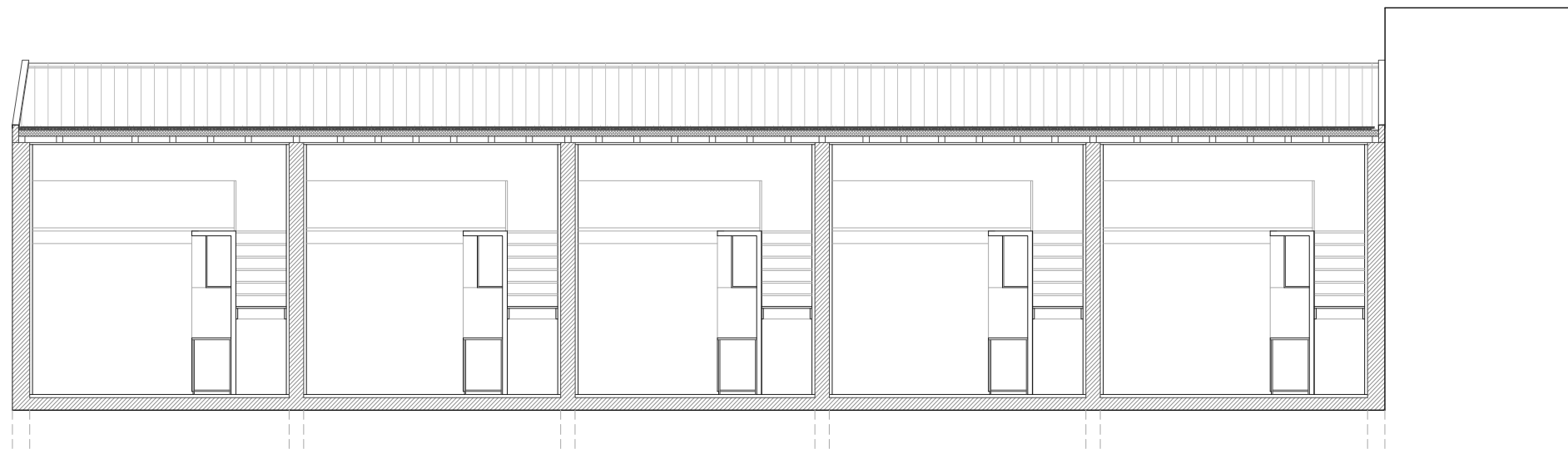
[Fig. 120] Corte AA', Escala 1/100



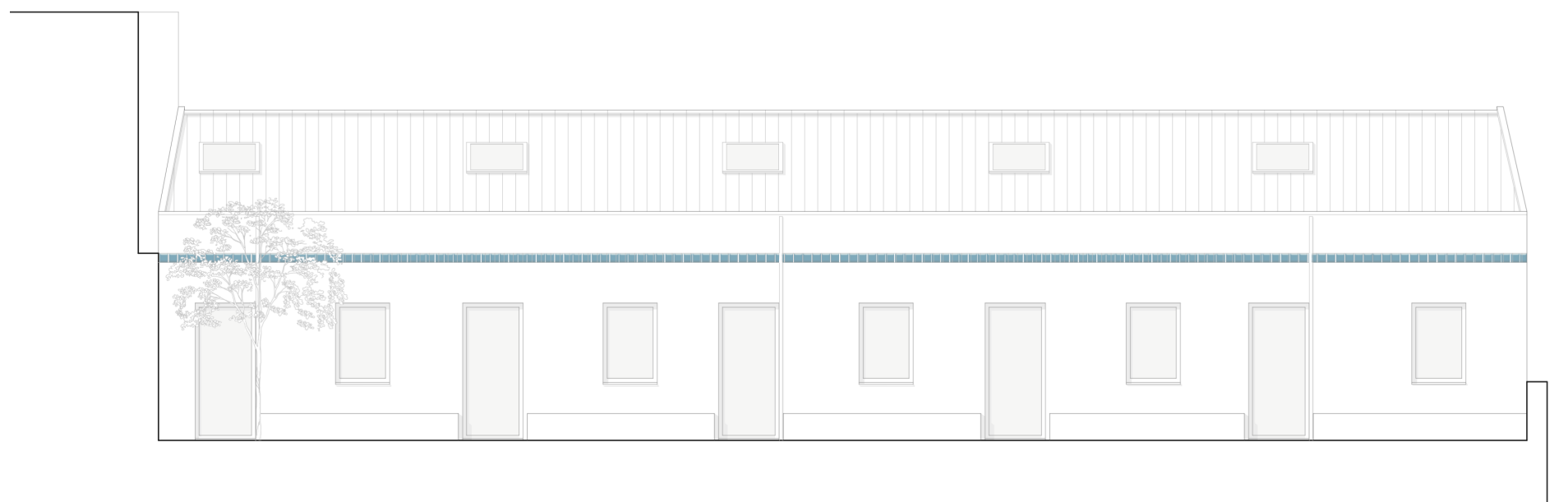
[Fig. 121] Alçado Frontal do
braço sul, Escala 1/100



[Fig. 122] Corte DD', Escala 1/100



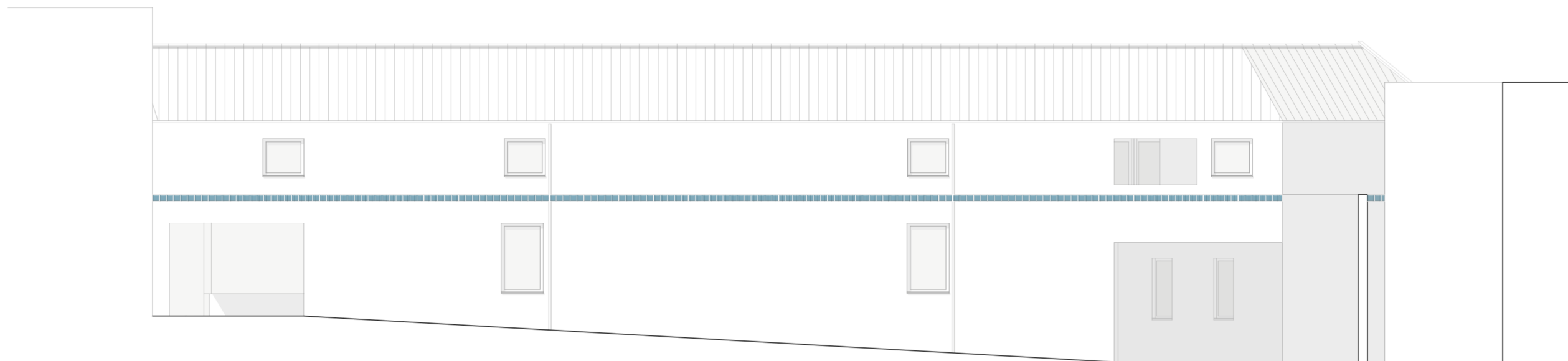
[Fig. 123] Corte BB', Escala 1/100



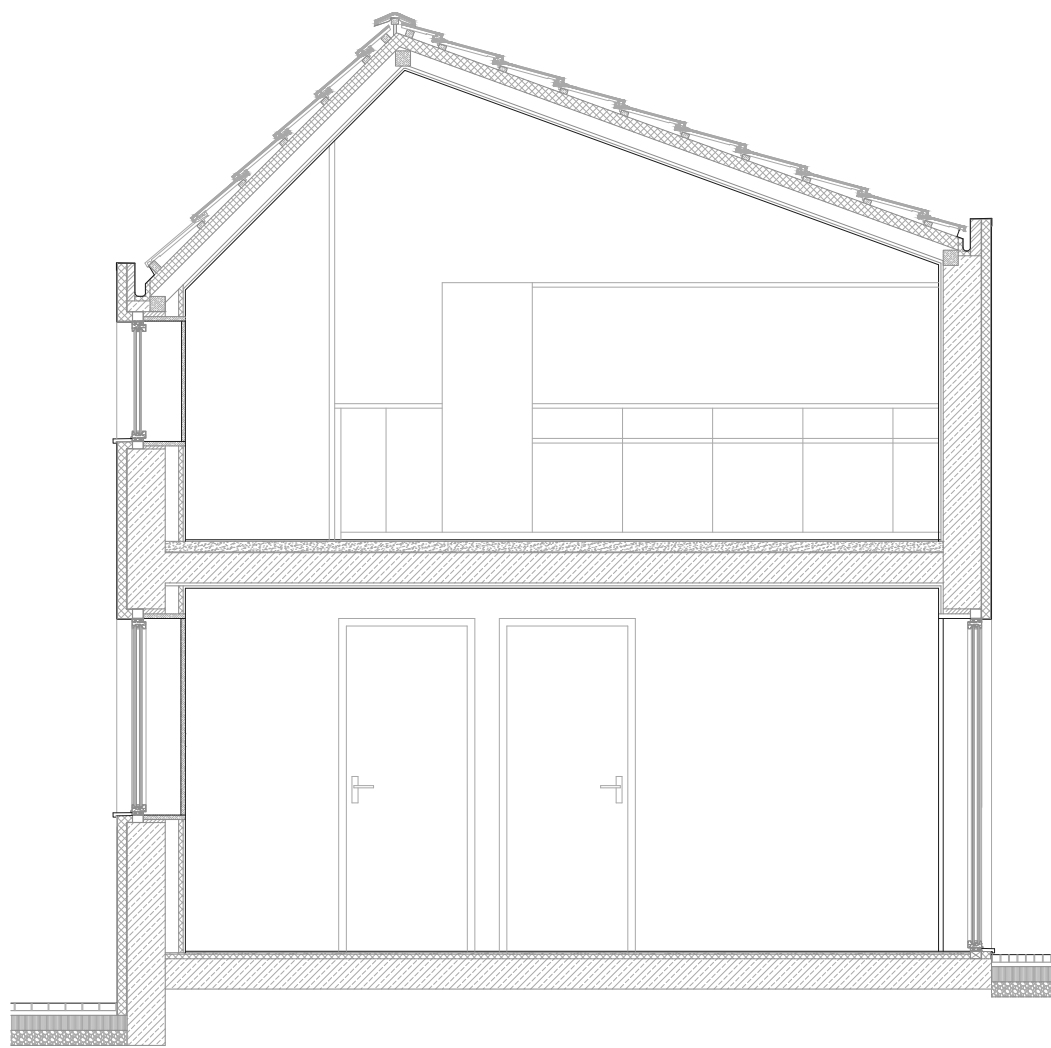
[Fig. 124] Alçado frontal do braço norte, Escala 1/100



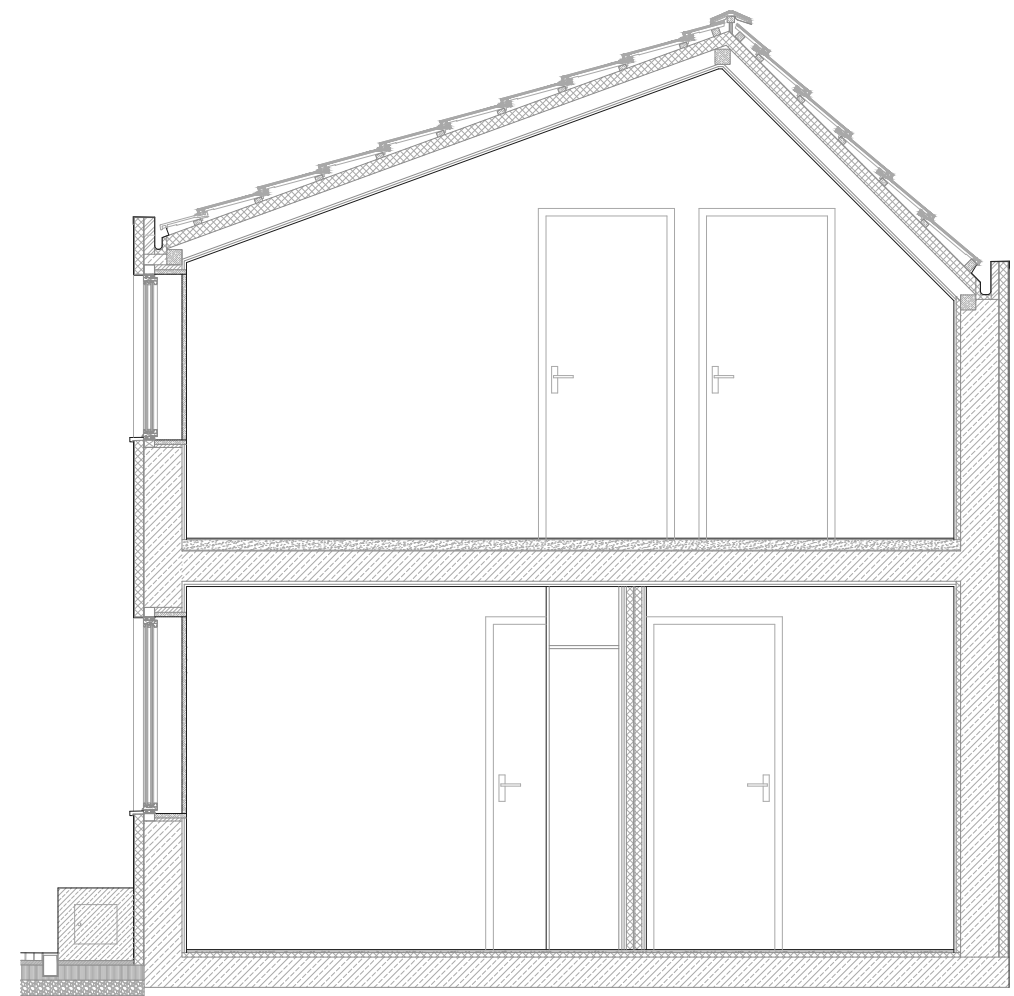
[Fig. 125] Corte CC', Escala 1/100



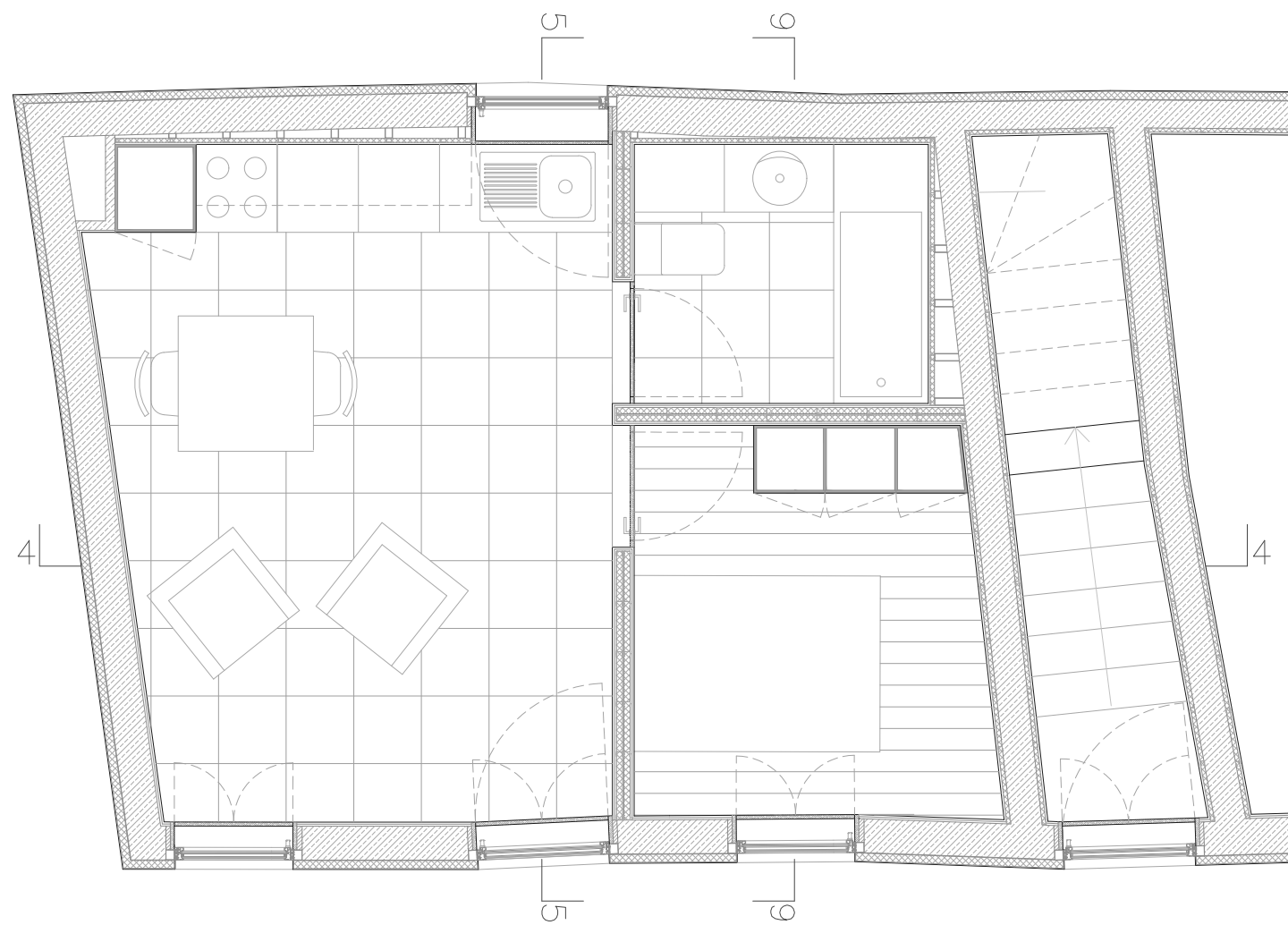
[Fig. 126] Alçado tardoz do braço
sul, Escala 1/100



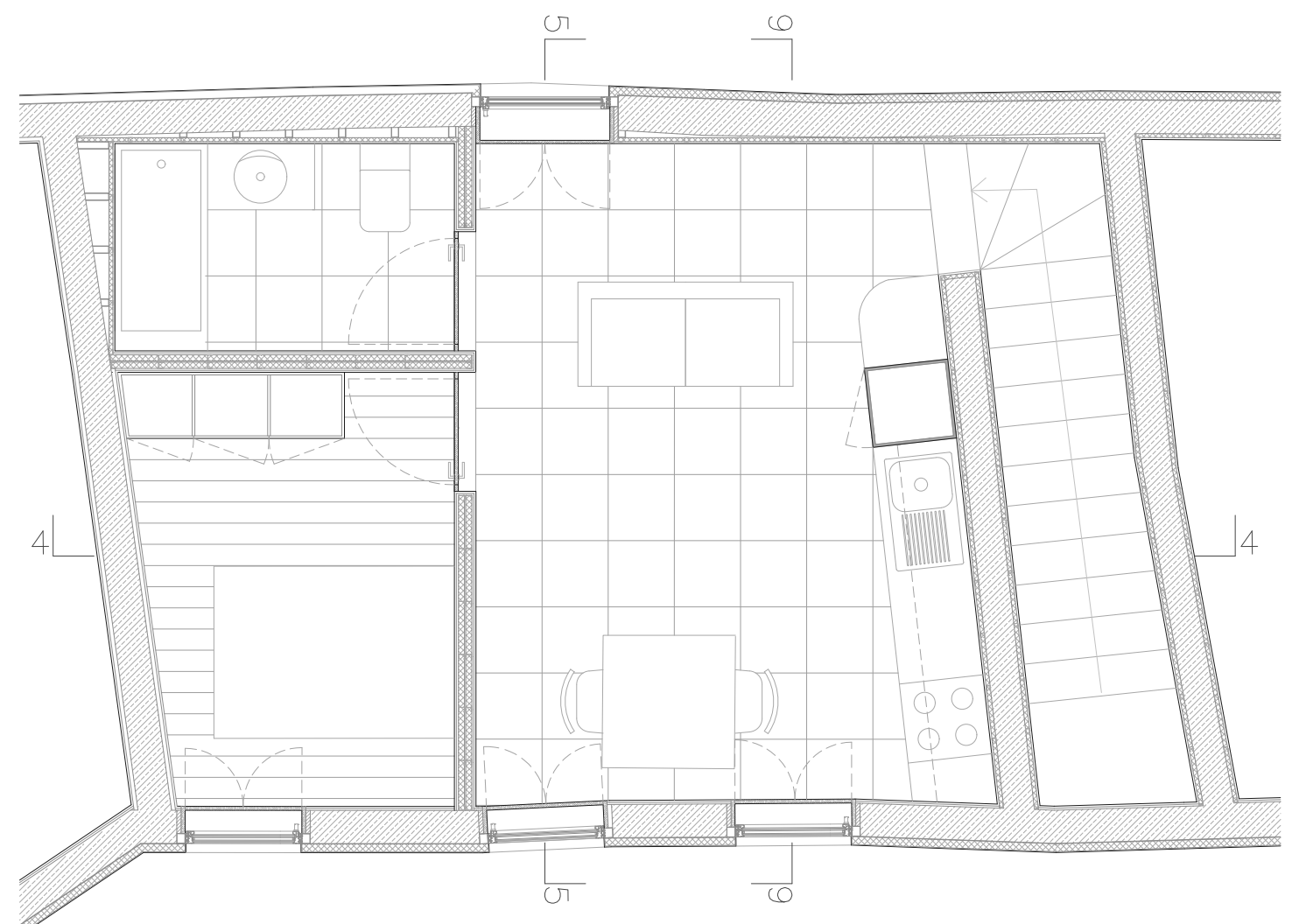
[Fig. 127] Corte 5, Tipologia A,
Escala 1/50



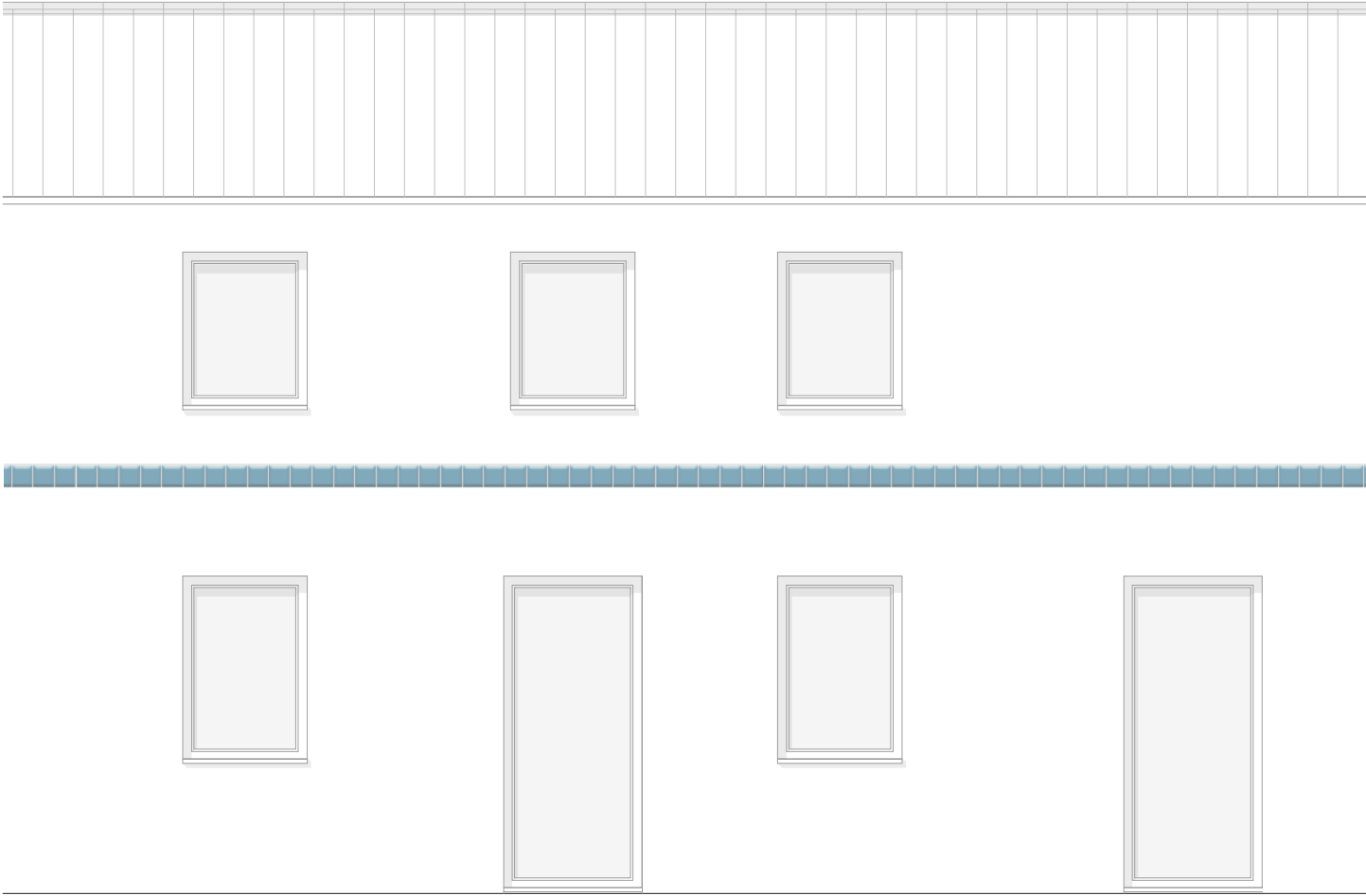
[Fig. 128] Corte 6, Tipologia A,
Escala 1/50



[Fig. 129] Planta piso 0, Tipología A,
Escala 1/50



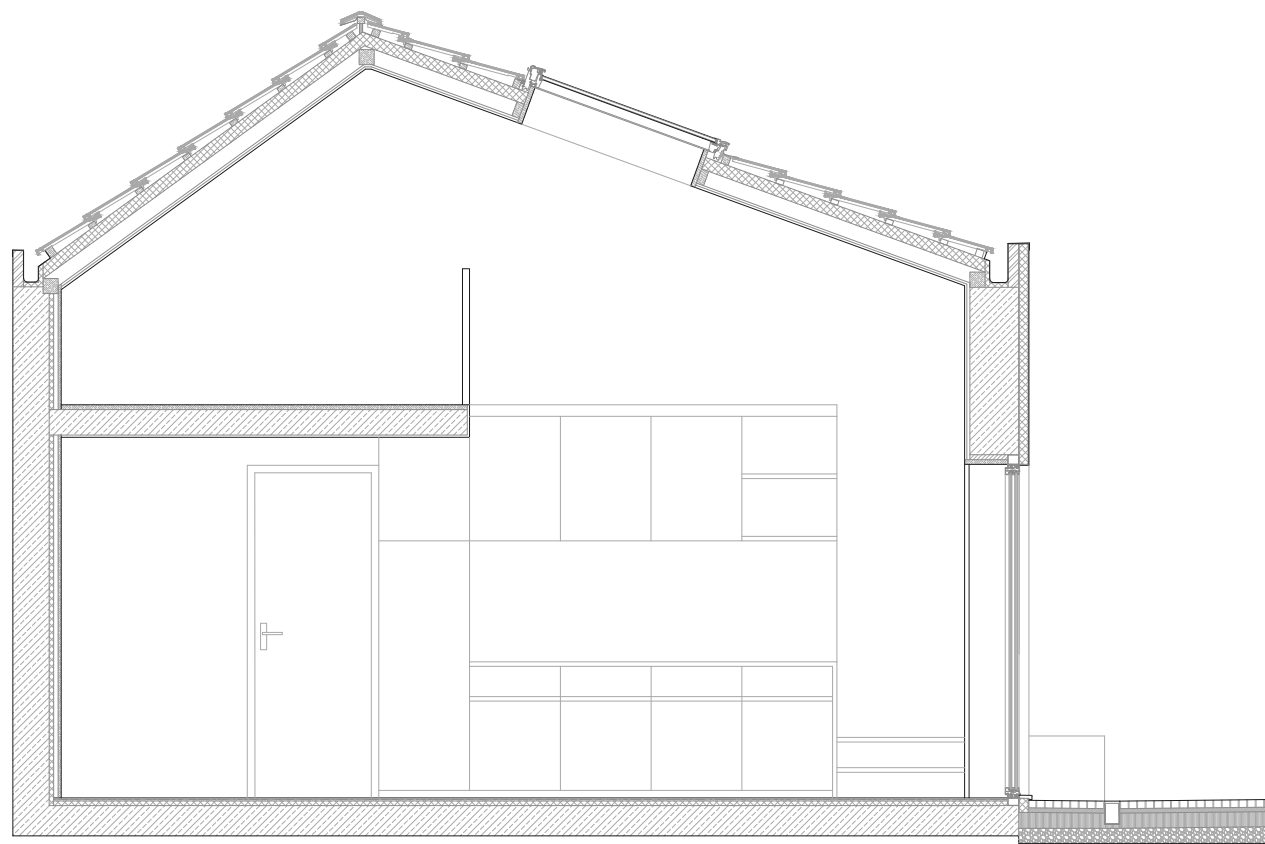
[Fig. 130] Planta piso 1, Tipología A,
Escala 1/50



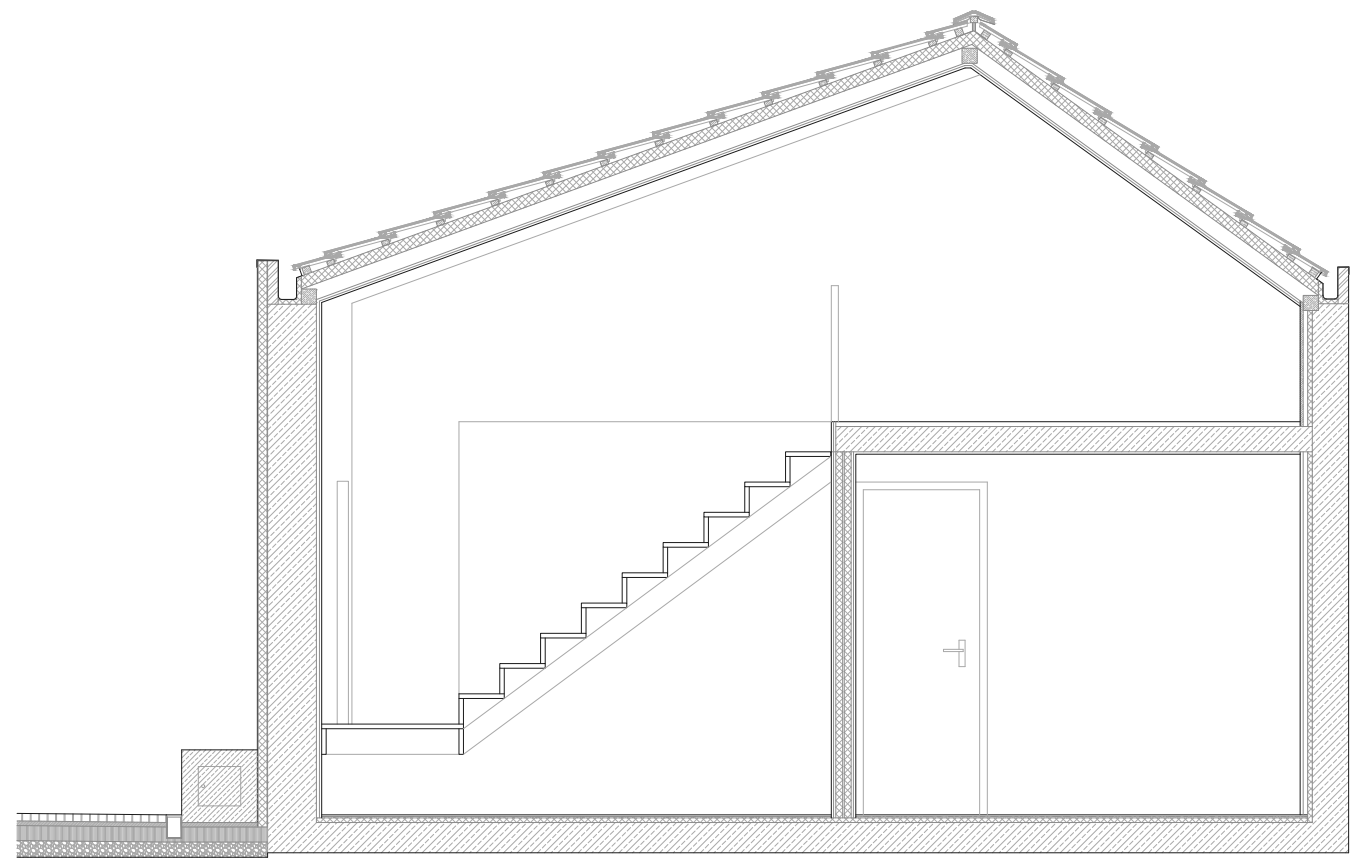
[Fig. 131] Alçado, Tipologia A,
Escala 1/50



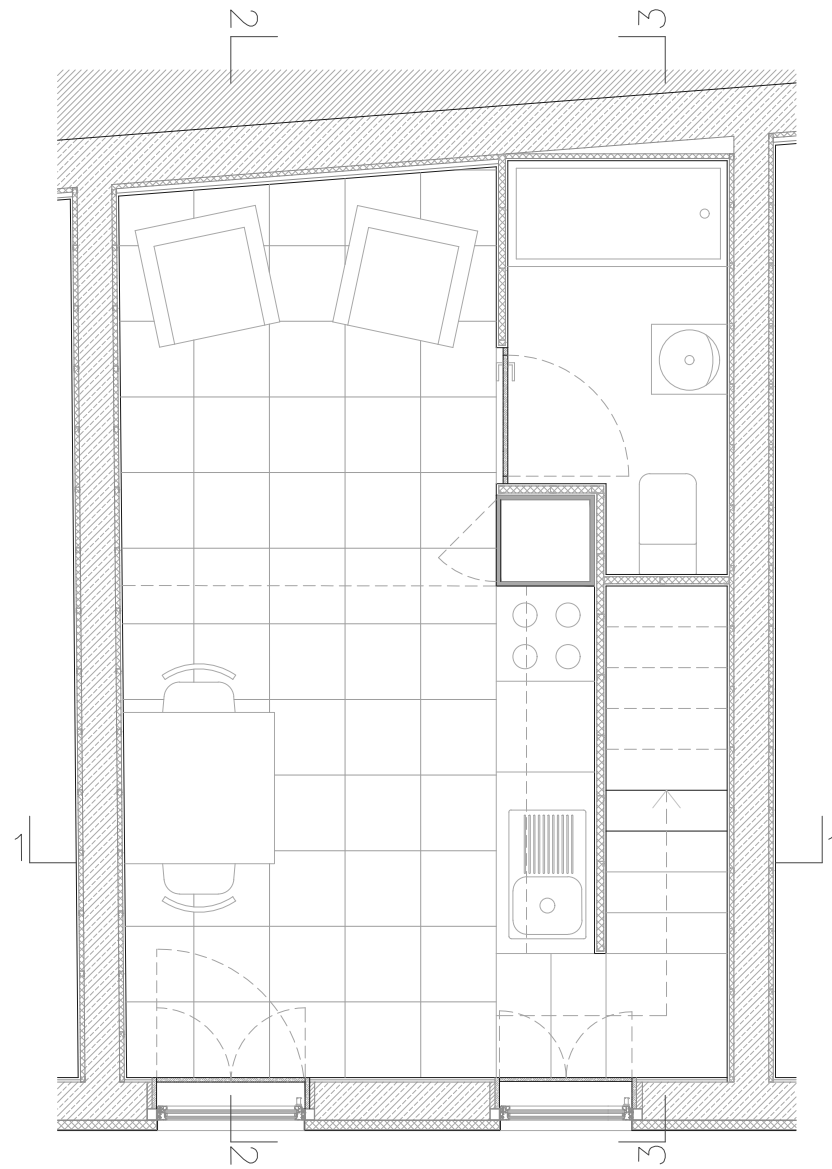
[Fig. 132] Corte 4, Tipologia A,
Escala 1/50



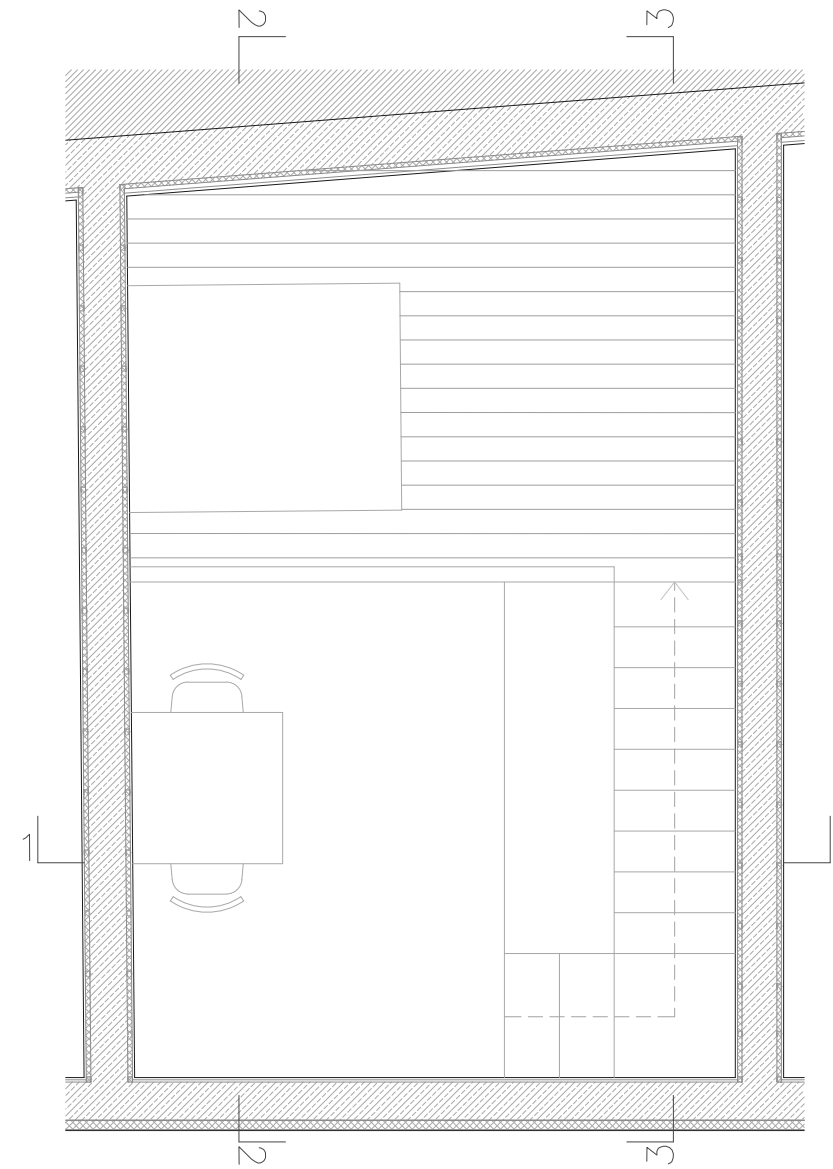
[Fig. 133] Corte 2, Tipologia B,
Escala 1/50



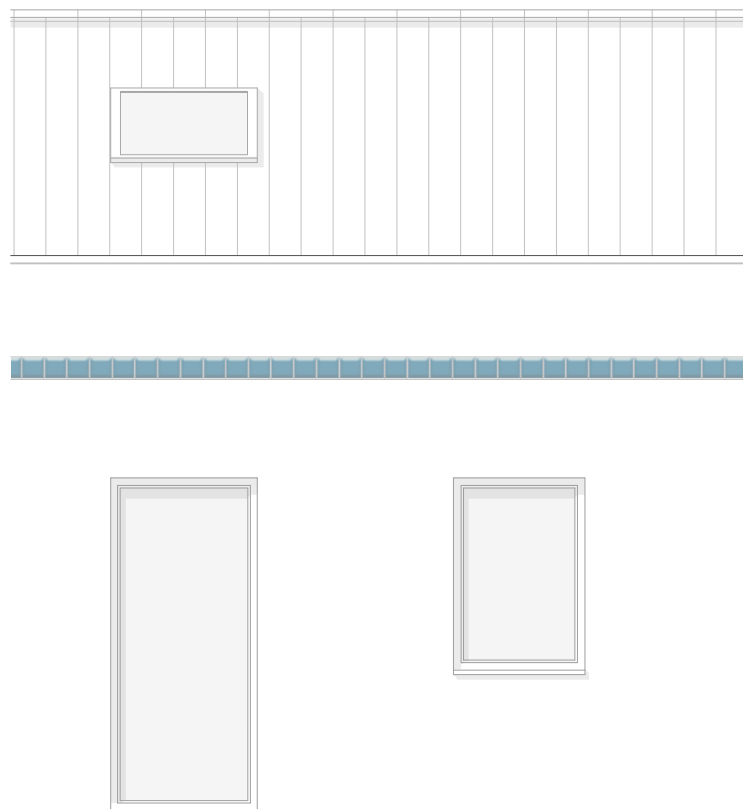
[Fig. 134] Corte 3, Tipologia B,
Escala 1/50



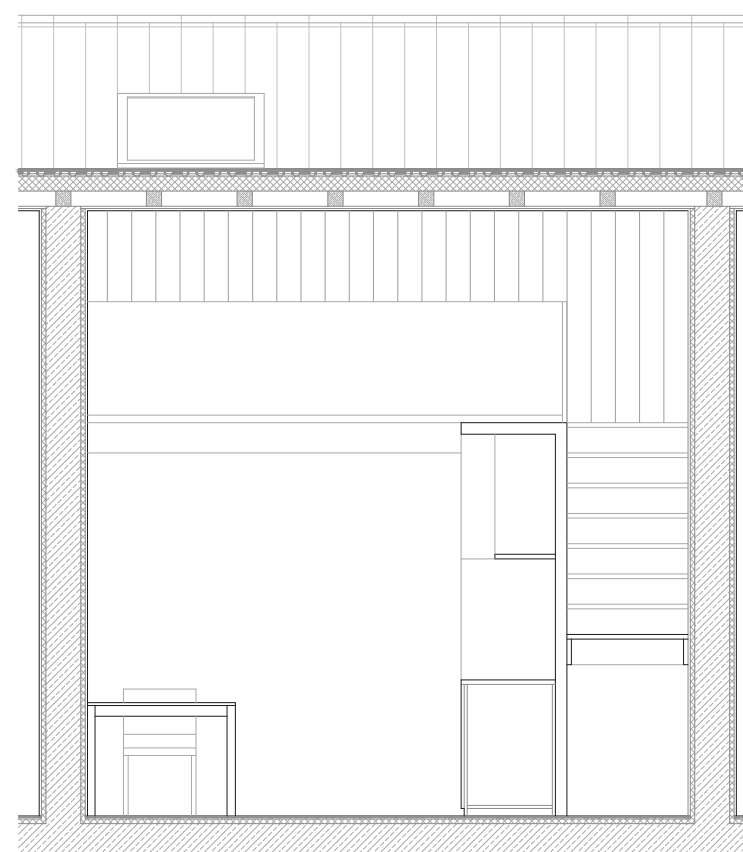
[Fig. 135] Planta piso 0, Tipologia B, Escala 1/50



[Fig. 137] Planta piso 1, Tipologia B, Escala 1/50



[Fig. 136] Alçado, Tipologia B, Escala 1/50



[Fig. 138] Corte 1, Tipologia B, Escala 1/50

telha plana - Coelho da Silva modelo Plasma

ripado de suporte da telha em madeira

isolamento térmico em poliestireno extrudido 80mm

tela impermeabilizante

caleira em alumínio

murete em tijolo cerâmico

rufo de zinco

frechal de madeira 100x100mm

camada de regularização

moldura em madeira de pinho 30mm

vara de madeira 100x100mm

perfil omega 20mm

gesso cartonado 15mm

parede de betão

revestimento em sistema ETICS

azulejo

gesso cartonado

perfil omega 20mm

rodapé cerâmico

pavimento cerâmico 500x500mm

camada de regularização

manta acústica

laje em betão

perfil omega 20mm

gesso cartonado 15 mm

portada de madeira em pinho 30mm

soleira de madeira em pinho 30mm

camada de regularização

caixilho alumínio oscilo-batente da technal modelo soleal FY75

soleira em betão

pré-aro

parede de alvenaria de granito

pavimento cerâmico

camada de regularização

isolamento térmico em poliestireno extrudido 30mm

banco de granito com

caixa de eletricidade

caleira em alumínio

micro-cubo 50x50mm

argamassa de

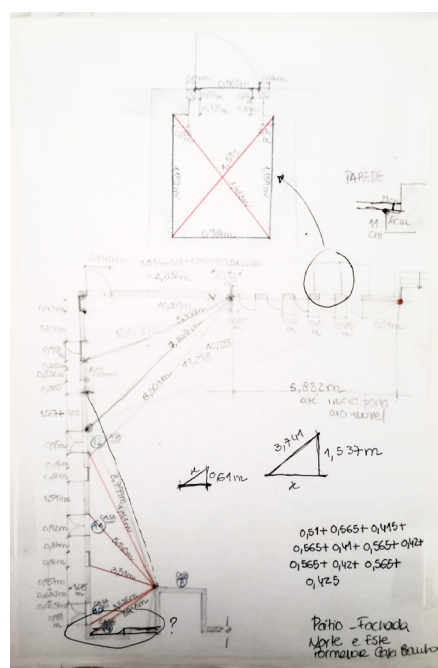
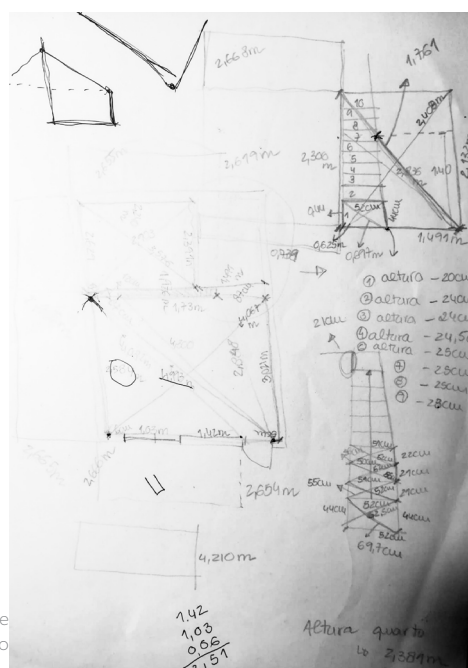
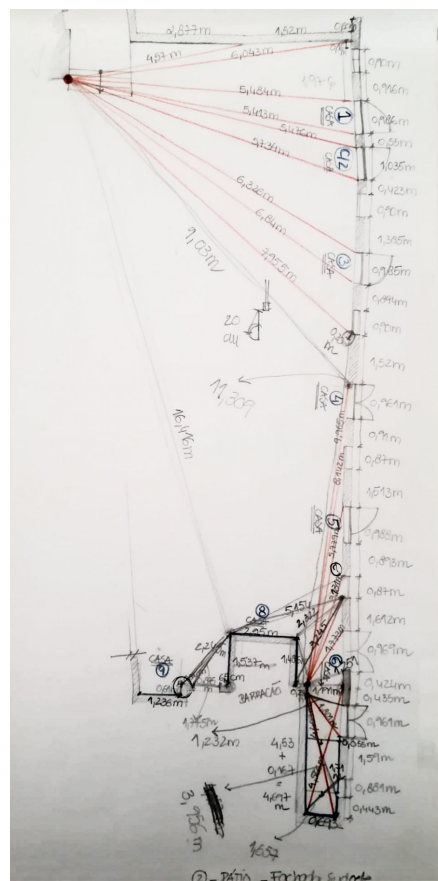
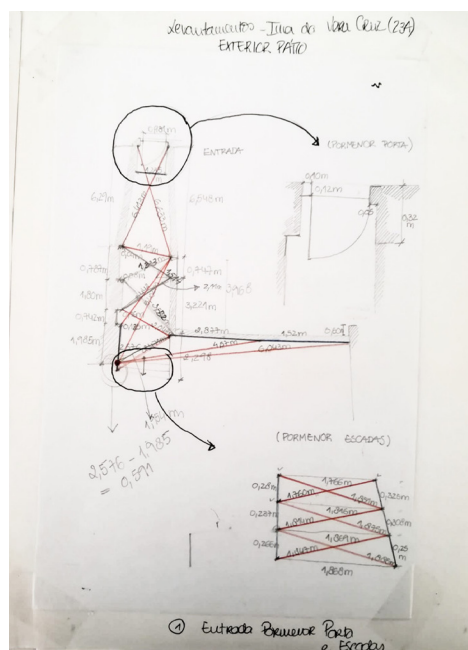
assentamento 30mm

camada de forma

terreno natural

[Fig. 139] Corte Construtivo,
Escala 1/20

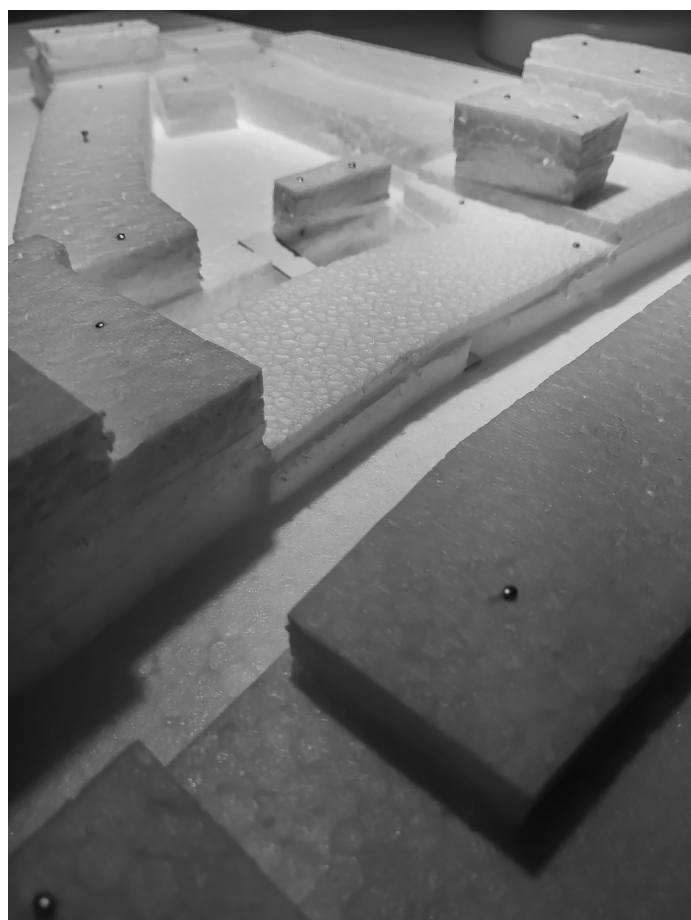
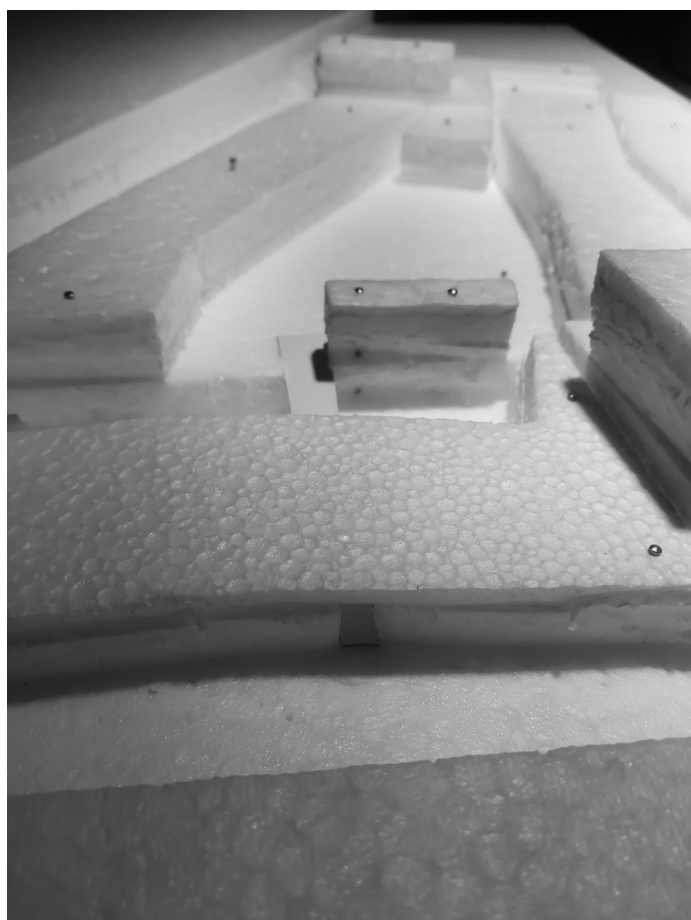
05. processo



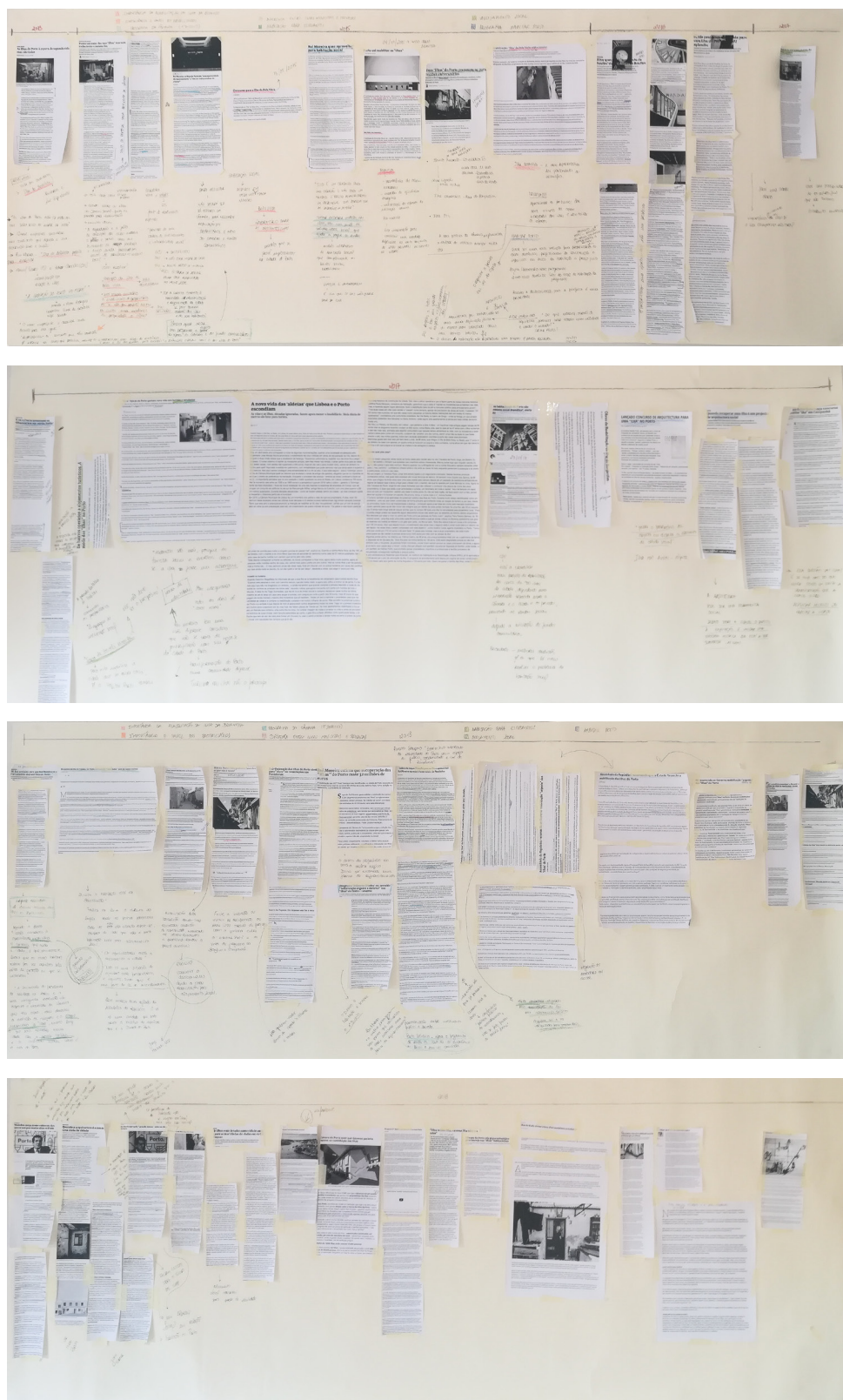
[Fig. 140] Desenhos de levantamento efetuados no local, 2018



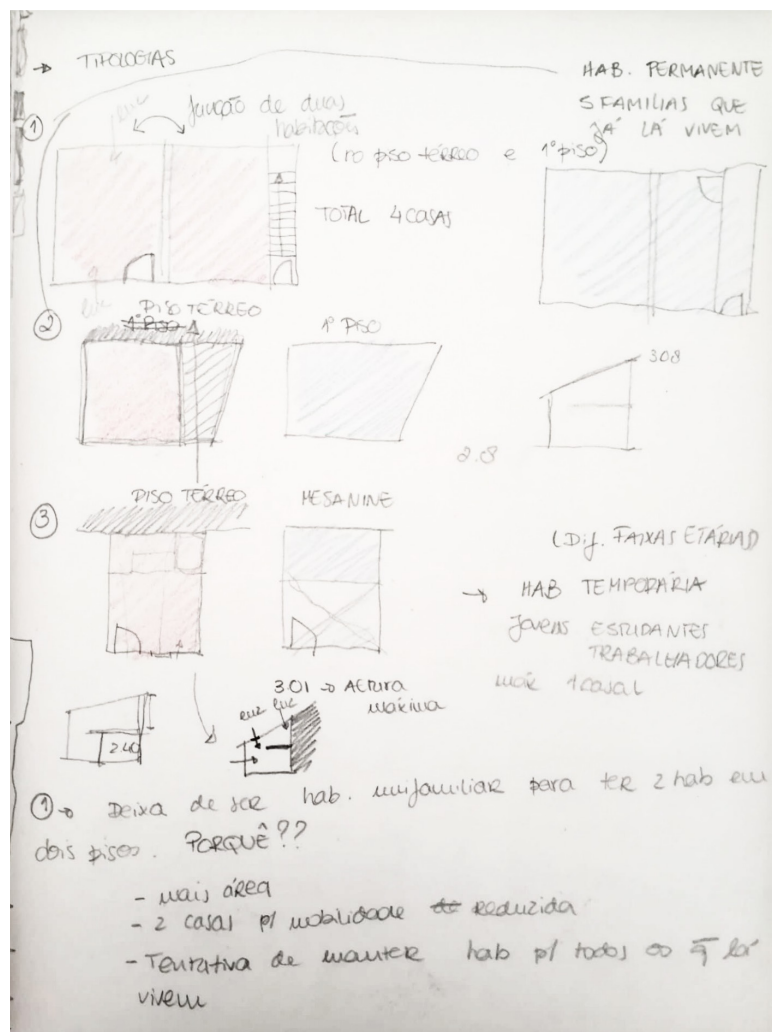
[Fig. 142] Esquisso da Ilha 23A,
2018



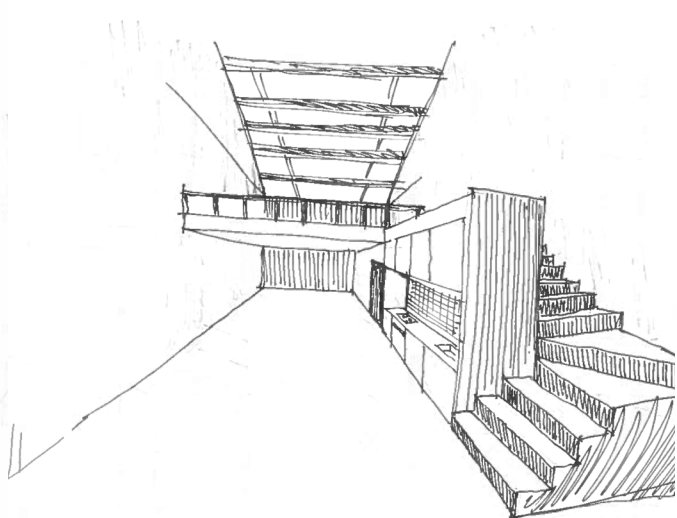
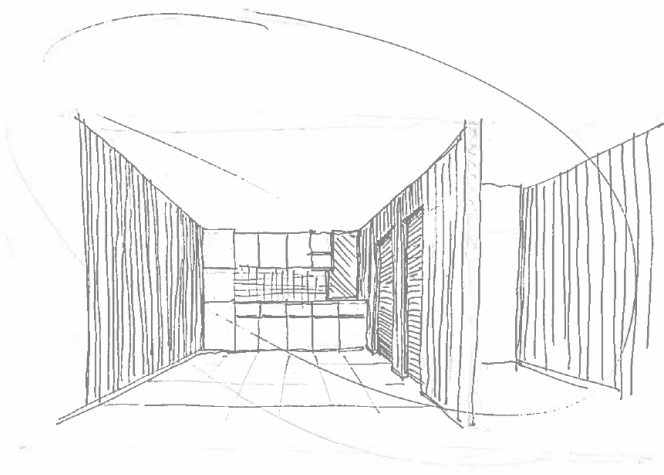
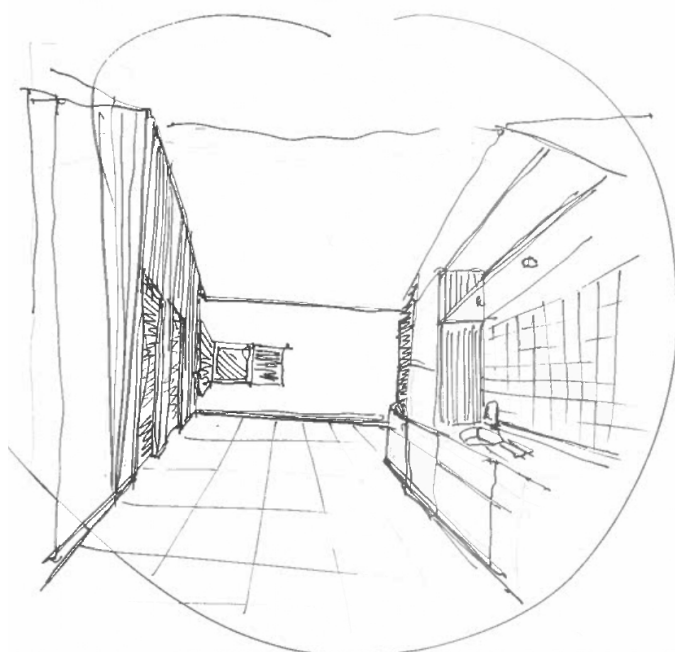
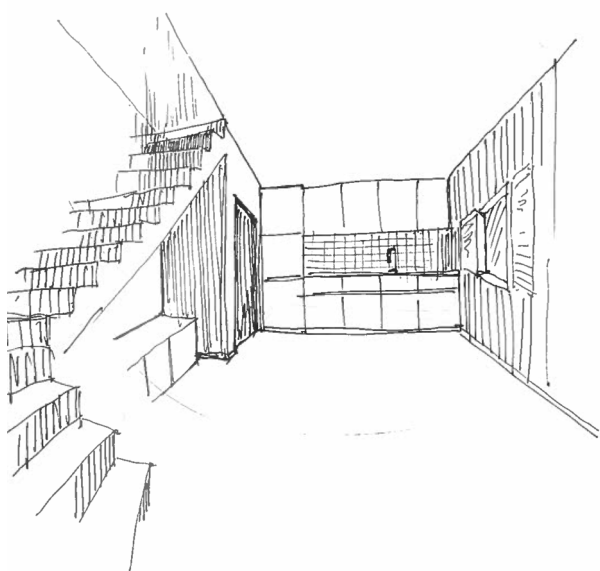
[Fig. 143] Fotografias da maquete de estudo, 2018



[Fig. 144] Recolha de notícias sobre as Ilhas do Porto, desde 2013 a 2018, e respetiva análise, 2018



[Fig. 145] Processo de pensamento sobre as diferentes tipologias, 2019



[Fig. 146] Esquissos das diferentes tipologias, 2019



[Fig. 147] Esquisso da proposta do pátio da Ilha 23A, 2019

06. entrevistas

Entrevista realizada ao Arquiteto Bernardo Amaral - BAAU, 10 Abril de 2019

Q.1 “Sabendo que o Arquiteto Bernardo Amaral fez duas propostas de intervenção em duas ilhas, situadas na Rua de S. Vitor e bastante próximas uma da outra, existe alguma ligação entre os dois projetos?”

Fui contactado há uns anos, em 2013, pela proprietária da ilha (Dalila) para fazer a reabilitação. Ela já tinha começado a fazer e estava com algumas dificuldades. Também é um projeto em que ela não tinha muito capital para investir mas queria concluir o processo. Portanto, nessa ilha há uma casa grande que está virada para as fontainhas, e depois sobe em vários patamares, para uma plataforma também em rampa que dá para a rua de S. Vitor, portanto no fundo há um lote gigante com duas frentes. E a parte da ilha estava praticamente desabitada, só se mantinha uma senhora a habitar na ponta final da ilha (por isso não foi feito o projeto aí).

Desenvolveu o projeto de uma maneira, não tão tradicional de um projeto de arquitetura, em que as fases todas são cumpridas, foi um apoio a um projeto em curso. O projeto demorou muito tempo.

Mas a intervenção foi sobretudo refletir sobre a tipologia em si e de que forma ela poderia ser reaproveitada e reconfigurada para novos usos. Fizemos várias propostas, uma delas mantinha as células de 16 m² e com umas camas tipo mezanino, e outra que anexava duas células para fazer uma espécie de um T1. Uma das células seria sala de estar e cozinha e na outra teríamos a casa de banho e o quarto.

Na intervenção exterior, como dar um novo carácter a este espaço? Os pátios que aqui existem já existiam no projeto original. Mas entretanto os habitantes preencheram isto tudo, e fizeram ampliações. E as casas das ilhas tinham as portas a dar para a rua diretamente. Então a ideia foi deitar abaixo estas ampliações, repor a construção original, e fazer desses pátios alpendres de entrada, fechei as portas que dão para rua, deixando só janela. Deste modo, em frente a cada porta existe uma janela, dando atravessamento visual e ventilação e circulação no espaço. Isto tem dois propósitos: um deles é criar um espaço de maior privacidade, e de usufruto de um espaço exterior, porque a rua é muito apertada, e por outro lado ao fazer esta entrada, permite-me que haja mais luz e ar a entrar neste espaço, porque um dos problemas das ilhas é o facto de terem uma rua muito estreita que está sempre em sombra e nunca tem luz natural.

Q.2: Repara-se que existe uma regra na colocação dos pátios, mas que depois quebra essa regra com a colocação de uma instalação sanitária, porquê?

No projeto original, havia a ideia de fazer, não um espaço habitacional mas um espaço comunitário cultural. Em que na casa principal seria a residência de artistas e os restantes espaços seriam locais para exposições/aulas. Então este corpo seria uma espécie de ampliação o pátio era mais pequeno, seria um espaço de jardim de inverno, para uma cozinha, ou casa de banho de apoio ao outro espaço. Posteriormente a proprietária optou por fazer deste espaço uma residência e neste momento é o que está.

Q.3: Relativamente às instalações sanitárias, têm um desenho muito particular, são expostas e com pouca privacidade, qual foi a razão de serem assim projetadas?

Em relação às casas de banho: eram duas células com uma cabine de casas de banho com acesso a partir da rua. Optou-se por fazer uma solução em que tanto pode ter aqui um T1, um quarto outro quarto que podem partilhar da mesma cozinha e casa de banho. A questão de serem envidraçadas, mais expostas, é também um desafio que a própria artista fez ao modo de habitar o espaço. Inclusive houve algumas alterações ao projeto original, ela fez umas intervenções livres, mas ideia foi sempre não criar paredes com uma espécie de biombo ou elementos leves. O mobiliário é da iniciativa da proprietária. Aqui, há portanto trabalho comum com a proprietária e um processo de autoconstrução que durou quase dois anos. Muitas coisas foram decididas em obra e escaparam ao desenho de arquitetura. Há um plano original que depois eu acho que foi bem pensado e bem desenhado. Mesmo com essas alterações, há um plano geral que aproveita diversas formas de apropriação do espaço.

Q.4: Em relação ao regulamento a nível dos acessos através de rampas, cumpre?

Não cumpre, não pode cumprir, desde já as áreas da casa de banho não cumprem. Feito consoante os processos camarários tradicionais, interpretou-se como uma reabilitação de interiores, não houve uma transformação radical da volumetria. Foi acrescentado um piso em altura, os telhados foram reabilitados tal e qual como eram. Se calhar foi puxado um bocado longe a essa legislação, que isenta algumas obras de reabilitação de interior, sobretudo porque há uma alteração das parcelas. Mas aqui eu tinha consciência de que seria um processo que poderia demorar anos na câmara, neste momento com o projeto do Habitar Porto já corremos essa travessia do deserto e o projeto já foi aprovado na câmara. Então aqui avançou-se com o projeto da melhor maneira possível. Tenho consciência da questão das acessibilidades, isto tinha várias escadas e mantivemos a inclinação possível. No limite, a casa que está a partir da rua poderia ser acessível. Há sempre a possibilidade de transformar, a legislação das acessibilidades prevê isso. Caso não se consiga cumprir tem de se provar que em qualquer altura o edifício pode ser transformado.

Q.5: Para executar este projeto quais foram as suas referências?

Quando peguei neste projeto andei a pesquisar, e só conhecia um projeto de reabilitação de ilha no Porto. Uma ilha da Sé, do Arquiteto Pedro Dias. Não conhecia a ilha da Bela Vista, que também é um projeto de outra escala e um contexto diferente. Mas não tinha referências, nem para cumprir legislação nem para perceber como é que intervir numa ilha, portanto foi um desafio grande e que agarrei com muito entusiasmo e fascínio, sobretudo na defesa de: sim as ilhas são uma tipologia da cidade habitacional do Porto, tal como a casa burguesa. Apesar das suas deficientes condições de habitabilidade elas podem ser repensadas para novos usos e com outras qualidades: o que é que elas têm de bom, quais são as qualidades que devemos ressaltar, por exemplo desse sentido de vizinhança, espaço comunitário dentro do logradouro. Mas não sou a favor de reabilitar ilhas para casas com 15m². Se já na altura não eram uma boa solução para as pessoas que lá viviam porque é que hoje são? Por isso é que questiono um bocado a reabilitação das ilhas para To e turistas. Acabam por ser umas ilhas de luxo, mas um dia que esse turismo vá embora não temos habitação qualificada para oferecer.

Q.6: “Em relação ao projeto do Habitar Porto não teve qualquer relação com esta ilha?”

A ligação que teve foi: eu li um artigo no Jornal que o Aitor escreveu, no início, quando ele disse que ia abrir o gabinete no Bonfim, e também já me tinham falado dele e ainda não tinha conhecido. Eu li esse artigo, falei com uma amiga e acabámos por nos encontrar e expliquei-lhe o projeto que estava a desenvolver com a ilha e que estava também muito interessado na investigação que ele estava a fazer, essa questão de democratizar a arquitetura e abrir o exercício da arquitetura para a população em geral, para quebrar com um certo elitismo que existe dos arquitetos para outros, às vezes até na maneira como se apresentam os projetos e como se fala de arquitetura. Isso pareceu-me interessante, essa ideia do arquiteto de família, que é um termo que o Aitor usa. Então começámos a conversar, o Aitor falou-me deste projeto, no qual a proprietária o tinha consultado (Dona Fátima), e queria que eu visse, e depois eu mostrei-me interessado e foi assim que se iniciou a nossa colaboração.

O projeto sofreu já grandes transformações, e tudo está ligado com os constrangimentos económicos da proprietária. Inicialmente desenvolveu-se o projeto para o financiamento para o reabilitar para arrendar, em que incluímos apenas a outra parte da ilha. Quanto maior a intervenção maior o empréstimo. Então a proprietária só queria intervir na ilha e não na casa da frente. Só mais tarde é que se decidiu fazer intervenções leves nesse edifício, substituir o telhado e fazer

pequenas alterações, visto que consideramos o todo um imóvel. Entretanto o tempo foi passando e apareceu nas novas leis de base da habitação a possibilidade de nos candidatar-mos a um outro programa que é o 1ºDireito. Agora na fase da aprovação da câmara municipal do Porto e que já oferece outro tipo de condições, fazendo sentido integrar este edifício no projeto.

Nós temos também um acordo com a Junta de Freguesia do Bonfim, com o Gabinete de Apoio Social e que se foca sobretudo nestas casas. No sentido de poder oferecer tipologias para ocupação de famílias a um preço acessível, esta casa é um extra. Ainda não está muito bem definido para que tipo de habitantes, eu penso que será o mesmo. Aliás, segundo o programa de financiamento também não permite que haja exploração para fins turísticos. A ideia deste imóvel passa mais por uma reparação das suas condições de eficiência energética, alguma alteração nas divisões. A dona Fátima pensou alugar aos quartos, mas nós dissemos que seria melhor alugar como uma casa. O rés-do-chão mantém-se comércio. Depois deitamos abaixo uma casa, para dar maior respiro, ventilação e luz à fachada deste imóvel, e também acaba por ficar também um espaço exterior para este conjunto de casas. Aqui não consegui criar mais espaços de desafogo como fiz na outra ilha, há uma necessidade. Passaram de 12 casas para 7. A ilha tem duas casas habitadas.

Q.7: Sendo assim não houve necessidade de cumprir determinado número de fogos?

A proprietária queria o maior número de fogos possíveis. A proprietária quer reabilitar a ilha, e quer que seja um espaço para famílias de São Vitor que possam lá habitar. Para nós era muito importante não fazer aqui só T0 e daí criarmos os duplexes, nos que têm uma altura maior, aproveitando a altura do telhado, aumentando um bocado as águas.

Q.8: Teve de ser feito este desenho de coberturas por causa das empenas?

Nós só podemos aumentar a partir de uma legislação que permite a colmatação de empenas, e nunca poderemos subir acima dessa cota.

De quatro parcelas passamos a duas. (em relação aos t2) – isto só surgiu porque teve de ser demolido aquele edifício, assim em vez de fazermos aqui um T1 se calhar este pode ir parasitar e ocupar o telhado do lado e oferecer mais um quarto à casa. A perspetiva aqui foi sempre oferecer tipologias que tenham o mínimo de condições para uma família.

Q.9: Qual será a materialidade na fachada?

Há questões que ainda estão em discussão mas de momento será chapa molada, um bocado à semelhança do bairro do Leal, Sérgio Fernandez e do Pedro Ramalho nas Antas. Também têm umas ampliações em chapa molada. A chapa molada surge como uma solução: tem de ser leve, impermeável e relativamente barato. Jogar também um bocado com a lógica do existente e da materialidade de outras ilhas. Em baixo revestem a capoto.

Q.10: Em relação às acessibilidades, cumpre a legislação?

Em termos práticos aqui existe uma grande escadaria de granito, então eu propus, até arquitetonicamente eu preferia aquelas escadas de granito, fez-se realmente a proposta e é isso que vai ser feito desta rampa, embora não cumpra os 4% se forem 6% sempre é mais confortável. Devemos pensar na acessibilidade como valor em si. A ideia é que as casas que não tenham duplex sejam acessíveis.

Vai-se fazer um tanque porque se descobriu que há uma mina de água que se pode desviar e aproveitar para fazer um pequeno tanque. Havia uma cave que era utilizada pelos comerciantes, mas que não estava no contrato e foi apropriada ilegalmente, e agora a dona Fátima quer usar isso para um espaço de arrumos. Este pequeno pátio serve como ponto de encontro dos habitantes da ilha. Tem de ser muito bem pensado estes espaços de usufruto coletivo como vão e devem ser mantidos. Alguém tem de tratar deles, como pode funcionar.

Entrevista realizada à Arquiteta Catarina Ribeiro - Merooficina, 22 de Março de 2019

Q.1: Como surgiu o projeto de reabilitação para a Ilha na Rua das Antas?

Este projeto surge quando uma senhora comprou a ilha e falou com o Aitor para reabilitar para arrendamento normal, permanente e tentar ter tipologias maiores. Deste modo, não queriam diminuir o número de fogos, mas acabámos por ter de diminuir dois ou três e assim aumentar o número de quartos, que eram efetivamente muito pequenos, e com um acréscimo na parte da cobertura, dando a possibilidade de fazer mais um ou dois quartos dependendo do fogo.

Q.2: Mas isso seria só se as pessoas quisessem fazer a expansão certo?

Havia algumas que já estavam expandidas naturalmente, uma delas, que já tinha uma inquilina e que tinha um quarto na parte da frente, que no nosso projeto estávamos a retirar e então para manter a mesma área, a expansão foi logo executada. Há outros dois casos em que o mesmo acontece. Um deles habitado há muito tempo, pela Dona Rosa e uma outra que tinha sido reabilitada há pouco tempo, não por esta proprietária mas pelos proprietários anteriores, mas que foi incluído no projeto de reabilitação, visto que estava com uma linguagem bastante diferente. Esta expansão era também para cumprir com o orçamento inicial.

O que nós propomos não é que não se faça a expansão no início e que depois no final se faça tudo, é que se possa optar por fazer uns, fazer outros, tendo em conta depois a evolução do arrendamento. A expansão está preparada para ser feita de uma forma muito simples, tendo na construção logo inicial, duas vigas metálicas que depois assentam nuns barrotes de madeira.

No pátio também temos uns serviços comuns, a lavandaria, um espaço mais aberto possível para que se possam reunir em grupo, e cumprir acessibilidades. No espaço comum não cumpre com o que seria desejável, mas existe a possibilidade de com algum auxílio conseguirem utilizar esses espaços, pessoas com alguma necessidade especial. Os fogos também existem uns que são 100% acessíveis, que não necessitam utilizar as rampas que já têm uma inclinação mais acentuada.

Q.3: Em relação à gestão de custos que propõem, pode-me explicar melhor como funciona?

Possibilidade de existir uma associação de condomínio, que se pudesse organizar e ter, para além da lavandaria, mais alguns serviços, e com isso se pudesse diminuir as limpezas, com a gestão do condomínio pudesse ser mais eficaz nos gastos.

Q.4: Relativamente às coberturas foi necessário colmatar empenas e a necessidade de cumprir determinada legislação?

Em termos das alturas o que pretendíamos era colmatar as empenas que existiam e com a inclinação com os ângulos que nos foram dados pelo RGEU e depois é uma inclinação mínima.

Q.5: Relativamente à materialidade do alçado, de onde surgiu a ideia?

Pensámos em telha porque era um material que já existia nas coberturas antigas, que tem a vantagem de uma fácil manutenção, e como a telha é plana, tentar criar uma nova imagem nesta ilha, mais atual, que também permitia ser utilizada no alçado, e na parte da inclinação, em que toda a nova intervenção teria a mesma materialidade. Na altura pensámos em vários materiais, como por exemplo a chapa ondulada. Acabámos por escolher a telha porque pareceu-nos funcionar muito bem na geometria que se estava a propor, e tinha também a vantagem da manutenção que seria muito simples.

As questões de térmica e acústica, era colocar o isolamento pelo exterior, na parte que já existia, e na parte nova o isolamento já está por dentro.

Nós tentámos ao máximo cumprir as regras do RGEU, apenas há um ou outro espaço que não cumpre. Aquilo que não estamos a cumprir a 100% é a acessibilidade. Principalmente porque o pátio tem grandes diferenças de cota.

Aquilo que nós procuramos é manter sempre a ilha, manter a relação de todas as casas viradas para o pátio, com o acesso sempre central.

Conversa com o Arquiteto Aitor Varea Oro - Coordenador do Programa Habitar Porto, 04 de Julho de 2019

Q.1: Como surgiu o Habitar Porto?

Eu vim para o Porto porque estava a trabalhar na minha tese de doutoramento, na altura. Durante algum tempo, foram mais ou menos 4 anos, estive envolvido num movimento de moradores, no Bairro do El Cabanyal (Valência), que era um bairro no qual existia um projeto da câmara, que pretendia fazer o prolongamento de uma avenida através do bairro, com o pretexto de contribuir com a melhor conservação do conjunto e com o pretexto de melhorar a sua ligação com a cidade, o resultado era a demolição de 1651 habitações no bairro. Portanto, como é natural isto causou uma certa contestação. Primeiro das pessoas que iam sofrer a demolição da sua casa, depois das pessoas que viviam no bairro, depois da cidade inteira e depois inclusivamente a nível europeu. E isto foi construído.

Isto não é uma coisa linear, aliás o processo demorou 19 anos (participei em 5 dos 19 anos). No momento em que eu entrei, a luta estava a perder-se, já tinham começado as demolições das casas. E então tentou-se uma abordagem alternativa: se nós conseguirmos provar que isto é património, nós conseguimos provar que o plano promovido pela câmara é destruição do património. Portanto fizemos um trabalho técnico ancorado nas preocupações das pessoas. Havia aqui a junção dos moradores e os técnicos, e a partir das preocupações do cidadão e a partir do trabalho dos técnicos conseguimos entrar no domínio técnico. E o bairro salvou-se porque os cidadãos tiveram acesso a um domínio técnico, ao qual normalmente não têm acesso, é para os especialistas que normalmente têm outro tipo de preocupações, que já têm um caderno de encargos, que é decidido por outra pessoa. Nós aqui tínhamos um caderno de encargos da população, ou melhor, construámos o caderno de encargos com a população, que foi: que tal se nós tentarmos uma abordagem patrimonial para provar que a demolição das casas é anticonstitucional? E isso conseguiu-se.

No final aprendi uma coisa muito importante, que tu tens sempre que falar para os que faltam, tens de falar para os que não estão contigo, os que se calhar não estão contra ti mas que não estão contigo. O que as pessoas que participaram originalmente no El Cabanyal fizeram foi: nós não temos de falar só para as pessoas que vão perder a casa, nós não temos de falar só para as pessoas que vão ver como o seu bairro é brutalmente transformado, nós temos de falar para as pessoas da cidade que estão interessadas no património e para as pessoas da cidade que estão interessadas numa democracia mais participativa.

Só que isto tinha dois problemas: a certa altura, havia muitos técnicos, estávamos a trabalhar com duas premissas, vamos fazer um projeto verdadeiramente técnico, que tenha a ver com este território, seja para as pessoas que estão no território, porque o projeto da câmara expulsava as pessoas do território, e criava uma espécie de avenida com edifícios de 4 e 5 andares, num bairro onde as casas têm 1 ou 2 andares. Não tinha nada a ver com o território. Estas eram as premissas. Só que falhavam duas coisas, primeiro a pobreza urbana não era considerada como parte do território, segundo, os moradores ciganos não eram considerados como moradores legítimos do território. Todos os projetos que se faziam não consideravam a pobreza, não consideravam esse tipo de moradores, não consideravam um conjunto de questões que eram muito visíveis no bairro. Nessa altura deixei de trabalhar com a Universidade, deixei de trabalhar com o movimento de moradores e comecei a trabalhar com os ciganos. E aí descobrir que tinham uma abordagem também sobre o património. A abordagem que conseguem aglutinar muitas pessoas, que conseguem passar de um número de pessoas muito reduzidas a uma maioria social, havia muitas pessoas que a uma certa altura estavam a defender: isto é património. Inclusive muitas pessoas que tinham problemas de exclusão social. Os ciganos diziam, isto é património. Eles não diziam eu preciso de um emprego, os meus filhos precisam de educação Eles não diziam isso, eles diziam este bairro é património. Portanto, há enquadramentos que podem ser vencedores para proteger as casas mas não podem ser assim tão bons para proteger as pessoas. Esta foi a lição que retirei.

Vim para Portugal e comecei a estudar o SAAL, no terceiro dia entrei nas ilhas, ninguém falava do SAAL, toda a gente falava em comunidade. Mas o que é a comunidade? E entretanto havia um interesse pela zona oriental, quando se falava de uma comunidade, de uma cultura. Havia um enquadramento que toda a gente defendia, mas que defendia por interesses muito diferentes. E uma das coisas que se tem vindo a verificar é que esta questão da comunidade tem tido alguma utilidade para comercializar os modos da vida. Esta conversa da comunidade serviu para as pessoas que tivessem mais poder de compra tivessem acesso ao território, prejudicando outras pessoas que já lá estavam.

Quando eu lanço o Habitar a ideia era: se nós conseguirmos criar aqui um princípio de legitimidade e criar um conjunto de interesses que seja o suficientemente alargado e o suficientemente flexível, nós conseguimos juntar as peças do tabuleiro de uma maneira diferente. A partir da qual, certas pessoas deixem de ser inimigas e passem a ser aliadas. Inquilino e proprietário e também o técnico. Portanto, o caderno de encargos já estava feito. A ideia era: e se nós conseguirmos criar um caderno de encargos mais abrangente com as pessoas, que separadamente não fazem parte da solução e juntamente poderiam? E a ideia do Habitar foi essa.

Aquilo que pensámos foi: os problemas de uma pessoa que procura habitação a custos controlados no centro da cidade, não é um problema isolado; um proprietário que tem uma propriedade e não consegue recuperá-la e não tem acesso aos fundos, não é um problema isolado; os problemas de um técnico que gostaria de fazer um trabalho na área social e não consegue; não é um problema isolado. Nós lançámos esta ideia de que os três são sintomas do mesmo problema.

As ferramentas que existem para produzir o espaço urbano excluem a grande maioria das pessoas. Têm de jogar com regras do jogo que não escolheram, portanto têm mais probabilidade de perder. E a ideia do Habitar era esta, abrir um gabinete de atendimento que vai estar aberto a toda a gente e toda a gente pode fazer parte da solução. Nós não falamos em tipologias, nós não falamos em direito à cidade, nós não falamos no SAAL, só falamos de habitação a custo justo, que é uma coisa que é interessante para o proprietário, para o inquilino e para o técnico.

A partir daí, chegou uma senhora, uma proprietária de uma ilha, que é a Dona Fátima. Separadamente chegou um arquiteto, que era o Bernardo Amaral. E a partir de uma amiga em comum conversámos e eu falei desta proprietária e que não tinha financiamento, ele falou da recuperação de uma ilha e que já tinha feito e do seu interesse em fazer parte desta iniciativa que se estava a formar. E a partir daí houve um dia que juntámos na mesma mesa a proprietária da ilha, a Dra. Alda Pena da Junta de Freguesia do Bonfim e o arquiteto, e criámos um caderno de encargos para a ilha. Esse caderno de encargos não tinha nada a ver com um caderno de encargos que teria surgido de uma interação de cada uma das pessoas entre elas. Se juntares todos os intervenientes na formulação do problema, a resposta será outra.

O que se definiu aí foram as tipologias que eram necessárias e procuradas na freguesia e as rendas que as pessoas podiam pagar. E o desafio para o arquiteto foi: então vamos juntar isto com o programa que existe, o Reabilitar para Arrendar, vamos tentar ver de que maneira passamos de 12 casas de ilha para um número de casas na ilha que não sabemos muito bem qual é, a partir do qual possa existir uma poupança para a proprietária. Podemos reduzir o número de investimento mas não podemos reduzir drasticamente o número de casas, pelas características do programa, aumenta a renda. O objetivo era cruzar as duas linhas para que a partir da renda das pessoas se pudesse pagar a prestação mensal do empréstimo que a proprietária iria solicitar para construção do edificado. E aí começámos a criar uma gramática nova que é, nós não vamos contra regulamentos, nós utilizamos o regulamento para fazer arquitetura. E aqui entrámos numa dimensão muito técnica, ou seja, a solução que agora está em cima da mesa é uma solução que é evolutiva. Mas o Habitar é isso, vamos falar para os que faltam.

As pessoas que estavam em mais carência habitacional não iam ao gabinete, porque eram muitos anos de abandono. Nós começámos a ir a casa das pessoas, e começámos a tentar provar que às vezes um problema individual só podia ser resolvido de uma maneira conjunta. Convencer todos os moradores, convencer os proprietários e mostrar que isto também era bom para eles, passar uma solução individual a uma solução coletiva.

Nós não queremos provar que isto é possível, nós queremos provar que é sustentável e para que seja sustentável isto tem de ter um enquadramento institucional estável. Isto não pode depender de uma associação sem fins lucrativos. Isto tem de ser uma resposta institucionalizada. Nós não queremos ser voluntários, nós não queremos ser uma alternativa, nós queremos estar dentro do sistema e mudar as práticas nas instituições. Para além de ser uma coisa possível, seja uma coisa acessível para o maior número de pessoas.

Mas isto como nasceu? Desformatando a coisa. Nós temos de criar um enquadramento diferente, se eu falo de direito à cidade e habitação vão aparecer os arquitetos, se eu falo em acesso à reabilitação vão aparecer os proprietários, se eu falo em melhorias de condições de vida vão aparecer os inquilinos, e eu quero que apareçam todos. Aqui temos de falar em necessidades e a necessidade é queremos melhorar a cidade. Cada um tem as suas razões, o proprietário porque paga mais do que as rendas, o inquilino porque vive mal, o político porque quer mais território qualificado, o técnico porque não gosta do trabalho que faz. A questão é somar interesses. E fazer que esses interesses em vez de serem antagónicos sejam complementares.

Portanto só para contextualizar o Habitar. E dar resposta a: isto não é só para ilhas. Aqui fazemos um esforço para traduzir as coisas para uma linguagem normal. Que as pessoas percebam que isto é com elas. Que a questão de cumprir regulamentos não é uma questão de chatear, é aquilo que permite que as pessoas vivam com garantias.

Q.2: Já ocorreu um inquilino ir ao gabinete e depois o proprietário não estar interessado na reabilitação da ilha e vocês terem que tentar convencer o proprietário?

Aconteceu muitas vezes. Nós temos muitos casos de fracasso. Repara, eu começo a trabalhar no Habitar em 2015 e o programa sai em 2016. Nós vínhamos de um ciclo quando o mercado tinha sido construído numa certa direção – (?) Lei das rendas, o RERU tudo apontava para, quem tem capacidade de compra tem mais vantagens para habitação. Isto é assim. As leis foram criadas. Não havia investimento dentro do país, a lógica foi: vamos buscar dinheiro fora a partir do turismo. Naquele contexto era uma solução disponível. Mas não havia nenhum programa que apoiasse os

proprietários para criar habitação a custos controlados. A única coisa que existia eram as áreas de reabilitação urbana. Que promovem o IVA a 6%, tem isenção do IMI durante um certo tempo, mas se tu não tens capacidade para investir o que te adiante pagares 6% de IVA em vez de 23%?

Numa fase muito inicial do Habitar foi lançado o Habitar para Arrendar. Só que entretanto os preços de habitação dispararam. Temos muitos casos de proprietários que não tinham viabilidade suficiente para avançar, porque parte do financiamento tinha de ser por capitais próprios. Portanto uma dificuldade de quem está no terreno é dizer: isto vai existir mas não lhe sei dizer quando vai existir.

O que se quer é aumentar as áreas das casas, melhorar o comportamento energético das casas, reduzir os problemas de acessibilidade, ou seja que as pessoas não sofram de desigualdade espacial. É necessário criar algum tipo de ferramenta que permita que os proprietários possam reabilitar a sua propriedade sem assumir o risco todo. Porque é que muitos dos casos que temos não avançaram? 1 – a propriedade passa de pais para filhos (mais interessada no mercado e menos o património); 2 – as pessoas não encontram os programas aliciantes e portanto vendem; 3 – não avançam ou avançam com os recursos próprios.

Tem que existir uma opção viável, com garantias, com direitos e obrigações em todas as partes. Enquanto não existir direitos na habitação isto não vai resultar. O objetivo é partir de práticas concretas passar para respostas institucionais. Parte do Habitar agora transita para um programa de colaboração institucional entra a câmara e a FAUP. Parte dos objetivos foram atingidos, mas ainda tem de ser provado que isto funciona, dar respostas às pessoas que precisam de casa. Este é o objetivo. O que aconteceu agora é só uma ferramenta. O objetivo é dar essa resposta.

Os fracassos, parte deles tem sido pelas limitações e falta de ferramentas. O Habitar chegou antes de tempo, antes de as ferramentas existirem. Num texto do Nuno Portas, “*O processo SAAL entre o Estado e o poder local*” coloca-se a questão, que se faz antes: criamos os decretos e avançamos para as soluções, ou começamos com as soluções e com base nos resultados práticos, construímos os decretos? A abordagem do Habitar Porto foi a segunda opção, mas é muito complicado. Nós neste momento já sinalizámos oito proprietários de ilhas que estão interessados em avançar. O problema das ilhas é que são privadas. Mas as oito ilhas não provam que isto é solução, mas permitem ter casos práticos a partir dos quais nós podemos fazer perguntas. Isto é o início de uma solução. Direitos comuns das pessoas, e não comunidade que perpetua a desigualdade social.

